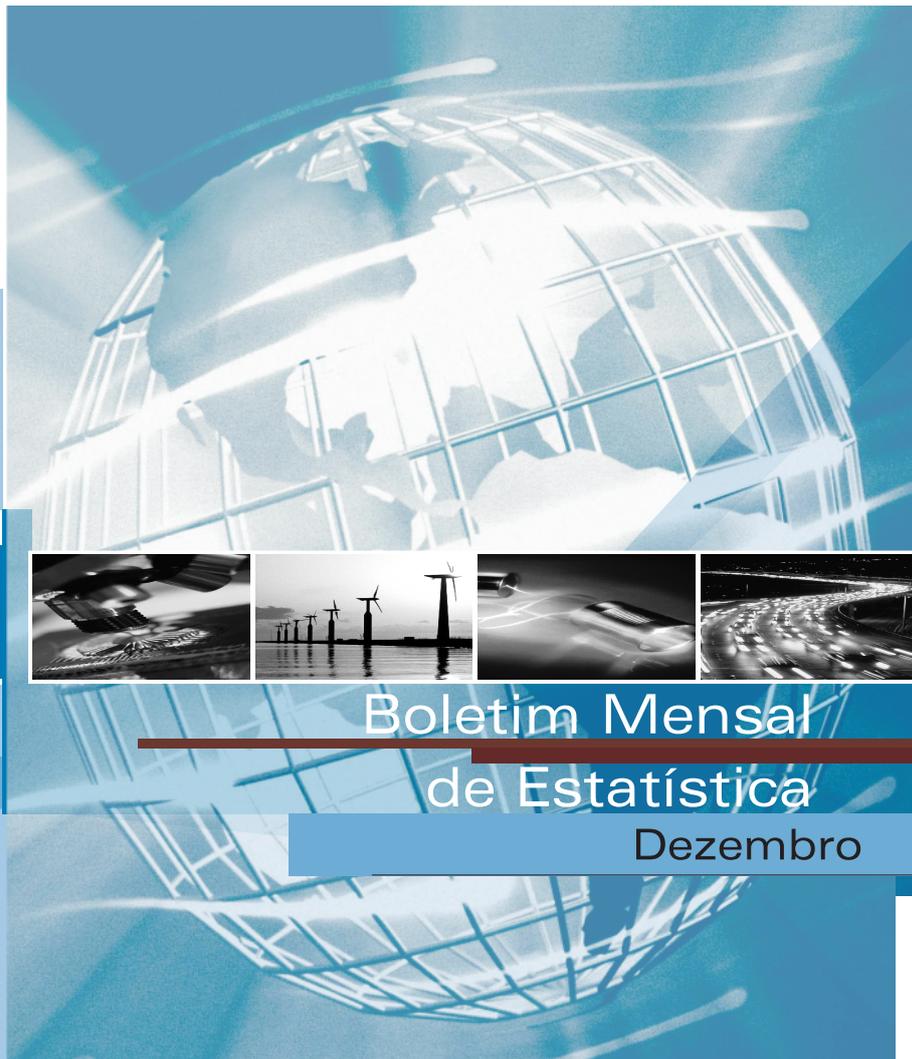




INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

ISSN 0032-5082



Boletim Mensal
de Estatística

Dezembro

2016

Edição 2016



Estatísticas
oficiais



Título

Boletim Mensal de Estatística 2016

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida, 2
1000 - 043 LISBOA
PORTUGAL
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Diretivo

Alda de Caetano Carvalho

Capa e Composição Gráfica

Instituto Nacional de Estatística, IP

ISSN 0032-5082
Periodicidade Mensal



Sinais Convencionais

Valor com coeficiente de variação elevado	§
Valor confidencial	...
Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada	∅
Valor não disponível	x
Não aplicável	//
Quebra de série	⊥
Valor preliminar	Pe
Valor provisório	Po
Valor retificado	Rc
Valor revisto	Rv
Percentagem	%
Permilagem	‰

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P. Lisboa · Portugal, 2016 *

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição e a referência Lisboa-Portugal.

 Apoio | a clientes

808 201 808

(rede fixa nacional)

+ 351 218 440 695 (outras redes)



ÍNDICE

1. Destaques	5
1 - Síntese de Destaques.....	7
2. Contas Nacionais	37
2.1 - Contas nacionais trimestrais.....	39
2.2 - Contas nacionais trimestrais.....	40
3. População e Condições Sociais	41
3.1 - Movimento da população.....	43
3.2 - Óbitos por causa de morte (CID-10 - lista europeia sucinta), segundo o mês do falecimento.....	44
3.3 - Segurança social no âmbito dos centros regionais de segurança social e instituições similares - Número de processamentos e valor dos benefícios, por objetivos e tipos de prestações	46
3.4 - População total, ativa, empregada e desempregada	47
3.5 - População empregada por situação na profissão e setor de atividade	47
3.6 - População desempregada por procura de 1º e novo emprego, duração da procura e setor da última atividade dos desempregados (novo emprego).....	48
Evolução da taxa de desemprego	48
3.7 - Índice de preços no consumidor	49
Índice de preços no consumidor - Variações homóloga e média dos últimos 12 meses	49
3.8 - Exibição de cinema - Sessões, espectadores e receitas por regiões.....	50
Total de sessões efetuados	50
3.9 - Exibição de cinema - Sessões, espectadores e receitas segundo o país de origem	51
Total de espectadores	51
4. Agricultura, Produção Animal e Pesca.....	53
4.1 - Estado das culturas e previsão das colheitas.....	55
Avicultura industrial - Produção de carne de frango.....	55
4.2 - Produção animal - Abate de gado.....	56
Abate de Gado - Peso limpo - Portugal.....	56
4.3 - Produção animal - Avicultura industrial.....	57
4.4 - Produção animal - Leite de vaca e produtos lácteos obtidos	57
Pesca descarregada - Preço médio - Portugal.....	57
4.5 - Pesca descarregada.....	58
4.6 - Preços mensais no produtor de alguns produtos vegetais	59
4.7 - Preços mensais no produtor de alguns animais e produtos animais	60
Recolha de leite de vaca	60
5. Indústria e Construção	61
5.1 - Índice de produção industrial.....	63
5.2 - Índice de volume de negócios na indústria.....	64
5.3 - Índice de emprego na indústria.....	65
5.4 - Inquéritos de conjuntura à indústria transformadora	66
5.5 - Licenciamento de obras.....	68
5.6 - Obras concluídas.....	69
5.7 - Inquéritos de conjuntura à construção e obras públicas	70
5.8 - Índice de preços na produção industrial	71
6. Comércio Interno e Internacional	73
6.1 - Inquéritos de conjuntura ao comércio.....	75
6.2 - Índice de volume de negócios no comércio a retalho.....	76
6.3 - Vendas de veículos automóveis novos.....	77
Vendas de veículos ligeiros de passageiros (inclui veículos Todo-o-terreno e monovolumes) comerciais.....	77
6.4 - Evolução do Comércio Internacional	78
6.5 - Comércio Internacional - Importações de bens (CIF) por principais parceiros comerciais	79
Comércio Internacional - Importações e exportações de bens por principais parceiros comerciais	79
6.6 - Comércio Internacional - Exportações de bens (FOB) por principais parceiros comerciais	80
6.7 - Comércio Internacional - Importações de bens (CIF) por grupos de produtos	81
6.8 - Comércio Internacional - Exportações de bens (FOB) por grupos de produtos	81

(continua)

ÍNDICE

(continuação)

6.9 – Comércio Intra-UE – Importações de bens (CIF) por grupos de produto	82
6.10 – Comércio Intra-UE – Exportações de bens (FOB) por grupos de produtos	82
6.11 – Comércio Extra-UE – Importações de bens (CIF) por grupos de produtos	83
6.12 – Comércio Extra-UE – Exportações de bens (FOB) por grupos de produtos	83
7. Serviços	85
7.1 - Transportes ferroviários	87
7.2 - Transportes fluviais	87
7.3 - Transportes marítimos	88
Movimento de mercadorias no Continente	89
7.4 - Tráfego comercial	90
7.5 - Rendimento médio por quarto nos estabelecimentos hoteleiros por NUTS II	90
7.6 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, por países de residência	91
7.7 - Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a NUTS	92
7.8 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a NUTS	92
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros	92
7.9 - Proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros segundo a NUTS	93
7.10 - Proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a NUTS	93
Proveitos nos estabelecimentos hoteleiros	93
8. Finanças e Empresas	95
8.1 – Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, segundo a forma jurídica	97
8.2 - Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, segundo a forma jurídica	98
8.3 - Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, segundo a forma de constituição	99
Gráfico – Constituição e dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas	99
Capítulo 9. Comparações Internacionais	101
9.1 - Índice harmonizado de preços no consumidor	103



1. Destaques

1 - Síntese de Destaques

Os textos integrais dos Destaques podem ser consultados nos Serviços de Documentação do Instituto Nacional de Estatística e no Portal do INE – (www.ine.pt).

Registe-se que, na data de publicação deste Boletim, o INE poderá já ter divulgado dados mais recentes em algumas das áreas aqui abordadas (também disponíveis no Portal do INE).

divulgados pelo INE entre 16-12-16 e 11-01-17

Atividade dos Transportes – 3º Trimestre de 2016

Movimento de mercadorias nos portos nacionais com recuperação

No 3.º trimestre de 2016, 3 941 navios entraram nos portos nacionais (3 131 de mercadorias e 810 de passageiros), o que se traduziu num aumento de 0,6% (-0,6% no 2.º T 2016). A dimensão das embarcações entradas registou um acréscimo de 1,0% (+0,1% no 2.º T 2016), tendo atingido 63,6 milhões GT.

O movimento de mercadorias fixou-se em 24,0 milhões de toneladas, correspondendo a um aumento de 9,7%, recuperando de -1,0% no trimestre anterior.

O porto de Sines movimentou um total de 13,0 milhões de toneladas (54,3% do total), com um aumento de 21,0%, sucedendo a +8,8% no trimestre precedente. Os portos de Leixões e Figueira da Foz, com 4,4 milhões e 0,6 milhões de toneladas, também tiveram desempenhos positivos, com acréscimos de 3,0% e 8,5% respetivamente.

No porto de Lisboa o movimento de mercadorias (2,5 milhões de toneladas) diminuiu 7,2% no 3.º T, com reduções de 17,8% em julho e 9,3% em agosto, a que se sucedeu um aumento de 6,6% em setembro.

As mercadorias carregadas no 3.º T (9,8 milhões de toneladas) tiveram um aumento de 11,6%, com realce para o mês de setembro (+17,6%). Sines, com 5,3 milhões de mercadorias carregadas, registou uma subida de 35,5% no 3.º trimestre, enquanto Leixões e Lisboa verificaram reduções (-4,8% e -7,9%).

As mercadorias descarregadas (14,3 milhões de toneladas) apresentaram uma subida de 8,5%, com evoluções de -3,7% em julho, +5,6% em agosto e +27,5% em setembro.

O tráfego internacional de mercadorias aumentou 1,0%, tendo atingido 19,2 milhões de toneladas (80,1% do total), recuperando do resultado negativo do 2.º trimestre (-7,2%).

O porto de Sines concentrou 58,9% do tráfego internacional, assegurando o movimento de 11,3 milhões de toneladas (+13,4%). Entre os principais portos, é de salientar ainda o crescimento de tráfego internacional no porto da Figueira da Foz (+9,0%). Leixões, Lisboa e Setúbal registaram reduções no movimento internacional (-24,0%, -8,1% e -5,0%, respetivamente).

O tráfego entre portos nacionais atingiu 4,8 milhões de toneladas movimentadas, com um aumento de 68,7%, o qual teve por principal causa o aumento do tráfego entre os portos de Leixões e Sines determinado pela inoperacionalidade do Terminal Oceânico de Leixões.

Crescimento do número de passageiros no rio Tejo acentuou-se

No 3.º trimestre de 2016 o transporte por via fluvial abrangeu 6,4 milhões de passageiros, dos quais 114,3 mil em travessias internacionais.

O rio Tejo, que representou 63,2% do total do transporte fluvial (nacional e internacional), apresentou um acréscimo de 6,2% (+1,7% no trimestre precedente), correspondendo a 4,0 milhões de passageiros. Nesta via fluvial, houve uma relativa estabilização em julho (-0,1%), a que se seguiram aumentos de 7,5% e 11,7% em agosto e setembro, face a iguais meses de 2015.

Passageiros por via aérea com aceleração de 2,1 pontos percentuais para um crescimento de 13,3%

No 3.º trimestre de 2016, o número de aeronaves aterradas nos aeroportos nacionais, em voos comerciais, ascendeu a 57,2 mil aeronaves, traduzindo um crescimento de 11,7% (+12,3% no 2.º T 2016). Os Açores destacaram-se com um aumento de 14,6% nas aeronaves (+11,5% no trimestre anterior), enquanto se registaram crescimentos de 11,7% no Continente (+12,2% no 2.º T) e 7,8% na Madeira (+14,8% no 2.º T). Em setembro o aumento do movimento foi um pouco mais expressivo: +13,8%, igualmente com mais ênfase nos Açores (+24,9%).

Os passageiros movimentados nos aeroportos nacionais totalizaram 14,8 milhões no 3.º T de 2016, considerando embarques, desembarques e trânsitos diretos, refletindo um aumento de 13,3% (+2,1 p.p. que no trimestre anterior; -0,1 p.p. que no 1º T).

Após 5 trimestres consecutivos de reduções no movimento de carga e correio, no 3.º trimestre de 2016 registou-se um crescimento de 2,4% (36,3 mil toneladas movimentadas). Para esta subida contribuiu essencialmente o volume desembarcado (+4,2%) mas também o embarcado (+0,8%).

Relativamente ao movimento de passageiros nos principais aeroportos, em todos estes se verificaram crescimentos de 2 dígitos, com especial relevo para Faro (+16,6%, após +15,7% no 2.º T). Os restantes aeroportos apresentaram também variações assinaláveis: Porto +12,5%; Funchal +12,4%; Lisboa +12,1% e Ponta Delgada +11,7%.

O tráfego comercial regular concentrou 94,7% do movimento de passageiros nos aeroportos (96,1% no 2.º T 2016). Os movimentos internacionais representaram 81,6% do tráfego comercial regular (81,8% no 2.º T). A quota das empresas nacionais no transporte aéreo de passageiros cifrou-se em 34,8% (-2,1 p.p. face a igual trimestre do ano anterior). Entre os países com aumentos de quota, destaca-se o Reino Unido, Países Baixos e França.

Nos aeroportos nacionais registou-se a oferta de 17,4 milhões de lugares (+15,7%), dos quais 14,0 milhões em tráfego internacional (+14,2%). A taxa de ocupação (passageiros/lugares) cifrou-se em 83,0%.

Transporte de passageiros por ferrovia continua a aumentar

O número de passageiros transportados por modo ferroviário aumentou 2,2% no 3.º trimestre de 2016 (+2,1% no 2.º T 2016), atingindo 33,1 milhões, a que corresponderam 1 099 milhões de passageiros-quilómetro (+4,9%, +6,3% no trimestre anterior).

No mês de julho registou-se uma relativa estabilização no número de passageiros (-0,1%), tendo-se observado os aumentos mais acentuados em agosto, tanto no número de passageiros como nos passageiros-quilómetro (+5,6% e +7,8%, respetivamente).

O transporte suburbano de passageiros, o mais representativo (87,1%), manteve-se em crescimento (+2,3%, +1,8% no 2.º T 2016), correspondendo-lhe 28,8 milhões de passageiros. O respetivo número de passageiros-quilómetro apresentou um acréscimo de 3,9% (+3,3% no 2.º T 2016), fixando-se em 528,1 milhões.

As deslocações interurbanas totalizaram 4,2 milhões, correspondendo-lhes 534,3 milhões de passageiros-quilómetro, refletindo aumentos de 1,9% (+4,7% no trimestre anterior) e 6,7% (+10,2% no 2.º T), respetivamente.

Contabilizaram-se ainda 73 mil passageiros e 36,1 milhões de passageiros-quilómetro em transporte internacional, o equivalente a variações de -2,8% e -4,6%, respetivamente (+6,6% e +3,3% no 2.º T).

No 3.º trimestre do ano as mercadorias transportadas por modo ferroviário fixaram-se em 2,5 milhões de toneladas, o que constitui uma diminuição de 10,1% (-4,1% no 2.º T). O respetivo volume de transporte totalizou 628,0 milhões de toneladas-quilómetro (-8,3%; +3,9% no 2.º T).

Sistemas de metropolitano com aumento nos passageiros transportados

No 3.º trimestre de 2016, em conjunto, os metropolitano de Lisboa, Porto e Sul do Tejo transportaram 52,1 milhões de passageiros, traduzindo um aumento de 3,3%¹ (+10,1% no 2.º T). Todos os meses do trimestre apresentaram evoluções positivas, evidenciando-se o aumento de passageiros no mês de agosto em todos os três sistemas (+6,6% no total).

O número de passageiros transportados no metropolitano de Lisboa (36,0 milhões) aumentou 4,2% (+14,0% no 2.º T), correspondendo-lhe uma taxa de utilização de 22,8% (-0,8 p.p. face ao trimestre homólogo de 2015).

No 3.º trimestre do ano, o transporte de 13,4 milhões de passageiros no metro do Porto representou uma estabilização (+1,8% no trimestre anterior). Ainda assim, a taxa de utilização (17,7%) melhorou 0,6 p.p. face ao trimestre homólogo de 2015.

No Metro Sul do Tejo viajaram 2,6 milhões de passageiros, refletindo um acréscimo de 8,1% (+5,7% no 2.º T). Também a taxa de utilização (9,4%) evidenciou um aumento de 0,6 p.p.

Redução no transporte rodoviário de mercadorias, apesar do aumento do transporte internacional

O transporte rodoviário de mercadorias no 3.º trimestre de 2016 atingiu 36,3 milhões de toneladas (-7,3% que no trimestre homólogo, sucedendo -1,4% no trimestre anterior) e 8,1 mil milhões de toneladas-km (+5,3%, após +5,1% no 2.º T). O transporte em Portugal Continental representou 84,5% do total (-1,5 p.p. que no mesmo trimestre de 2016). O transporte internacional registou um crescimento de 2,7% nas toneladas movimentadas, mantendo a tendência positiva dos anteriores dois trimestres mas em desaceleração (+7,3% no 1.º T 2016, +4,5% no 2.º T).

Em termos de toneladas-km, a subida registada (+5,3%) deveu-se a um crescimento de 9,7% nas Tkm em transporte internacional (que representaram 65,8% do total), bem como, em sentido contrário, a um decréscimo de 2,2% no volume de transporte nacional.

Os “produtos não energéticos das indústrias extrativas, ...”, os mais relevantes (22,6% do total), verificaram redução no seu peso relativo (-2,5 p.p.). Seguiram-se os “Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e da silvicultura; peixe e outros” (12,8% do total, -1,5 p.p.) e os “Outros produtos minerais não metálicos” (quota de 11,5%, +0,3 p.p.).

¹ Taxa de variação com dados de 2015 revistos pelo Metropolitano de Lisboa

Os veículos nacionais em transporte internacional registaram um aumento de 3,3% nas mercadorias carregadas, face ao ano anterior, bem como, em simultâneo, uma redução de 7,6% nas mercadorias descarregadas, resultando no aumento do rácio de mercadorias carregadas/descarregadas para 84,8% (+9,0 p.p.). É de salientar o aumento significativo no rácio relativo ao transporte internacional com “Outros países da União Europeia”, para 92,4%. Considerando os três principais países do transporte internacional, apenas relativamente a França se registou aumento de transporte (+6,9% de toneladas) por parte das transportadoras portuguesas.

Atividade Turística – novembro de 2016

Dormidas com aceleração

Em novembro de 2016, a hotelaria registou 1,1 milhões de hóspedes e 2,9 milhões de dormidas (+12,6% e +14,7%), com ligeira desaceleração nos hóspedes (+13,1% em outubro) e aceleração nas dormidas (+12,8% no mês anterior).

No período de janeiro a novembro os aumentos foram menos expressivos (+9,9% e +9,5%, respetivamente).

Os hotéis, com acréscimo assinalável (+16,7%) nomeadamente nas unidades de quatro estrelas (+21,9%), aumentaram a sua quota (73,6% das dormidas totais face a 72,4% em novembro de 2015). São também de assinalar os resultados das pousadas (+21,1%) e dos hotéis-apartamentos (+17,2%).

Aumentos expressivos dos mercados externos

O mercado interno, com 797,1 mil dormidas, desacelerou fortemente (+3,9% em novembro face a +13,0% em outubro).

Os mercados externos registaram um crescimento significativo das dormidas (+19,5%; 2,1 milhões), que superou os dos meses anteriores (+12,7% em outubro e +7,9% em setembro).

Considerando o movimento dos onze primeiros meses do ano, observaram-se subidas de 5,2% nas dormidas de residentes e de 11,3% nas de não residentes.

Evolução positiva dos principais mercados

Os treze principais mercados emissores² concentraram 81,5% das dormidas de não residentes (tal como em novembro de 2015) e apresentaram evolução positiva generalizada.

O Reino Unido, com uma quota de 19,2%, acelerou notoriamente (+13,9% de dormidas, face a +4,1% em outubro), sem contudo atingir os aumentos dos primeiros quatro meses do ano. No período acumulado de janeiro a novembro o aumento das dormidas fixou-se em 9,6%.

O mercado alemão (16,8% das dormidas de não residentes), registou uma subida equivalente à do mês anterior (+13,6%), tendo sido de 9,7% o aumento das dormidas registadas nos onze primeiros meses do ano.

As dormidas do mercado espanhol aumentaram 6,4%, mais que em outubro (+2,7%) e em setembro (+4,2%), mas aquém do acumulado dos onze primeiros meses (+9,1%). Sendo o terceiro maior mercado em novembro, o seu peso relativo reduziu-se (8,2% face a 9,2% em novembro de 2015).

França manteve uma evolução fortemente positiva (+22,1%), no entanto inferior à de outubro (+31,9%); representou 7,7% das dormidas de não residentes, pouco oscilando face a igual mês do ano anterior (7,5%).

É de realçar o crescimento do mercado brasileiro (+94,7%), que compara com resultados muito desfavoráveis no mês homólogo do ano anterior (-20,1%). A representatividade deste mercado cresceu assim de 3,9% em novembro de 2015 para 6,3% em novembro de 2016, com a procura a ser reforçada nomeadamente através de operadores turísticos.

Destaca-se também a evolução do mercado irlandês (+35,6%) e do norte-americano (+29,5%).

Dormidas de não residentes aumentaram cerca de 20% e aceleraram 9,8 p.p. na AM Lisboa

As dormidas aumentaram em todas as regiões, mais acentuadamente nos Açores (+25,0%), Algarve (+19,5%), Lisboa (+15,6%) e Norte (+15,2%). O principal destino foi Lisboa (31,3% do total), secundado pelo Algarve (22,2%) e Madeira (17,4%).

A evolução do mercado interno atingiu maior expressão na Madeira (+14,7%), sendo também de assinalar o Algarve (+8,9%). Açores e Lisboa não apresentaram alterações sensíveis. Os residentes escolheram preferencialmente Lisboa (26,9% das dormidas do mercado interno), Norte (25,8%) e Centro (20,4%).

As dormidas de não residentes aumentaram expressivamente em todas as regiões: Açores (+59,6%), Norte (+27,1%), Lisboa (+21,5%) e Algarve (+21,4%). Lisboa foi a região com maior procura (32,9%), seguida pelo Algarve (26,5%) e Madeira (22,3%).

² Com base nos resultados de dormidas em 2015

Refira-se que o aumento das dormidas em Lisboa por parte de não residentes foi o maior desde fevereiro de 2015 (+22,1%) e representou uma aceleração de 9,8 p.p. relativamente ao observado no mês anterior. Estes resultados de novembro estão associados à realização de um importante evento internacional cujo impacto se poderá ter estendido também a outras regiões do país.

Recuperação da estada média

A estada média aumentou 1,9% e situou-se em 2,56 noites, interrompendo a tendência negativa dos dois últimos meses (-0,3% em outubro e -1,0% em setembro).

No período de janeiro a novembro a evolução deste indicador foi negativa (-0,4%; 2,84 noites).

As Regiões Autónomas registaram permanências médias elevadas (5,68 noites na Madeira e 2,99 nos Açores), sendo de destacar também o Algarve (4,23).

Os Açores registaram o maior aumento nas estadias (+10,8%), enquanto no Alentejo houve redução de 3,1%.

Taxa de ocupação manteve crescimento

A taxa líquida de ocupação-cama fixou-se em 34,8%, correspondendo a um aumento de 3,8 p.p., semelhante ao do mês anterior (+3,7 p.p.).

No conjunto dos onze primeiros meses do ano a taxa de ocupação foi 50,2% (+2,4 p.p.).

Os valores mais elevados deste indicador ocorreram na Madeira (61,0%), Lisboa (46,3%) e Norte (33,6%), cabendo a Lisboa e Madeira os maiores incrementos (+5,5 p.p. e +5,3 p.p.). O Alentejo foi a única região com evolução negativa (-0,7 p.p.).

Proveitos com aumento significativo

Os proveitos totais atingiram 153,7 milhões de euros e os de aposento 106,2 milhões de euros (+23,6% e +26,2%), acelerando face ao mês anterior (+20,4% e +21,8%).

No período de janeiro a novembro a evolução foi um pouco menos expressiva (+17,1% de proveitos totais e +18,1% de proveitos de aposento).

Todas as regiões apresentaram aumentos significativos dos proveitos, principalmente Lisboa (+30,6% nos proveitos totais e +34,4% nos de aposento, face a +17,6% e +18,4% em outubro), sendo também de referir o Norte (+23,5% e +28,0%) e o Algarve (+25,5% e +26,5%).

O rendimento médio por quarto disponível (RevPAR) registou um assinalável aumento (+23,2%; 28,1 euros), superior ao dos últimos meses (+16,4% em outubro e +12,1% em setembro).

No conjunto dos onze primeiros meses do ano, o RevPAR atingiu 44,3 euros (+13,6%).

Lisboa foi a região com maior RevPAR (51,9 €) e com o maior crescimento (+31,8%). As regiões Norte e Algarve destacaram-se com aumentos de 29,3% e 24,2%, respetivamente.

Entre as várias categorias, destacaram-se os hotéis de quatro e cinco estrelas com aumentos expressivos no RevPAR (28,8% e 20,2%) para 33,4 € e 57,4 €, sendo ainda de referir as subidas verificadas nos hotéis-apartamentos de três e duas estrelas (+19,0%) e nos apartamentos turísticos (+18,9%).

Parques de campismo e colónias de férias

Em novembro de 2016, os parques de campismo alojaram 43,3 mil campistas que proporcionaram 187,2 mil dormidas, movimento que se traduziu em acréscimos de 8,0% e 17,4%, respetivamente. Para a evolução das dormidas contribuíram tanto residentes (+16,1%) como não residentes (+18,8%), cabendo ao mercado interno uma quota de 53,2%.

A estada média aumentou (+8,7%; 4,32 noites), especialmente no mercado interno (+9,7%; 3,61 noites).

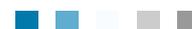
Os resultados das colónias de férias e pousadas de juventude mantiveram-se em decréscimo, com reduções de 6,4% nos hóspedes (14,7 mil) e de 1,1% nas dormidas (30,1 mil). As dormidas de residentes representaram 75,6% do total e decresceram 6,8%, evolução de sentido contrário à dos mercados externos (+22,0% de dormidas).

A estada média (2,04 noites) aumentou 5,6%, com o principal contributo do mercado interno (+6,1%; 2,00 noites).

Conta de Fluxos de Materiais - 1995-2015

Consumo Interno de Materiais aumentou menos que o PIB em 2015

O Consumo Interno de Materiais aumentou 0,9% em 2015. Esta evolução foi determinada pela recuperação da atividade económica, nomeadamente de ramos de atividade com utilização mais intensiva de *biomassa*, relacionada com a produção de pasta e papel, de *materiais energéticos fósseis*, de *minério metálico* e de *outros produtos*. O acréscimo mais acentuado do PIB (+1,6%, em termos reais) comparativamente ao do



Consumo Interno de Materiais, traduz um ligeiro aumento da produtividade associada à utilização de materiais em 2015 (0,7%), retomando a tendência crescente observada entre 2008 e 2013.

Em 2015, Portugal continuou a registar uma produtividade de recursos inferior à da UE28 (64,7%), embora se tenha verificado uma melhoria contínua (em 2000 era 62,6%). O consumo *per capita* de materiais de Portugal foi o 16º mais baixo da UE28 (em 2000 era 21º).

O INE divulga os resultados provisórios da Conta de Fluxos de Materiais (CFM) para o ano de 2015, procedendo-se ainda à revisão da série retrospectiva, na sequência da atualização de fontes, da incorporação de novas fontes de informação (nomeadamente para as emissões internas de materiais e dos itens de equilíbrio) e das alterações metodológicas propostas pelo Eurostat (ver notas metodológicas).

A CFM tem como objetivo traduzir, em termos de fluxos de materiais, a interação da economia nacional com o ambiente natural e com o resto do mundo, permitindo avaliar se o crescimento económico é obtido através de um uso mais eficiente dos materiais extraídos do meio ambiente (desmaterialização) ou de uma utilização mais intensa de materiais.

No portal do INE, na área de divulgação das Contas Nacionais (secção das Contas Satélite) são ainda disponibilizados quadros adicionais e notas metodológicas.

1. Análise dos principais indicadores

1.1. Principais resultados em 2015

O Consumo Interno de Materiais (*Domestic Material Consumption* - DMC) aumentou 0,9% em 2015. Tal como já tinha ocorrido em anos anteriores, esta evolução refletiu a dinâmica da atividade económica em Portugal, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) crescido 1,6% em volume.

Contudo, tal como em 2014, e contrariamente a anos anteriores, a evolução observada em 2015 não se deveu principalmente ao consumo de *minerais não-metálicos* (impulsionados por ramos de atividade com utilização mais intensiva de materiais como, por exemplo, a Construção), mas sobretudo ao aumento do consumo de *biomassa* (relacionado com a produção de pasta e papel), de *materiais energéticos fósseis*, de *minério metálico* e de *outros produtos*.

O aumento menos intenso do DMC, comparativamente com o do PIB em volume, traduz um aumento de 0,7% da produtividade associada à utilização dos materiais (PIB/DMC) em 2015, retomando a tendência ascendente observada desde 2009 e que tinha sido interrompida em 2014.

1.2. Extração interna de materiais

Em 2015, a Extração interna de materiais foi de 133,7 milhões de toneladas, diminuindo 1,3% face a 2014, retomando a tendência decrescente observada após 2008 (o ponto máximo da série) e que tinha sido interrompida em 2014. A *biomassa* e o *minério metálico* registaram acréscimos de 2,0% e 7,0%, respetivamente, atenuando o efeito do decréscimo observado na extração de *minerais não-metálicos* (-2,9%).

Em 2015, os *minerais não-metálicos* (areia e saibro, calcário e gesso, rochas ornamentais e outras pedras de cantaria ou de construção) mantiveram-se como o tipo de material mais relevante.

A importância relativa da extração destes materiais tem vindo a diminuir nos últimos anos, em sentido oposto à da *biomassa* e do *minério metálico*. O ano de 2015 confirmou esta tendência.

1.3. Importações de materiais

As Importações de materiais aumentaram de 43,6 milhões de toneladas em 1995, para 59,4 milhões de toneladas em 2015, o que constitui um novo máximo da série. Desde 2007 (o ano com o segundo valor mais elevado, com 57,6 milhões de toneladas) até 2012, observou-se uma trajetória descendente na quantidade de materiais importados. A partir de 2013 as importações têm vindo a registar acréscimos, sendo o de 2015 o mais expressivo (7,3%).

Os *materiais energéticos fósseis* constituíram o tipo de material com maior relevância nas importações (49,0% em 2015), registando um aumento de 12,9%, principalmente devido aos crudes médios e pesados utilizados no processo de refinação de petróleo.

Efetivamente, o aparelho refinador nacional, composto por duas refinarias, em Sines e em Matosinhos, foi alvo de um projeto de conversão, com reflexos a partir de 2013. Embora não se tenha verificado um aumento de capacidade de processamento das refinarias, as alterações pretenderam introduzir flexibilidade na utilização de crudes, adaptar o perfil de produção de produtos refinados para maior produção de destilados médios (gasóleos) e aumentar a integração com o sistema petroquímico nacional.

O abrandamento das importações de *materiais energéticos fósseis*, em 2014, deveu-se a uma paragem programada para manutenção, na refinaria de Sines, verificando-se um funcionamento normalizado em 2015.

Na série em análise destaca-se ainda um aumento da importância absoluta e relativa da importação de *biomassa*, a partir de 2010, diretamente relacionada com a indústria nacional de pasta e papel, designadamente com a entrada em funcionamento de uma nova máquina de papel, em Setúbal, naquele ano.

Em 2015, apesar do reforço da capacidade instalada na fábrica de pasta e papel de Cacia, o aumento da extração interna de *biomassa* permitiu a redução da importação deste material (-1,2%). Analisando a tipificação dos materiais por fases de transformação, constata-se que as matérias-primas constituíram o tipo de material mais importado em todo o período. Em 2015, os produtos acabados registaram um aumento em quantidade de 11,3%, os produtos semiacabados de 3,7% e as matérias-primas de apenas 2,3%.

1.4. Exportações de materiais

As Exportações de materiais registaram uma acentuada tendência crescente, passando de 16,4 milhões de toneladas em 1995 para 41,0 milhões de toneladas em 2015, o ponto máximo da série em análise.

Até 2015, e contrariamente ao que sucedeu na Extração interna e na Importação de materiais (com exceção do ano 1995), a *biomassa* (mais concretamente os produtos florestais e os produtos da indústria da pasta do papel, do cartão e seus artigos) constituía a categoria mais importante das Exportações de materiais em toda a série. Contudo, em 2015 os *materiais energéticos fósseis* passaram a constituir o tipo de material com maior relevância nas exportações na série em análise (30,5%).

O arranque do novo complexo na refinaria de Sines, em 2013, originou um aumento da produção de gasóleo, que se refletiu num acréscimo das exportações deste produto para o mercado Ibérico. Em 2014 houve um abrandamento das exportações de produtos petrolíferos, devido à paragem programada para manutenção da refinaria de Sines, já mencionada.

Analisando a tipificação das Exportações de materiais por fases de transformação, é possível concluir que desde 1996 que os produtos acabados constituíram o tipo de materiais exportados com maior importância relativa, registando em 2015 o valor máximo da série (59,0%).

Em 2015, as exportações (em quantidade) de matérias-primas e de produtos semiacabados decresceram 16,6% e 4,1%, respetivamente, e os produtos acabados aumentaram 9,6%.

1.5. Balança comercial física (PTB)

A balança comercial física é o inverso das balanças monetárias, dado que, na economia, os produtos e os meios monetários movem-se em sentidos opostos. Deste modo, a PTB corresponde às importações menos exportações de materiais.

A PTB apresentou o valor máximo em 2001, tendo decrescido, ainda que não continuamente, até atingir o mínimo em 2013. Em 2014 aumentou 8,7% e em 2015 21,9%. Para esta evolução contribuíram todas as categorias de materiais, com exceção dos *minerais não-metálicos*, tendo o respetivo saldo importações-exportações aumentado em 2014 e 2015.

As importações de *materiais energéticos fósseis*, de *biomassa*, de *minério metálico* e de *outros produtos* são superiores às exportações em toda a série. Pelo contrário, desde 2005 que as exportações excedem as importações, para os *minerais não-metálicos*. Em 2014 e 2015 também as importações de *resíduos* excederam as exportações.

Apesar de pouco significativos em termos de quantidades, comparativamente a outros materiais, os *resíduos* possuem uma particular relevância ambiental.

Em 2014, e pela primeira vez desde 1995, a quantidade de *resíduos* importados para tratamento final e eliminação foi superior à quantidade de *resíduos* exportados.

Esta evolução, que se justifica pela necessidade de tornar eficientes e rentáveis as infraestruturas nacionais de tratamento/eliminação de *resíduos*, foi mais visível em 2015 (a diferença entre importação e exportação foi de 9.804 ton em 2014 e 77.578 ton em 2015).

Relativamente à fase de transformação, os produtos acabados e semiacabados registam exportações superiores às importações desde 2010. Em sentido oposto, as importações de matérias-primas têm-se mantido sistematicamente superiores às exportações.

1.6. Consumo Interno de Materiais (DMC)

O indicador Consumo Interno de Materiais (*Domestic Material Consumption* - DMC) mede a quantidade total de materiais utilizados diretamente na economia. É obtido adicionando à Extração interna as Importações e subtraindo as Exportações de materiais. A análise conjunta com o PIB permite avaliar se a economia evolui com recurso a uma utilização mais ou menos intensiva de materiais.

Tal como em 2014, o DMC aumentou em 2015 (0,9%), interrompendo a tendência decrescente observada desde 2008. Para esta evolução foram determinantes os aumentos observados nos *outros produtos* (+12,8%), no *minério metálico* (+12,4%), nos *materiais energéticos fósseis* (+7,2%) e na *biomassa* (+4,1%).

Entre 1995 e 2015, os principais tipos de materiais utilizados pela economia foram os *minerais não-metálicos*, mas a sua importância relativa tem diminuído. Em 2015, o *minério metálico*, os *materiais energéticos fósseis* e a *biomassa* registaram aumentos de importância relativa (+0,8 p.p., +0,6 p.p. e +0,6 p.p.), em detrimento dos *minerais não-metálicos* (-2,2 p.p.).

Analisando o comportamento do DMC comparativamente com o PIB, constata-se que, entre 1995 e 2015, o DMC aumentou 12,9% (18,7 milhões de toneladas), enquanto o PIB cresceu 25,5% em volume.

A produtividade de recursos (PIB/DMC) registou uma tendência decrescente até 2008, ano em que se verificou uma inflexão, que se manteve até 2013.

Este comportamento ascendente foi influenciado pela alteração estrutural ocorrida na economia portuguesa, com uma redução do peso do setor da construção e aumento do contributo dos setores da pasta e papel e refinação de petróleo, que são relativamente menos intensivos em materiais.

Com efeito, o aumento da produtividade de recursos, verificado a partir de 2008, foi impulsionado, em parte, pela menor dinâmica de ramos de atividade com utilização mais intensiva de materiais como, por exemplo, a Construção, que registou uma significativa perda de importância relativa na economia portuguesa.

Contrariamente, a Produção em volume dos ramos da Pasta e papel e da Refinação de petróleo registam um maior dinamismo na economia nacional, a partir de 2010 e 2013, respetivamente, com reflexos positivos na produtividade de recursos, uma vez que são ramos menos intensivos em materiais do que construção.

Contudo, em 2014 o crescimento da economia foi acompanhado por um aumento mais intenso da utilização de todas as categorias de materiais, o que conduziu à interrupção da trajetória ascendente da produtividade de recursos.

Com efeito, este indicador diminuiu 9,1% em 2014, evolução explicada pelo acréscimo DMC (+11,0%) superior ao do PIB em volume (+0,9%). Em 2015, em consequência do crescimento do PIB (1,6%) superior ao do DMC (0,9%), verificou-se uma ligeira recuperação da produtividade de recursos (+0,7%).

1.7. Emissões internas de materiais (DPO)

O indicador Emissões internas de materiais (*Domestic Processed Output* – DPO) contempla a totalidade dos materiais resultantes do processo produtivo e do consumo das famílias. Inclui emissões atmosféricas e para a água, *resíduos*, o uso dissipativo de produtos (fertilizantes, pesticidas, sementes, etc.) e perdas dissipadas (fugas/derrames, acidentes químicos, abrasão de pneus, etc.).

Em 2014, o DPO representou 69,2 milhões de toneladas, que incluíam 62,3 milhões de toneladas de emissões atmosféricas, 2,1 milhões de toneladas de emissões para a água, 4,0 milhões de toneladas de *resíduos* depositados em aterros, 0,7 milhões de toneladas de produtos de uso dissipativo e 0,01 milhões de toneladas de perdas dissipativas (abrasão de pneus).

Este indicador registou uma tendência crescente até 2005, diminuindo continuamente desde então. Entre 1995 e 2014 (não existe ainda informação que permita determinar as Emissões internas de materiais para 2015), o DPO decresceu 21,1%, enquanto o PIB aumentou 23,6%, em volume.

As emissões atmosféricas constituíram o principal tipo de DPO em toda a série (oscilando entre 77,9% em 1996 e 90,1% em 2014). Além do decréscimo das emissões atmosféricas desde 2005 (-27,2%), a valorização crescente dos *resíduos* (isto é, reciclagem ou incineração com aproveitamento estratégico) aumentou, o que fez com que a componente de desperdícios diminuísse (-80,3% desde 2005), reduzindo ainda mais as DPO.

Comparando o total do DPO com a soma das Importações e Extração interna de materiais (“Entrada direta de materiais” - DMI), conclui-se que 34,3% dos materiais que entraram na economia em 2014 foram depositados no ambiente, sob a forma de emissões, atmosféricas e para a água, *resíduos*, e através do uso e perdas dissipativas de produtos. Por outras palavras, por cada tonelada entrada na economia em 2014, 342,6 kg são libertados para o ambiente após a sua utilização. Este valor representa um decréscimo de 9,9% em relação a 2013, sendo o segundo mais baixo da série (com uma trajetória claramente decrescente).

1.8. O Balanço material

Para um determinado sistema, como as economias nacionais, o princípio do balanço material leva à seguinte identidade: o total de *inputs* é igual ao total de *outputs* mais os acréscimos líquidos. Isto significa que o que entra no sistema é acumulado ou deixa o sistema como um *output*.

O Balanço material permite apurar a quantidade de material retido por um sistema económico, ou seja, o acréscimo líquido às existências de materiais (NAS).

O cálculo do NAS baseado na CFM é efetuado através da diferença entre todos os fluxos de entrada (importações, extração interna e itens de equilíbrio do lado dos *inputs*) e todos os fluxos de saída (Exportações, emissões internas de materiais e itens de equilíbrio do lado dos *outputs*).

O NAS reflete o crescimento físico da economia, isto é, a quantidade de novos materiais utilizados em edifícios e outras infraestruturas e os materiais incorporados em bens duradouros.

Em 2014, a economia portuguesa extraiu do ambiente interno 146,7 milhões de toneladas, importou 55,3 milhões, exportou 40,2 milhões e emitiu para o ambiente interno (DPO) 69,2 milhões de toneladas de materiais.

Em 2014, o NAS foi de 118,2 milhões de toneladas (mais 16,0% do que em 2013), o equivalente a 11,4 toneladas por habitante, e interrompeu uma tendência decrescente que se verificava desde 2008, ano em que se registou o pico da série, com 182,2 milhões de toneladas.

Entre 1995 e 2014, os *inputs* médios anuais em Portugal foram cerca de 303,6 milhões de toneladas de materiais e os *outputs* corresponderam a 170,6 milhões de toneladas anuais. O restante, cerca de 132,9 milhões de toneladas anuais, correspondente ao NAS médio anual, será armazenado para vários anos.

Note-se que os materiais consumidos durante o ano são principalmente alimentos e produtos de combustíveis fósseis e não se tornam parte do *stock*.

Quanto à composição do NAS, os bens duradouros, como máquinas, automóveis e mobiliário, totalizaram 1,1 milhões de toneladas por ano, representando 0,8%. Dependendo do tipo de material, esses bens duradouros permanecerão em *stock* por uma média de 2 a 30 anos antes de serem eliminados.

Os restantes 99,2% do NAS são constituídos por materiais utilizados sob a forma de edifícios ou de infraestruturas e permanecerão em *stock* ao longo de várias décadas ou séculos.

2. Comparações internacionais

Portugal registou, em 2015, um Consumo Interno de Materiais (DMC) de 15,8 ton *per capita* (19,5 ton em 2000), tendo-se aproximado da média europeia, que era de 13,3 ton por habitante na UE28 em 2015 (15,4 ton em 2000). Observou-se, assim, uma melhoria da posição relativa de Portugal (passando do 21º país com menor DMC *per capita* em 2000 para o 16º em 2015).

Confrontando o posicionamento de Portugal em termos de DMC *per capita* e PIB *per capita* (em PPC), em 2015 Portugal apresentou um consumo de materiais 19,6% superior ao da média europeia, sendo o PIB *per capita* inferior em 22,0%.

Efetivamente, Portugal, embora apresente melhorias ligeiras, continua a registar uma produtividade associada à utilização de recursos (PIB em PPC/DMC) inferior à média europeia (64,7% da média da UE28 em 2015 e 62,8% em 2000).

Tal deve-se, em parte, às diferenças estruturais entre a economia nacional e as outras economias europeias, dado que a indústria nacional ainda é suportada em vários setores intensivos em consumo de materiais, tais como a pasta e papel, a refinaria e os produtos minerais não-metálicos (cimentos e cerâmica), siderurgia e produtos metálicos.

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011) - 3º Trimestre de 2016

Capacidade de financiamento da economia aumentou para 0,9% do PIB

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano terminado no 3º trimestre de 2016, mais 0,1 pontos percentuais (p.p.) que a observada no trimestre anterior. A poupança bruta diminuiu 1,2%, verificando-se um crescimento da despesa de consumo final da economia (0,7%) superior ao aumento do Rendimento Disponível Bruto (RDB) da nação (0,4%). Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentou menos que o PIB (0,5% e 0,7% no 3º trimestre de 2016, respetivamente), refletindo o agravamento do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior.

A taxa de poupança das Famílias fixou-se em 4,0%, mais 0,1 p.p. que no trimestre precedente, refletindo um crescimento ligeiramente mais elevado do rendimento disponível comparativamente com o da despesa de consumo final (0,8% e 0,7%, respetivamente). A capacidade de financiamento das famílias passou de 0,6% para 0,8% do PIB no 3º trimestre de 2016, enquanto os saldos das sociedades não financeiras e das sociedades financeiras estabilizaram em 0,4% e em 3,3% do PIB, respetivamente.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) aumentou 0,1 p.p., passando de 3,5% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2016 para 3,6%. Este aumento resultou do efeito conjugado da redução de 0,1% da receita e do aumento de 0,3% da despesa. Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em -812,9 milhões de euros no 3º trimestre de 2016, correspondente a -1,7% do PIB. No conjunto dos três primeiros trimestres de 2016, o saldo das AP foi -2,5% do PIB (-3,4% em igual período do ano anterior).

Conta Satélite da Economia Social – 2013

A Economia Social representou 2,8% do VAB nacional em 2013

Em 2013, a Economia Social representou 2,8% do VAB nacional, 5,2% do emprego total e 6,0% do emprego remunerado. As remunerações pagas pela Economia Social constituíram 5,2% do total das remunerações, correspondendo a remuneração média neste setor a 86,4% da remuneração média no conjunto da Economia.

No âmbito da Conta Satélite da Economia Social (CSES) foram identificadas cerca de 61 mil entidades, distribuídas por um conjunto diversificado de atividades, de entre as quais se destacavam a Cultura, desporto e recreio (50,7%), seguindo-se a Ação e segurança social (15,6%). Por sua vez, a Ação e segurança social destacava-se em termos de Valor Acrescentado Bruto (44,7%), Remunerações (44,6%) e Emprego remunerado (54,6%).

Por grupos de entidades da Economia Social, as Associações com fins altruísticos evidenciavam-se em número de entidades (93,4%), Valor Acrescentado Bruto (61,0%), Remunerações (62,2%) e Emprego remunerado (64,8%).

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulga, no dia Internacional da Solidariedade Humana (20 de dezembro), a segunda edição da Conta Satélite da Economia Social (CSES), para 2013. Esta nova CSES apresenta resultados consistentes com a Base 2011 das Contas Nacionais Portuguesas. O projeto foi desenvolvido pelo INE em parceria com a CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, na sequência da celebração de um protocolo de colaboração entre ambas as entidades.

Com a edição de 2013 da CSES disponibiliza-se informação estatística mais atualizada, que permite efetuar uma avaliação exaustiva da dimensão económica e das principais características da Economia Social (ES) em Portugal. A anterior edição da CSES, relativa ao ano 2010, foi publicada em 2013.

As referências metodológicas fundamentais da edição de 2013 da CSES foram o manual do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010) e a Lei de Bases da Economia Social, que vieram determinar alterações metodológicas importantes face à edição anterior, nomeadamente em termos da delimitação do setor da ES e da alteração do tratamento estatístico dado às atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), que passaram a incluir-se em Formação Bruta de Capital.

Este destaque encontra-se organizado da seguinte forma:

1. Principais resultados, incluindo uma análise da relevância da ES na Economia Nacional;
2. Caracterização detalhada das entidades;
3. Comparação internacional, com países europeus para os quais existe alguma informação estatística disponível;
4. São ainda apresentadas três caixas com informação complementar: a primeira sobre as alterações da CSES 2013, face à edição de 2010, a segunda sobre os grupos económicos das Cooperativas e a terceira sobre o Inquérito Piloto ao Trabalho Voluntário 2012 (resultados publicados em 2013).

Além do presente Destaque, encontram-se disponíveis para consulta na página eletrónica do INE (www.ine.pt) um conjunto de quadros e uma infografia, com informação adicional sobre a CSES 2013.

1. Principais resultados

De acordo com os resultados da CSES, em 2013 a ES representou 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 5,2% das remunerações, 6,0% do emprego remunerado e 5,2% do emprego total (expresso, em ambos os casos, em unidades de trabalho Equivalentes a Tempo Completo – ETC). A remuneração média (por ETC) nas entidades da ES correspondia a 86,4% da média nacional.

O setor da ES caracteriza-se por grande heterogeneidade (ver Quadro 1), estando presente em múltiplas áreas de atividade (ver notas metodológicas). Em 2013, a Ação e segurança social era a principal atividade económica, gerando 54,6% do emprego remunerado e 44,7% do VAB da ES. Apesar das atividades relacionadas com a Cultura, desporto e recreio congregarem mais de 50% do total de unidades de atividade económica, representaram apenas 4,9% do VAB da ES.

Numa análise por grupos de entidades da ES (ver Quadro 2), das cerca de 61 mil unidades consideradas, as Associações com Fins Altruísticos (ACFA) representavam 93,4% do total, sendo responsáveis por 61,0% do VAB, 64,8% do emprego remunerado (ETC) e 62,2% das remunerações. As Cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades da ES com maior peso relativo, em termos do número de unidades e de remunerações, enquanto as Misericórdias foram o segundo grupo mais relevante em termos de VAB e emprego remunerado. Por seu turno, as Associações Mutualistas foram as entidades que apresentaram o VAB gerado por ETC e a remuneração média mais elevados, com valores acima da média nacional em ambos os casos.

No que respeita à distribuição do número de unidades da ES por setor institucional, as Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15) constituíram o setor dominante, congregando 92,6% do total de unidades do universo da CSES, seguindo-se as Sociedades não financeiras e Famílias (S.11 + S.14) com 7,1% do total de unidades, sendo os demais setores residuais no universo da CSES.

As Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15) foram igualmente o setor mais relevante em termos de contribuição para o VAB da ES (72,1% do total), enquanto as Sociedades financeiras (S.12) e as Sociedades não financeiras e Famílias (S.11 + S.14) geraram, respetivamente, 15,9% e 11,9% do VAB da ES, em 2013.

Em termos do tipo de produção, a maior parcela (mais de 60%) correspondeu a produção não mercantil. A produção mercantil aproximou-se dos 37%. Finalmente, a produção para utilização final própria era praticamente residual. Esta estrutura do tipo de produção refletia, em grande medida, a relevância das Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15), sendo este um setor constituído essencialmente por “produtores não mercantis privados”, cuja produção tem um caráter fundamentalmente não mercantil.

Em 2013, o total de recursos das entidades da ES foi estimado em 13.896,7 milhões de euros, provenientes, principalmente, da produção (60,2%), dos subsídios e transferências (26,7%) e dos rendimentos de propriedade (10,1%). Em contrapartida, o total de utilizações foi estimado em 14.308,6 milhões de euros, consistindo, fundamentalmente, em consumo intermédio (29,1%), remunerações (27,8%) e transferências sociais (24,0%).

O Excedente de Exploração Bruto (EEB) das entidades da ES foi de 862,1 milhões de euros. Quase 76% deste montante teve origem em outros subsídios à produção (654,1 milhões de euros).

A poupança bruta foi ligeiramente positiva e as entidades da ES beneficiaram de transferências de capital no montante de 487,3 milhões de euros, que suportaram cerca de 45% do financiamento da Formação Bruta de Capital (FBC). Em 2013, a ES tinha uma necessidade líquida de financiamento de 412,0 milhões de euros.

1.1. Composição do setor da Economia Social

As unidades da ES estão presentes num conjunto extenso de atividades económicas. A Cultura, desporto e recreio, concentrava, em 2013, cerca de 50% das unidades da ES, mantendo a preponderância no número de unidades que já se observava na edição de 2010 da CSES.

A Ação e segurança social e os Cultos e congregações também apresentavam um peso bastante significativo no conjunto das entidades da ES em 2013, invertendo, contudo, as respetivas posições relativas observadas em 2010 (a Ação e segurança social surge agora em segundo lugar). Tal como em 2010, as unidades com menor representatividade estavam relacionadas com a Agricultura, silvicultura e pescas (0,7%), as Atividades de transformação (0,6%) e as Atividades financeiras (0,2%).

Numa ótica territorial (NUTS II), o Norte congregou 32,0% das unidades da CSES, seguido pelo Centro (25,5%) e pela Área Metropolitana de Lisboa (23,0%). Analisando a distribuição por NUTS III, a Área Metropolitana de Lisboa e a Área Metropolitana do Porto, em conjunto, concentraram mais de 1/3 do total de unidades da ES (34,7%).

1.2. VAB

Em 2013 a Ação e segurança social foram responsáveis por 44,7% do VAB da ES, seguidas pelas Atividades financeiras que, apesar do seu caráter residual em termos do número de unidades, representavam 15,6% do total do VAB da ES. A terceira atividade mais relevante era o Ensino e investigação que, em 2013, gerou 14,6% do total de VAB da ES.

Observando os grupos de entidades, as ACFA eram responsáveis por 61,0% do VAB, as Misericórdias por 12,9% e as Cooperativas por 11,6% do total do VAB da ES.

O VAB por ETC na ES foi substancialmente inferior à média da Economia Nacional, tendo sido as Associações Mutualistas o único grupo de entidades a superar aquele valor médio.

1.3. Remunerações

A Ação e segurança social foram as atividades que mais se destacaram relativamente às remunerações pagas na ES, representando 44,6% do total. Seguiram-se o Ensino e investigação e as Atividades financeiras, com 14,6% e 9,6% do total de remunerações da ES, respetivamente.

Por grupos de entidades, evidenciaram-se as ACFA (62,2% das remunerações da ES), seguindo-se as Cooperativas (14,2%), as Misericórdias (12,0%), as Fundações (5,9%), as Associações Mutualistas (5,4%) e os SCA (0,2%).

A remuneração média (por ETC remunerado da ES) foi inferior à da Economia Nacional (86,4%), apresentando uma dispersão significativa por grupos de entidades. As Associações Mutualistas constituíam o grupo da ES com a remuneração média mais elevada, seguindo-se as Cooperativas e as Fundações, ambas com remunerações superiores à Economia Nacional. No extremo oposto encontravam-se as Misericórdias, com a remuneração média mais baixa.

1.4. Emprego

Em 2013, 54,6% do emprego remunerado (ETC) na ES concentrou-se na Ação e segurança social, seguindo-se as atividades de Ensino e investigação (10,7%), os Cultos e congregações (9,3%) e a Cultura, desporto e recreio (6,3%).

Analisando o emprego remunerado (ETC) por grupos de entidades da ES, as ACFA destacaram-se (64,8% do total). As Misericórdias representaram 16,4%, as Cooperativas 11,3%, as Fundações 5,9%, as Associações Mutualistas 2,3% e, finalmente, os SCA (0,2% do total).

1.5. A Economia Social na Economia Nacional

Em 2013, a ES representou 2,7% da produção nacional e 2,8% do VAB nacional, apresentando uma importância relativa igual à observada na edição da CSES 2010.

Em 2013, a totalidade do VAB das Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15) estava integrado no VAB da CSES. Adicionalmente, a CSES integrou também 8,3% do VAB das Sociedades financeiras (S.12), 0,4% do VAB gerado pelas Sociedades não financeiras e Famílias (S.11 + S.14) e uma parte residual do VAB das Administrações Públicas (S.13).

Relativamente às remunerações, o peso da ES no total da Economia Nacional elevou-se de 4,6%, em 2010, para 5,2%, em 2013. Em linha com a evolução das remunerações, a importância relativa do emprego remunerado (ETC) aumentou de 5,5%, em 2010, para 6,0% do total do emprego remunerado total (ETC), em 2013.

Os subsídios e transferências constituíam, como já foi referido, o segundo recurso mais relevante da ES, representando 17,9% e 15,4% do total nacional, em 2010 e 2013, respetivamente.

As organizações da ES foram ainda responsáveis por 2,4% do total da despesa de consumo final, em 2010 e 2013.

Observou-se um aumento do peso da Formação Bruta de Capital (FBC) na Economia Nacional, passando de 3,2% em 2010 para 4,3% em 2013, o que poderá ser justificado, por um lado, pela diminuição do total do investimento na Economia Nacional, entre 2010 e 2013, e, por outro, pelas alterações metodológicas introduzidas pelo SEC 2010 na contabilização da Investigação e Desenvolvimento (I&D) como FBC (ver caixa e notas metodológicas).

A análise comparativa dos pesos na Economia Nacional do VAB e do emprego da ES com os de alguns ramos de atividade permite uma melhor visualização da sua importância relativa. Em 2013, o peso do VAB da ES foi superior ao de ramos de atividade como a agricultura, silvicultura e pesca, a indústria têxtil, a agroindústria e as telecomunicações, entre outros.

Por sua vez, o peso do emprego remunerado (ETC) da ES no total da economia foi maior que em ramos de atividade tradicionalmente caracterizados pela utilização intensiva de trabalho, como, por exemplo, a indústria têxtil.

Caixa - Principais alterações comparativamente à CSES 2010 (base 2006)

Embora aparentemente não tenha existido alteração significativa do peso da ES no VAB total da economia apurado pela atual Conta Satélite (que é consistente com a base 2011 das contas nacionais e tem como referência o quadro concetual do SEC 2010) e pela conta anterior (consistente com a base 2006 das contas nacionais e tendo como referência o SEC 95), é importante referir que a CSES atual apresenta um conjunto de novas características que terão determinado a reavaliação de alguns agregados económicos, entre os quais se destaca a Formação Bruta de Capital (FBC). O peso do emprego que é igualmente reavaliado em alta deverá ter traduzido não tanto as alterações concetuais e metodológicas adotadas, mas fundamentalmente alguma resiliência do setor da ES no contexto económico associado à assistência financeira internacional.

Entre as principais alterações na compilação da CSES, na base 2011, são de sublinhar:

1. A implementação do SEC 2010 que, à semelhança do ocorrido nas Contas Nacionais Portuguesas, introduziu alterações metodológicas com impactos significativos na CSES (para mais informação ver Notas Metodológicas no final do Destaque). As principais mudanças foram:

- a) Registo das despesas em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Formação Bruta de Capital o que em grande medida determina a reavaliação atrás referida;
- b) Novas regras de análise da classificação setorial das unidades institucionais;
- c) Novas regras de contabilização dos rendimentos de propriedade.

2. A alteração da delimitação do setor da CSES - A Lei de Bases de Economia Social refere o tipo de entidades da ES, bem como os princípios orientadores que devem pautar as suas atividades. Em termos gerais, teve como consequência importante a criação de dois novos grupos de entidades: Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA) e Associações com fins altruísticos (que corresponde, genericamente ao grupo "Associações e outras organizações da economia social", da edição de 2010, excluindo as entidades que transitaram para os SCA).

A Lei de Bases da Economia Social não incluiu no elenco de entidades que integram a ES as sociedades comerciais detidas pelas Cooperativas, Associações Mutualistas, etc., pelo que, as mesmas não foram incluídas no perímetro da CSES 2013. Não obstante, incluiu-se no presente Destaque uma caixa especificamente dedicada aos grupos económicos das Cooperativas.

Adicionalmente, ainda no contexto dos trabalhos de delimitação e classificação do universo da CSES 2013, foi revista a classificação de atividades de algumas entidades da Economia Social, face à classificação da edição de 2010.

3. A alteração de fontes de informação:

- a) Novas fontes de informação: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN);
- b) Fontes de informação descontinuadas: Censos às Fundações e menor detalhe de fontes contabilísticas existentes, em virtude do novo sistema normalizado de contabilidade.

A remuneração média da ES correspondeu a 86,4% da remuneração média da Economia Nacional, sendo bastante inferior à remuneração média do setor institucional das Sociedades financeiras (S.12) e das Administrações públicas (S.13).

Analisando o rácio remunerações / VAB, conclui-se que uma parte significativa do VAB da ES se destinava a remunerações (94,5%), percentagem muito superior à observada no conjunto da economia (50,9%),

aproximando-se dos valores registados no setor das Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (93,9%).

2. Caracterização da Economia Social por grupos de entidades

O Quadro 4 sintetiza os principais resultados da CSES, por grupos de entidades, apresentando a principal atividade observada em cada grupo relativamente às Unidades de Atividade Económica (UAE), VAB, remunerações e emprego remunerado, cuja análise, em maior detalhe, se apresenta a seguir.

2.1. Cooperativas

Em 2013, o setor da ES abrangeu 2.117 Cooperativas, das quais 26,8% desenvolviam a sua atividade no Comércio, consumo e serviços. As Atividades de transformação (16,7%), de Desenvolvimento, habitação e ambiente (14,8%) e a Cultura, desporto e recreio (13,2%) foram igualmente relevantes.

A estrutura do VAB por atividade revelou-se distinta. Efetivamente, as Atividades financeiras constituíram a principal atividade das Cooperativas (34,9% do total), apesar de representarem apenas 4,5% do total de unidades deste grupo.

A segunda atividade mais relevante era o Ensino e investigação (27,7% do VAB deste grupo), seguido das Atividades de transformação (19,3%) e do Consumo, comércio e serviços (12,1%).

A estrutura de remunerações era semelhante à do VAB, sendo as Atividades financeiras responsáveis por 31,4% do total de remunerações das Cooperativas, seguindo-se o Ensino e investigação, com 26,9%. Igualmente relevantes eram o Comércio, consumo e serviços (14,6%) e as Atividades de transformação (11,0%), que inverteram as posições relativas face à hierarquia observada no VAB.

No que respeita ao emprego remunerado (ETC), destacavam-se, pela sua importância relativa, o Ensino e investigação (23,4%), o Comércio, consumo e serviços (21,7%) e as Atividades financeiras (17,6%).

Em 2013, as Cooperativas apresentavam uma capacidade líquida de financiamento de 88,5 milhões de Euros.

Caixa – Grupos económicos das Cooperativas

Em Portugal, à semelhança do que sucede noutros países da União Europeia, as Cooperativas têm vindo a adotar estratégias de grupo, constituindo sociedades comerciais e/ou sociedades gestoras de participações sociais (SGPS), por vezes aliadas com outras cooperativas, estendendo igualmente a sua atuação ao plano internacional, criando empresas subsidiárias ou participando no capital social de empresas não nacionais. Esta nova realidade aumentou de forma significativa a complexidade da análise da dimensão económica do grupo das Cooperativas, no contexto da Lei de Bases da Economia Social.

Como referido, os valores apresentados na CSES para as Cooperativas não incluem as sociedades comerciais participadas a 100% por capitais cooperativos. Assim, a presente caixa tem como objetivo evidenciar a relevância dos grupos económicos nas Cooperativas em Portugal, de forma autónoma e complementar à informação apresentada anteriormente.

Assim, para o total de Cooperativas consideradas no universo da CSES 2013, com informação na Informação Empresarial Simplificada (IES), identificaram-se 188 Cooperativas detentoras de um total de 340 participações no capital social de outras entidades, das quais 42 abrangiam a totalidade (100%) do capital societário das referidas entidades.

Optou-se pela circunscrição da presente análise a estas entidades, com o capital social totalmente constituído por capitais cooperativos. Adicionalmente, dispunha-se de informação relativa a duas situações de participação indireta de Cooperativas no capital de sociedades comerciais, através de SGPS, tendo sido estas duas participações igualmente incluídas na análise.

Estas entidades societárias concentravam a sua atividade nas áreas do Desenvolvimento, habitação e ambiente (26,8%), das Atividades de transformação (22,0%), da Cultura, desporto e recreio (17,1%) e do Comércio, consumo e serviços (14,6%). Quase 81% das sociedades comerciais participadas em 100% por capitais cooperativos desenvolviam a respetiva atividade económica nestas quatro áreas.

Em 2013, este grupo de sociedades comerciais gerou aproximadamente 137,8 milhões de euros de VAB, sendo as Atividades de transformação responsáveis por cerca de 96% deste montante, enquanto as demais atividades económicas apresentavam contributos residuais para o total de VAB.

As sociedades comerciais participadas em 100% pelas Cooperativas foram igualmente responsáveis pelo pagamento de 46,8 milhões de euros em remunerações em 2013, concentrando-se 86,0% deste montante nas Atividades de transformação e 8,8% no Comércio, consumo e serviços.

Em termos de emprego remunerado este grupo de sociedades comerciais correspondeu a 1.873 ETC remunerados, das quais 81,6% trabalhavam nas Atividades de transformação e 10,9% desenvolviam atividade no Comércio, consumo e serviços, sendo as demais atividades residuais em matéria de emprego, à semelhança do que se observou relativamente às remunerações.

Se fosse considerado o contributo destas 41 sociedades comerciais, o VAB do setor cooperativo ascenderia a um montante global de 627 milhões de euros, em 2013, convertendo-se as Cooperativas no segundo

Importa ainda referir que se fosse considerado o VAB gerado por estas sociedades comerciais (137,8 milhões de euros) na CSES, o total de VAB da ES ascenderia a 4.344,3 milhões de euros, em 2013. Por conseguinte, o peso do VAB da ES no total da Economia Nacional elevar-se-ia de 2,8% para 2,9%.

2.2. Associações Mutualistas

Em 2013, o grupo das Associações Mutualistas era composto por 111 unidades, das quais 77,5% atuavam na área da Ação e segurança social, enquanto 18,0% das entidades desenvolviam Atividades financeiras.

Em termos de VAB, as Atividades financeiras foram responsáveis por 93,6%, enquanto a Ação e segurança social geraram 5,2%, invertendo-se assim as posições relativas observadas na distribuição do número de unidades.

A estrutura das remunerações revelou-se coerente com a distribuição do VAB, sendo as Atividades financeiras responsáveis por 90,8% do total, enquanto a Ação e segurança social correspondeu apenas a 7,2%.

Na distribuição do emprego remunerado (ETC) as Atividades financeiras concentraram cerca de ¾ do total do emprego remunerado deste grupo, seguindo-se a Ação e segurança social, com menos de 20% do total.

Globalmente, as Associações Mutualistas apresentaram capacidade líquida de financiamento, na ordem dos 51 milhões de euros.

2.3. Misericórdias

Em 2013, as Misericórdias abrangeram 389 unidades, das quais 93,8% desenvolviam a sua atividade na Ação e segurança social, que constituiu igualmente a atividade mais representativa em termos de VAB (86,8% do total). A Saúde e bem-estar foi a segunda atividade mais representativa, com um contributo de 11,9% para o total de VAB das Misericórdias.

Em linha com a distribuição do VAB, a Ação e segurança social foi a atividade mais representativa em termos de remunerações (quase 86% do total), ocupando a Saúde e bem estar a segunda posição relativa (cerca de 12%).

A Ação e segurança social foram igualmente mais relevantes em matéria de emprego remunerado (ETC) (90,2%), seguindo-se a Saúde e bem estar (8,7%).

2.4. Fundações

A larga maioria das 578 Fundações incluídas na CSES, desenvolveu a sua atividade na Ação e segurança social (63,3%), seguindo-se a Cultura, desporto e recreio (18,3%) e o Ensino e investigação (11,3%).

A Ação e segurança social foi igualmente a atividade mais relevante em matéria de VAB (39,5% do total), seguida do Ensino e investigação (33,0%) e Cultura, desporto e recreio (21,1%).

A estrutura das remunerações das Fundações foi muito semelhante à do VAB, sendo a Ação e segurança social a atividade mais relevante (40,5%), seguindo-se o Ensino e investigação (31,0% das remunerações) e a Cultura, desporto e recreio (23,5%).

Na distribuição do emprego remunerado (ETC) observou-se uma hierarquia idêntica, representando a Ação e segurança social 55,9% do total, seguindo-se o Ensino e a investigação (27,7%), a Cultura, desporto e recreio (9,7%) e a Saúde e bem-estar (4,3%).

2.5. Associações com Fins Altruísticos (ACFA)

Este foi o grupo da ES com maior número de entidades (57.196, 93,4% do total) representando, 61,0% do VAB, 62,2% das remunerações e 65,1% do emprego remunerado da ES.

A maioria das ACFA desenvolveu a sua atividade na Cultura, desporto e recreio (53,7%), destacando-se ainda a importância relativa da Ação e segurança social (15,0% do total) e dos Cultos e congregações (14,6%).

No que respeita ao VAB, a atividade mais relevante foi a Ação e segurança social (50,1%), seguindo-se o Ensino e investigação (15,3%) e os Cultos e congregações (13,3%). A atividade com maior número de unidades das ACFA (Cultura, desporto e recreio) foi responsável por 5,5% do total do VAB deste grupo.

A Ação e segurança social era igualmente a atividade mais relevante em termos de remunerações (48,9% do total), seguida pelo Ensino e investigação e pelos Cultos e congregações (14,3% e 13,6% do total, respetivamente).

No emprego remunerado (ETC), a Ação e segurança social representou 54,5% do total, seguindo-se os Cultos e congregações (14,0%) e o Ensino e investigação (10,3%), que apresentaram posições relativas invertidas face à hierarquização observada nas remunerações das ACFA.

2.6. Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA)

A autonomização deste grupo de entidades teve como referência a Lei de Bases da Economia Social, constituindo uma alteração face à edição de 2010 da CSES.

No âmbito dos SCA foram identificadas 877 unidades, sendo maioritariamente composto por baldios (terrenos possuídos e geridos por comunidades locais que, em regra, se constituem como assembleias de



compartes ou conselhos diretivos de baldios, embora possam adotar outras designações e formas jurídicas), coletivos de trabalhadores e outras organizações de natureza comunitária.

Em 2013, as unidades dos SCA desenvolveram a sua atividade sobretudo nas áreas do Desenvolvimento, habitação e ambiente (69,4% do total) e da Agricultura, silvicultura e pescas (24,9%). Contudo, analisando a estrutura do VAB, verificou-se que a Agricultura, silvicultura e pescas constituíam a principal atividade (48,4% do total), seguindo-se as Organizações profissionais, sindicais e políticas.

A estrutura das remunerações nos SCA foi muito semelhante à do VAB, congregando a Agricultura, silvicultura e pescas 52,9% do total, seguindo-se as Organizações profissionais, sindicais e políticas.

Por seu turno, o emprego remunerado (ETC) acompanhou a distribuição do VAB e das remunerações, sendo a atividade principal a Agricultura, silvicultura e pescas (51,5% do total), seguindo-se as Organizações profissionais, sindicais e políticas.

2.7. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

Na CSES 2013, foram consideradas 5.584 entidades com o estatuto de IPSS ou equiparadas (cerca de 9% do total), sendo estas maioritariamente constituídas por ACFA (84,7%), seguindo-se as Misericórdias (6,9%), as Fundações (3,9%), as Cooperativas (2,4%) e as Associações Mutualistas (1,9%).

Mais de 95% das Misericórdias e Associações Mutualistas e menos de 10% do total de Cooperativas e de ACFA possuem estatuto de IPSS.

Em 2013, as IPSS desenvolveram a sua atividade sobretudo na Ação e segurança social (76,4% do total de IPSS), destacando-se ainda os Cultos e congregações (8,0%) e a Cultura, desporto e recreio (6,4%).

No que respeita ao VAB das IPSS, a atividade dominante foi igualmente a Ação e segurança social (77,1%), seguida pelos Cultos e congregações (7,6%) e pela Saúde e bem-estar (6,5%), alterando-se ligeiramente a hierarquia face à distribuição do número de unidades.

Na estrutura do emprego remunerado das IPSS evidenciou-se, uma vez mais, o peso da Ação e segurança social (79,6%), seguindo-se os Cultos e congregações (7,7%) e a Saúde e bem-estar (5,5%).

Em 2013, as IPSS representaram 32,9% da produção, 43% do VAB, 44,1% das remunerações, 27,8% dos outros subsídios à produção e 60,4% do emprego remunerado (ETC) da ES.

3. Comparações internacionais

Não existem muitos países que tenham implementado, de forma regular e sistemática, Contas Satélite da ES e, ainda assim, as comparações com os resultados dos demais países deverão ser efetuadas com alguma prudência, por três motivos fundamentais:

- (i) Nem todos os dados apresentados têm origem em Contas Satélite explícitas, elaboradas com base em informação das Contas Nacionais, de acordo com o SEC 2010. Com efeito, alguns valores resultaram da aplicação de inquéritos a amostras representativas de entidades da ES (ex.: Polónia), enquanto outros resultaram de estudos que se basearam em estatísticas oficiais (ex.: Itália);
- (ii) Não existe inteira coincidência temporal dos vários resultados apresentados; e
- (iii) Por não existir total harmonização no tipo de unidades consideradas no perímetro da ES.

Em todo o caso no que respeita ao VAB e ao emprego remunerado os valores apresentados parecem sugerir genericamente uma posição mediana de Portugal.

Caixa – Inquérito Piloto ao Trabalho Voluntário 2012

O emprego considerado no âmbito da CSES não contempla o chamado trabalho voluntário. Assim, em 2012, o INE introduziu um módulo anexo ao Inquérito ao Emprego (IE), no terceiro trimestre do ano, com a finalidade de conhecer as características fundamentais do trabalho voluntário em Portugal, nomeadamente: o número de voluntários, o enquadramento institucional da atividade, o tipo de tarefas desenvolvidas e o número de horas dedicadas ao voluntariado.

Para o efeito, este inquérito utilizou como referência metodológica o “Manual on the Measurement of Volunteer Work”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo principal objetivo é a criação de um sistema internacional homogéneo de recolha de informação sobre trabalho voluntário.

De acordo com os resultados do Inquérito, estimou-se que, em 2012, cerca de 11,5% da população residente com 15 ou mais anos tenha participado em, pelo menos, uma atividade formal e/ou informal de trabalho voluntário, representando quase 1 milhão e 40 mil voluntários.

Nesse mesmo ano, terão sido dedicadas 368,2 milhões de horas a trabalho voluntário. Tendo como referência o total de horas trabalhadas das Contas Nacionais portuguesas, concluiu-se que as horas dedicadas ao trabalho voluntário equivaliam, aproximadamente, a 4,3% do total de horas trabalhadas. Tal significa que, em média, a população total residente com 15 ou mais anos dedicou aproximadamente 29 horas por mês ao trabalho voluntário.

No sentido de se dispor de uma estimativa de valorização económica do total de horas de trabalho voluntário, efetuaram-se cálculos baseados em metodologias recomendadas a nível internacional, que apresentaram os seguintes resultados:

- Utilizando como referência o “salário mínimo nacional” (retribuição mínima mensal garantida), o trabalho voluntário registava um valor de 1.014,6 milhões de euros, que correspondiam a 0,60% do PIB nacional em 2012;
- Considerando um “salário por ocupação profissional”, a importância relativa quase duplicava (1.798,1 milhões de euros, o que representava 1,07% do PIB nacional no mesmo ano);
- Tendo por base um “salário de apoio social”, isto é, um salário composto que reunia as remunerações médias das profissões equivalentes às atividades voluntárias mais frequentes, obtinha-se um valor intermédio de 1.636,3 milhões de euros, que correspondiam a 0,97% do PIB nacional em 2012.

Numa ótica de comparação internacional, tendo por base os resultados do Inquérito Especial do Eurobarómetro para 2011, observou-se que as taxas de voluntariado mais elevadas tiveram lugar nos países do Norte da Europa, com maior destaque para a Holanda (57% da população residente com 15 e mais anos afirmou fazer voluntariado). Em sentido inverso, os países da antiga Europa de Leste foram aqueles onde se observaram as taxas de voluntariado mais reduzidas. Portugal surgia em antepenúltimo lugar, relativamente distante da média da UE (24%). Esta posição relativa do país poderá ser explicada, em parte, pela cultura de participação em atividades de trabalho voluntário e pelas condições socioeconómicas do país, observando-se alguma correlação entre o grau de desenvolvimento económico e a taxa de voluntariado dos países.

Analisando o tipo de atividades desenvolvidas (para o que foi necessária uma adaptação das nomenclaturas utilizadas de modo a torná-las comparáveis), constatou-se que o tipo de atividades desenvolvidas em Portugal foi distinto do observado na Europa, destacando-se a maior relevância das atividades de Apoio social e Religião e menor importância relativa do Desporto, da Cultura, das Associações comunitárias, da Defesa de direitos e das Organizações profissionais e sindicatos, face à média europeia.

O trabalho voluntário constitui um recurso fundamental das entidades da ES. Uma vez que os períodos de referência do Inquérito ao Trabalho Voluntário e da CSES 2013 são distintos (2012 e 2013, respetivamente), qualquer análise do trabalho voluntário deverá ser efetuada com prudência, sem prejuízo de constituírem uma primeira aproximação ao valor do trabalho voluntário no âmbito da ES.

Assim, estimou-se que cerca de 483 mil indivíduos tenham desenvolvido ações de voluntariado em organizações da ES, em 2012, correspondendo aproximadamente a 90% do trabalho voluntário formal, uma vez que não são consideradas para este efeito as atividades de trabalho voluntário desenvolvidas em organizações da Administração Pública, como hospitais, museus, escolas, etc.

Tendo em conta o total de horas trabalhadas nas Contas Nacionais e os equivalentes a tempo completo (ETC) associados, foi possível estimar que o trabalho voluntário, expresso em ETC, equivaleria a cerca de 41,8% dos ETC da ES, o que ilustra a relevância deste recurso para as organizações da ES.

Mais informação sobre os resultados do Inquérito Piloto ao Trabalho Voluntário 2012 disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=157410423&DESTAQUESmodo=2

Notas metodológicas

1. Introdução

A CSES 2013 encontra-se integrada no quadro conceptual do Sistema de Contas Nacionais Portuguesas (SCNP). O objetivo essencial da CSES é o de disponibilizar informação económica sobre a ES, desenhado como um satélite das Contas Nacionais (CN). A escolha das CN como referência reflete a sua importância enquanto representação do funcionamento da Economia, fiável, sistematizada e comparável internacionalmente.

2. Referências metodológicas

As contas satélite das CN têm como primeiro referencial os conceitos e métodos das CN, definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010). As contas satélite têm como objetivo ampliar a capacidade de observação de fenómenos particulares, constituindo extensões com maior detalhe das CN.

A nova Base 2011 das CN, divulgada a 29 de agosto de 2014, introduziu revisões decorrentes, por um lado, das alterações metodológicas resultantes da adoção do SEC 2010 (por substituição do SEC 95) e, por outro, da incorporação de nova informação estrutural.

Com relevância para a CSES, são de salientar as seguintes alterações a nível metodológico:

a) Novas regras de análise da classificação setorial das unidades institucionais - O SEC 2010 introduziu alterações aos critérios de classificação das unidades por setor institucional. Ao nível das unidades institucionais públicas, o SEC 2010 reforçou significativamente os critérios qualitativos, com destaque para os aspetos relacionados com o controlo e com a natureza das receitas obtidas. Além disso, o critério quantitativo (“rácio de mercantilidade”) foi também alterado, passando a incluir no denominador (correspondente aos custos operacionais), os encargos líquidos com o pagamento de juros. Estas alterações implicaram a reclassificação setorial de várias unidades institucionais pertencentes ao universo da CSES, com efeitos diretos na alteração da metodologia de avaliação da sua produção;

b) Registo das despesas em investigação e desenvolvimento (I&D) na Formação Bruta de Capital - Com o SEC 2010, as despesas resultantes da aquisição de bens e serviços de I&D ou de processos de desenvolvimento de I&D internos às organizações, passam a ser registadas como investimento (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF), enquanto no sistema anterior eram consideradas custos de exploração e registados nas CN como consumo intermédio ou remunerações. Em consequência, tudo o resto constante, o valor do VAB aumenta. Contudo, no caso de unidades institucionais não mercantis, em que a atividade é medida pelos custos, dando origem a despesas de consumo final que contribuem para o VAB, aquela alteração incrementa o VAB apenas no montante do Consumo do Capital Fixo, que passa a ser considerado em resultado da capitalização das despesas com I&D;

c) Novas regras de contabilização dos Rendimentos de propriedade (D.4) – De acordo com o SEC 2010, os rendimentos de propriedade passaram a considerar adicionalmente os rendimentos de investimentos atribuíveis a detentores de participações em fundos de investimento (D.443).

A CSES 2013 tem ainda como principal referência metodológica a Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio) que, entre outras matérias, estabelece o tipo de entidades que devem integrar a ES, assim como os princípios orientadores que devem pautar as atividades desenvolvidas por estas entidades.

A título de exemplo refira-se que esta Lei veio autonomizar os Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA) dos demais grupos de entidades da ES, introduzindo uma alteração significativa face à edição de 2010 da CSES, na qual a informação referente a estas entidades foi parcialmente incluída no grupo das Associações e outras organizações da ES. Para a edição de 2013 da CSES, a informação disponível foi compilada de forma individualizada, criando-se um apuramento específico para os SCA, em coerência com a Lei de Bases da Economia Social.

3. Conceitos e Nomenclaturas

Na elaboração da CSES 2013 foram igualmente tidos em conta os conceitos, métodos, classificações e regras contabilísticas do “Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts”, das Nações Unidas (HNPI), o qual se baseia no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993 (SCN 93) e do “Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: co-operatives and mutual societies” do Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative (CIRIEC). Estes manuais além de constituírem referências internacionais, potenciam a comparação da Conta com outras experiências internacionais. Assim, a Conta Satélite que se apresenta neste Destaque tem uma filiação múltipla: em primeiro lugar, as Contas Nacionais Portuguesas (Base 2011), que obedecem ao quadro conceptual do SEC 2010, o HNPI das Nações Unidas e o “Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: co-operatives and mutual societies”, tendo sido, por vezes, necessário compatibilizar os diferentes entendimentos e métodos consagrados nos vários documentos.

Nos termos do disposto na Lei de Bases da Economia Social, entende-se por ES o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Associações com Fins Altruísticos, que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social, assim como por outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da ES.

As atividades desenvolvidas pelas entidades da ES “têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente, quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes.

Ainda nos termos da Lei de Bases, as entidades da ES são autónomas e atuam no âmbito das suas atividades de acordo com os seguintes princípios orientadores:

- a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
- b) A adesão e participação livre e voluntária;
- c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
- e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;
- f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à ES;
- g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da ES de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da ES, constitucionalmente consagrada.”

Assim, de acordo com a Lei de Bases da Economia Social, as unidades da CSES foram agregadas, pelos seguintes grupos de entidades:

- Cooperativas;
- Associações Mutualistas;

- Misericórdias;
- Fundações;
- Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA);
- Associações com Fins Altruísticos (ACFA).

Foi ainda elaborado um apuramento para as entidades detentoras do estatuto de IPSS ou equiparadas, uma vez que estas podem assumir diferentes formas e naturezas jurídicas, encontrando-se dispersas por todos os grupos de entidades da ES.

Importa ainda referir que foram incluídas nos grupos das Misericórdias e das Associações Mutualistas as respetivas caixas económicas anexas, uma vez que o seu regime jurídico (Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro) estabelece que estas devem observar, com as devidas adaptações os princípios orientadores que regem a atividade da Economia Social, bem como os princípios mutualistas previstos no Código das Associações Mutualistas, podendo apenas ser constituídas para a exclusiva prossecução dos fins de Associações Mutualistas, Misericórdias ou outras instituições de beneficência, observando se igualmente algumas restrições na afetação de resultados. Estas duas últimas características já constavam do anterior regime jurídico das caixas económicas, regulado pelo Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio.

Em termos de classificação dos setores institucionais previstos no SEC 2010, as unidades da CSES 2013 são constituídas por:

- Instituições sem fim lucrativo classificadas no setor institucional das Sociedades não financeiras (S.11) (ex.: cooperativas, exceto caixas de crédito agrícola mútuo; escolas, universidades e centros de investigação; associações de desenvolvimento económico, social e comunitário; associações patronais e profissionais; etc.);
 - Instituições sem fim lucrativo mercantis classificadas no setor institucional das Sociedades financeiras (S.12) (ex.: associações mutualistas; caixas de crédito agrícola mútuo, caixas económicas anexas a Misericórdias e Associações Mutualistas);
 - Administrações Públicas (S.13) (Régies cooperativas);
 - Instituições sem fim lucrativo de pequena dimensão classificadas no setor institucional das Famílias (S.14) (ex.: associações de pais e de encarregados de educação; baldios, etc.);
 - Unidades institucionais classificadas no setor institucional das Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15); (ex.: associações de solidariedade social, lares, casas do povo, centros de dia, Misericórdias; clubes desportivos e recreativos; associações de desenvolvimento local; partidos políticos, sindicatos, centros paroquiais, organizações não-governamentais do ambiente, cultos e congregações etc.).
- Atendendo aos princípios orientadores da Lei de Bases da Economia Social não foram consideradas na CSES 2013 quaisquer entidades do setor institucional das Administrações Públicas (S.13), à exceção das régies cooperativas, considerando a sua especificidade. Também não foram incluídas na CSES quaisquer unidades do subsector institucional das Sociedades não financeiras públicas (S.11001).

As unidades que constituem o universo da CSES foram objeto de uma dupla classificação, por Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais (NRCN06) (coerente com a CAE Rev.3) e por Classificação de Atividades das Entidades da Economia Social (CAEES), que constitui uma adaptação da Classificação Internacional das Instituições sem Fim Lucrativo (ICNPO), do Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts (HNPI). O critério de classificação na CAEES foi a atividade principal da unidade institucional, tendo como referência a classificação da mesma ao nível da Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais (NRCN06).

No contexto dos trabalhos de delimitação e classificação do universo da CSES 2013 foram alteradas as CAEES de algumas unidades face à classificação adotada na edição de 2010 (então designada Classificação das Organizações da Economia Social - CAOES), pelo que, uma análise evolutiva dos valores apresentados em ambas as edições da CSES, por atividade (tal como por grupo de entidades) não deve ser efetuada.

No quadro seguinte é possível observar alguns exemplos do tipo de entidades da ES considerado em cada atividade da CAEES:

Ainda em termos de conceitos utilizados na CSES 2013, importa distinguir o trabalho voluntário do emprego não remunerado:

- Trabalho voluntário – Segundo a OIT, o trabalho voluntário deverá ser definido como “trabalho não pago e não compulsivo; que consiste no tempo que os indivíduos (com mais de 15 anos) dedicam a atividades não remuneradas, realizadas através de uma organização ou diretamente, em prol de outros que não pertençam ao seu agregado familiar”;
- Emprego não remunerado – segundo o SEC 2010, o “Emprego não remunerado” corresponde ao conceito de “trabalhadores por conta própria, no qual se incluem as categorias referentes a:
 - a) Trabalhadores familiares não remunerados, incluindo os que trabalham em empresas não constituídas em sociedade, que se dedicam à produção mercantil;

- b) Trabalhadores domiciliários cujo rendimento é função do valor dos produtos resultantes de um processo de produção pelo qual sejam responsáveis. O contrato destes trabalhadores domiciliários é fornecer bens ou serviços à parte que os encomendou;
- c) Trabalhadores que asseguram, individual ou coletivamente, uma produção inteiramente destinada ao consumo final próprio ou à formação de capital por conta própria (...)."

Outro conceito utilizado na análise do emprego no âmbito da CSES é o de Equivalente a Tempo Completo (ETC), que, segundo o SEC 2010, "é definido como o total de horas trabalhadas dividido pela média anual de horas trabalhadas em postos de trabalho a tempo completo no território económico".

4. Fontes

As principais fontes de informação em que se baseou a estimativa das variáveis monetárias e não monetárias da CSES foram as seguintes:

- Contas Nacionais (Base 2011);
- Informação Empresarial Simplificada (IES);
- Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social (OCIP);
- Declaração de remunerações à Segurança Social;
- Conta Geral do Estado (CGE);
- Balancetes analíticos detalhados das entidades da Administração central;
- Inquérito ao Emprego (IE);
- Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente (IONGA);
- Inquérito às Associações de Socorros Mútuos (IASM);
- Inquérito às Associações, Uniões, Federações e Confederações Patronais (IAP);
- Inquérito às Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros (IEDCB);
- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN);
- Relatórios e Contas de Instituições sem fins lucrativos;
- Demonstração de resultados e balanços das cooperativas creditadas pela CASES;
- Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas do INE (FGUE);
- Páginas eletrónicas das unidades de atividade económica;
- Página eletrónica do Ministério da Justiça (<https://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.aspx>).

Na presente edição da CSES não foi possível contar com a informação dos Censos às Fundações, uma vez que esta iniciativa governamental não teve continuidade para os exercícios que se seguiram a 2010. Tal facto, aliado ao menor detalhe de fontes existentes, em virtude do novo sistema normalizado de contabilidade, representou um constrangimento acrescido para a obtenção de informação económica detalhada referente a este grupo de entidades, tendo condicionado o apuramento de algumas variáveis da respetiva sequência completa de contas.

5. Considerações Finais

A CSES deverá ser considerada um projeto em desenvolvimento, em linha com a evolução preconizada por instituições de referência no plano internacional, como a ONU e o CIRIEC, especialmente devido à atualização e renovação permanente dos conceitos e das metodologias adotadas para a compilação de informação, no contexto das CN, assim como da reformulação do conceito de voluntariado e respetivas metodologias para a sua mensuração, presentemente em discussão na OIT.

Não obstante a sua relevância enquanto "retrato" da dimensão económica da ES, a CSES constitui apenas uma visão parcial da mesma. Com efeito, a análise da relevância da ES deverá passar não só pela componente económica, mas também pelo número de membros/associados e de beneficiários da atuação deste universo de entidades, pela análise de externalidades, de efeitos multiplicadores e de impactos da sua atuação, designadamente a nível da redução da pobreza e das desigualdades sociais em território nacional, entre outras perspetivas de análise possíveis, que extravasam o âmbito da presente Conta Satélite.

Estatísticas do Comércio – 2015

1. O setor do comércio em Portugal

Empresas de Comércio aumentaram volume de negócios em 2015

Em 2015, o setor do Comércio era constituído por 220,7 mil empresas (-0,5% face a 2014) distribuídas entre Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motocicletas (28,0 mil empresas, +1,1%), Comércio por Grosso, exceto de veículos automóveis e motocicletas (58,9 mil empresas, +0,2%) e Comércio a Retalho, exceto de veículos automóveis e motocicletas (133,9 mil empresas, -1,1%).

O volume de negócios gerado pela atividade de Comércio (123,2 mil milhões de euros) aumentou 3,0% em 2015, sucedendo +2,4% em 2014. O pessoal ao serviço correspondeu a 732,5 mil trabalhadores, crescendo 1,9% e recuperando face a -0,6% em 2014. O volume de negócios e o pessoal ao serviço no Comércio representaram 37,3% e 20,7%, respetivamente, do total do setor empresarial não financeiro. Em termos de valor acrescentado bruto verificou-se um aumento de 6,0% em 2015 (+5,4% em 2014), contribuindo este setor com 19,6% para o total do setor empresarial não financeiro. As empresas de Comércio concentraram, ainda, 80,7% das vendas de mercadorias e 81,1% do valor de custo das mercadorias, bem como 79,2% da margem comercial total (em 2014, 81,8%, 81,6% e 83,1%, respetivamente).

A margem comercial das empresas de Comércio em 2015 aumentou 4,1% (+4,6% em 2014) atingindo 21,7 mil milhões de euros, o equivalente a uma margem por empresa de 98,4 mil euros (94,1 mil euros em 2014). Perto de metade da margem comercial global (47,7%) coube ao comércio por grosso.

O setor do Comércio era composto quase exclusivamente por empresas com menos de 50 pessoas ao serviço (99,6% do total), predominando, também, empresas em nome individual (56,5%). Ainda assim, as sociedades geraram 95,3% do VVN do setor e asseguraram quase ¾ do emprego (79,2%).

No subsetor de **Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos** (divisão 45 da CAE) o número de empresas aumentou 1,1% em 2015 (-1,7% em 2014) e o respetivo pessoal ao serviço cresceu 2,6% (-0,8% em 2014). O aumento do VVN destas empresas foi substancialmente superior, tendo atingido 17,0% (+14,6% em 2014). Também a margem comercial verificou aumentos assinaláveis, +7,8% no total e +6,7% na média por empresa.

No **Comércio por Grosso** (divisão 46 da CAE) os crescimentos registados foram menos expressivos: 0,2% no número de empresas, 1,4% no pessoal ao serviço e 0,7% no VVN. Em 2014, pela mesma ordem, as variações registadas foram -2,2%, -1,4% e +0,2%. A margem comercial cresceu 3,0% em termos totais e 2,9% por empresa (+3,4% e +5,6% em 2014, respetivamente).

Entre as três divisões de **Comércio**, apenas no **Retalho** se registou diminuição no número empresas (-1,1%); ainda assim, este subsetor apresentou evoluções positivas nos principais indicadores: +2,0% no pessoal ao serviço, +1,9% no VVN, +4,6% na margem comercial e +5,7% na margem por empresa. Em 2014, as variações observadas foram, pela mesma ordem, as seguintes: -2,2%, -0,1%, +2,0%, +4,6% e +7,0%. O maior contributo para a margem comercial total teve origem na atividade 477- Comércio a retalho de outros produtos, em estabelecimentos especializados (38,4% da margem total), onde se inclui a venda de vestuário, calçado, produtos farmacêuticos, cosméticos e de higiene, entre outros. A margem comercial por empresa atingiu o maior valor na atividade 471- Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados (179,1 mil euros por empresa), onde se incluem as grandes superfícies comerciais e estabelecimentos generalistas de menor dimensão.

2. Principais produtos da Atividade de Comércio

A 'venda de automóveis' correspondeu a 64,4% do volume de negócios da atividade de **Comércio, Manutenção e Reparação Automóvel** (+4,4 p.p. face a 2014), seguida pela 'venda de peças e acessórios para veículos automóveis' (22,5% do volume de negócios).

Os principais produtos comercializados pelas empresas de **Comércio por Grosso** foram os 'produtos alimentares, bebidas e tabaco' (26,7%, +0,5 p.p.), os 'combustíveis, os materiais de construção, produtos químicos e produtos intermédios' (26,5%, -1,6 p.p.) e os 'bens de consumo doméstico' (22,3%, +0,3 p.p.).

Também no **Comércio a Retalho**, os 'produtos alimentares, bebidas e tabaco' agregaram a maior parcela de volume de negócios deste subsetor (33,7%, +0,5 p.p.), seguindo-se os 'combustíveis para veículos e outros produtos novos n.e.' (22,6%, -1,2 p.p.) e o conjunto de bens de uso pessoal, tais como o vestuário, produtos médicos e farmacêuticos, artigos de higiene (22,2%, +0,2 p.p.).

3. Unidades Comerciais de Dimensão Relevante (UCDR)

VVN gerado pelas UCDR com ligeiro aumento

Em 2015 existiam 3348 estabelecimentos classificados como UCDR em Portugal, dos quais 51,4% dedicados principalmente ao comércio a retalho alimentar ou com predominância alimentar e o remanescente ao comércio a retalho não alimentar ou sem predominância alimentar. Face a 2014, registou-se um aumento de 4,5% no número total.

As UCDR empregaram 107,9 mil trabalhadores em 2015, dos quais 29,7% em trabalho temporário, especialmente no retalho alimentar (36,3%); cerca de 68,9% dos trabalhadores totais eram mulheres. Em 2014, as UCDR tinham empregado 102,2 mil trabalhadores, 29,0% dos quais em trabalho temporário e 70,3% de mulheres.

Estas unidades comerciais geraram um volume de negócios de 16,5 mil milhões de euros (+1,9% face a 2014). Com 11,5 mil milhões de euros de vendas de mercadorias, o retalho alimentar assegurou 70,2% das vendas do conjunto das UCDR.

Em média, cada estabelecimento de retalho alimentar realizou um valor de vendas anual de 6,7 milhões de euros, valor que foi apenas 3,0 milhões de euros no caso dos estabelecimentos de retalho não alimentar.



O número de transações realizadas nos estabelecimentos UCDR ascendeu a 955,3 milhões. No retalho alimentar o valor médio por transação correspondeu a 15,0 euros (15,3 euros em 2014) e no retalho não alimentar a 25,8 euros (21,0 euros em 2014).

Nas unidades de **retalho alimentar**, as vendas de 'produtos alimentares, bebidas e tabaco' cifraram-se em 8,4 mil milhões de euros, correspondendo lhes 72,8% das vendas totais (-0,2 p.p. face a 2014). Destas, as vendas de 'arroz, massas e cereais' (13,3%), 'carne e produtos à base de carne' (11,6%) e 'leite, seus derivados e ovos' (10,9%) foram as mais importantes. No que respeita a produtos não alimentares, as vendas de 'cosmética e higiene pessoal' (7,3%) e de 'limpeza doméstica' (3,8%) foram as que mais se destacaram.

Nos estabelecimentos de **retalho não alimentar**, o 'vestuário e acessórios' (28,3%), os 'computadores e material ótico, fotográfico e de telecomunicações' (13,2%) e o 'mobiliário de uso doméstico, material de iluminação, têxteis para o lar e retrosaria' (9,8%) foram os produtos com as vendas mais expressivas.

Em 2015, os produtos de marca própria representaram 34,8% e 47,8% do volume de vendas do retalho alimentar e não alimentar, respetivamente (34,7% e 48,1% em 2014).

Estatísticas do Comércio Internacional – novembro de 2016

As exportações e importações aumentaram 7,6% e 8,4%, respetivamente, em termos nominais

Em novembro de 2016, as exportações e as importações de bens registaram variações homólogas nominais de respetivamente +7,6% e +8,4% (-3,5% e -1,8% em outubro de 2016, pela mesma ordem). Excluindo os *Combustíveis e lubrificantes*, as exportações cresceram 8,0% e as importações aumentaram 10,3% (respetivamente -4,1% e -1,0% em outubro de 2016).

O défice da balança comercial de bens atingiu 791 milhões de euros em novembro de 2016, representando um aumento de 91 milhões de euros face ao mês homólogo de 2015. O défice da balança comercial excluindo os *Combustíveis e lubrificantes* situou-se em 546 milhões de euros, mais 135 milhões de euros que no mesmo mês de 2015.

No trimestre terminado em novembro de 2016, as exportações de bens cresceram 3,5% e as importações de bens aumentaram 2,8%, face ao período homólogo.

Resultados globais

Em novembro de 2016, em termos das variações homólogas mensais, as exportações cresceram 7,6% (-3,5% em outubro de 2016), principalmente devido ao aumento de 16,6% registado no Comércio Extra-UE (-2,5% em outubro de 2016). As importações aumentaram 8,4% (-1,8% em outubro de 2016), em resultado das importações Intra-UE que cresceram 11,7% (-0,5% em outubro de 2016), já que as importações Extra-UE registaram uma diminuição (-3,0%).

Excluindo os *Combustíveis e lubrificantes*, em novembro de 2016 as exportações aumentaram 8,0% e as importações cresceram 10,3% face a novembro de 2015 (respetivamente -4,1% e -1,0% em outubro de 2016).

Em novembro de 2016, no que se refere às variações face ao mês anterior, as exportações cresceram 6,8%, principalmente devido à evolução do Comércio Intra-UE. As importações registaram igualmente um aumento (+4,3%), devido à evolução do Comércio Intra-UE, já que as importações Extra-UE registaram um decréscimo.

No trimestre terminado em novembro de 2016, as exportações aumentaram 3,5% e as importações cresceram 2,8% face ao período homólogo (respetivamente +2,4% e +3,0% no trimestre terminado em outubro de 2016).

Em novembro de 2016, o défice da balança comercial atingiu 791 milhões de euros, o que representa um aumento de 91 milhões de euros em relação ao mesmo mês de 2015.

Excluindo os *Combustíveis e lubrificantes*, em novembro de 2016 a balança comercial totalizou um saldo negativo de 546 milhões de euros, correspondente a um acréscimo do défice em 135 milhões de euros face a novembro de 2015.

Grandes Categorias Económicas

Em novembro de 2016, nas exportações todas as categorias económicas aumentaram face ao mês homólogo de 2015, com maior destaque nos *Produtos alimentares e bebidas* (+14,4%) e nas *Máquinas e outros bens de capital* (+12,4%).

Nas importações, em novembro de 2016 os maiores aumentos em relação ao mesmo mês de 2015 verificaram-se no *Material de transporte e acessórios* (+13,8%), nos *Bens de consumo* (+11,8%) e nas *Máquinas e outros bens de capital* (+11,0%). Os *Combustíveis e lubrificantes* registaram uma redução (-7,1%), devido aos *Óleos brutos de petróleo*.

Países

Tendo em conta os principais países de destino em 2015, em novembro de 2016 apenas as exportações para os Países Baixos e Estados Unidos diminuíram em comparação com o mesmo mês de 2015 (-10,6% e -3,6%, respetivamente), tendo as exportações para Espanha, Alemanha e Angola sido as que mais aumentaram.

Nas importações, no âmbito dos maiores países fornecedores em 2015, em novembro de 2016 apenas três países registaram quebras face ao mês homólogo de 2015: Estados Unidos (-10,4%), Reino Unido (-1,2%) e Angola (-0,8%). Os restantes países registaram aumentos, com maior destaque para os Intra-UE, principalmente Espanha e Alemanha.

Índices de Valor Unitário do Comércio Internacional de Bens

Dando cumprimento ao calendário de divulgação definido para a informação dos Índices Trimestrais de Valor Unitário do Comércio Internacional, divulgam-se neste destaque os resultados do 3º trimestre de 2016 a 70 dias, que atualiza a informação a 40 dias divulgada no destaque anterior.

Esta nova versão revista relativa ao 3º trimestre de 2016 resulta da incorporação da informação do Comércio Internacional de Bens mais recente, não se registando contudo alterações significativas face à anterior versão.

Mantém-se portanto a tendência verificada na primeira versão dos dados (ver gráfico em baixo), passando-se do 2º para o 3º trimestre de ganhos para perda de termos de troca (preço relativo das exportações em termos das importações).

Índice de Custos de Construção de Habitação Nova e Índice Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação – novembro de 2016

Índice de Custos de Construção de Habitação Nova com ligeira aceleração

A taxa de variação homóloga do Índice de Custos de Construção de Habitação Nova, no Continente, foi 1,6% em novembro, subindo aumentando 0,1 pontos percentuais (p.p.) face à variação de outubro. O Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação, no Continente, apresentou uma taxa de variação homóloga idêntica ao mês anterior (1,7%).

1. Índice de Custos de Construção de Habitação Nova

A taxa de variação homóloga do Índice de Custos de Construção de Habitação Nova, no Continente, fixou-se em 1,6% em novembro, 0,1 p.p. superior ao observado no mês anterior. Este comportamento reflete o crescimento homólogo de 0,1 p.p. na componente *Materiais*, para um taxa de 0,8%. A componente *Mão-de-obra* manteve a mesma variação registada em outubro (2,2%). As variações homólogas dos índices relativos a *Apartamentos* e *Moradias* mantiveram-se em 1,5% e 1,6%, respetivamente.

2. Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação

O Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação, no Continente, registou uma variação homóloga de 1,7% em novembro, idêntica à observada no mês anterior. As variações dos índices das componentes *Produtos* e *Serviços* situaram-se em -1,2% e 2,7%, respetivamente (-1,1% e 2,5% em outubro). Por região NUTS II do Continente, todas as regiões apresentaram taxas de variação homólogas positivas, exceto o *Alentejo*, onde se registou uma descida de 0,1%.

Índice de Preços no Consumidor – dezembro de 2016

A taxa de variação média anual do IPC foi 0,6% em 2016 e a taxa de variação homóloga situou-se em 0,9% em dezembro

Em 2016, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 0,6% (0,5% no ano anterior). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média anual situou-se em 0,7% em 2016 (valor idêntico ao do ano anterior).

Em dezembro de 2016, o IPC registou uma variação homóloga de 0,9%, taxa superior em 0,3 pontos percentuais (p.p.) à observada em novembro. A aceleração do IPC foi determinada sobretudo pelo comportamento dos preços do subgrupo dos *Combustíveis e lubrificantes para equipamento para transporte pessoal*. Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a variação homóloga foi 0,5% (0,4% no mês anterior). Comparativamente com o mês anterior, o IPC apresentou uma variação nula em dezembro (-0,5% e -0,3% no mês anterior e em dezembro de 2015, respetivamente).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou uma taxa de variação média anual de 0,6% em 2016 (0,5% no ano anterior). A taxa de variação homóloga situou-se em 0,9% em dezembro, superior em 0,4 pontos percentuais (p.p.) à observada em novembro de 2016 e inferior em 0,2

p.p. à estimada pelo Eurostat para a área do Euro. Em dezembro de 2016, o IHPC apresentou uma taxa de variação mensal nula.

Índice de Preços da Habitação - 3º trimestre de 2016

Taxa de variação homóloga do índice de preços da habitação foi 7,6% no terceiro trimestre de 2016

Entre julho e setembro de 2016, o índice de preços da habitação (IPHab) registou um aumento de 7,6% por comparação com o mesmo período do ano anterior e 1,3% em relação ao trimestre precedente. No período em análise transacionaram-se 31 535 alojamentos, o que correspondeu um valor aproximado de 3,6 mil milhões de euros.

Varição homóloga

No terceiro trimestre de 2016, a taxa de variação homóloga do IPHab cifrou-se nos 7,6%, mais 1,3 p.p. face ao trimestre anterior. Os alojamentos existentes, com um aumento dos preços de 9,1%, continuaram a evidenciar uma dinâmica de subida de preços superior à verificada nos alojamentos novos (3,7%), situação que perdura desde o último trimestre de 2014.

Varição trimestral

O índice de preços da habitação aumentou 1,3% no terceiro trimestre de 2016, o que constitui a mais baixa taxa de variação observada no presente ano. No período em análise, ambos os tipos de habitação registaram acréscimos no nível médios dos preços (0,3% e 1,7% para alojamentos novos e existentes, respetivamente).

Varição média anual

A variação média anual (variação referente à variação média dos últimos quatro trimestres relativamente aos quatro trimestres homólogos) foi 6,5% no terceiro trimestre de 2016, mais 1,1 p.p. face ao trimestre anterior.

Indicador do número e do valor das vendas de alojamentos familiares

No terceiro trimestre de 2016, as vendas de alojamentos familiares ascenderam a 31 535 transações, mais 15,8% face o mesmo período do ano anterior e -0,7% por comparação com o trimestre transato. Entre julho e setembro deste ano, o valor total dos alojamentos vendidos superou os 3,6 mil milhões de euros, menos 100 milhões do que no trimestre precedente e o segundo valor mais elevado observado desde o último trimestre de 2010.

As regiões Norte e a Área Metropolitana de Lisboa concentraram, no terceiro trimestre de 2016, cerca de 64,0% do número total de transações de alojamentos e 71,0% do valor transacionado (a percentagem máxima da série disponível). De entre as regiões nacionais, o Algarve foi a única a apresentar um decréscimo em termos homólogos do número e do valor das transações de alojamentos.

Índices de Preços na Produção Industrial – novembro de 2016

Índice de Preços na Produção Industrial registou variação homóloga nula

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em novembro, uma variação homóloga nula (-1,0% em outubro). Excluindo o agrupamento de *Energia*, o índice diminuiu 0,4% (variação de -0,5% no mês anterior). A variação mensal foi igualmente nula (-0,9% no mesmo mês do ano anterior).

Varição homóloga

O Índice de Preços na Produção Industrial registou, em novembro, uma variação homóloga nula, que compara com a redução de 1,0% observada em outubro. Os aumentos observados nos agrupamentos de *Energia* e de *Bens de Consumo* compensaram as reduções registadas nos restantes agrupamentos. No primeiro daqueles agrupamentos, a variação homóloga situou-se em 1,6% em novembro (-3,0% no mês anterior), enquanto o segundo manteve a variação observada no mês precedente, 0,7%. O agrupamento de *Bens Intermédios* apresentou o contributo negativo mais intenso (-0,4 pontos percentuais – p.p.) para a variação do índice agregado, resultante da taxa de variação de -1,3% (-1,5% em outubro). O agrupamento de *Bens de Investimento* registou igualmente um contributo negativo (-0,1 p.p.), originado pela variação homóloga de -1,0% (-0,8% no mês anterior). Excluindo o agrupamento de *Energia*, os preços na produção industrial registaram uma diminuição de 0,4% (variação de -0,5% no mês precedente). O índice da secção das *Indústrias Transformadoras* passou de uma variação homóloga de -1,2% em outubro, para -0,3% em novembro. O contributo desta secção para a variação do índice total foi -0,3 (p.p.).

Variação mensal

O Índice de Preços na Produção Industrial registou uma variação mensal nula em novembro (-0,9% no mesmo mês de 2015). O agrupamento de *Energia*, com uma taxa de variação de 0,3% (-4,2% no período homólogo), apresentou um contributo de 0,1 p.p. para a variação mensal do índice total. Inversamente, o agrupamento de *Bens de Consumo* apresentou um contributo negativo de igual intensidade (0,1 p.p.), em resultado da taxa de variação de -0,2% (igual à observada no período homólogo). A variação mensal da secção das *Indústrias Transformadoras* foi 0,0% (-0,9% em igual mês de 2015).

Índices de Produção, Emprego e Remunerações na Construção – novembro de 2016

Índice de Produção na Construção atenua variação homóloga negativa

O índice de produção na construção apresentou uma taxa de variação homóloga de -2,0% em novembro (-3,0% no mês anterior). O índices de emprego e de remunerações diminuíram, respetivamente, 0,1% e 0,4%, (-1,7% e -4,0% em outubro).

Produção

O índice de produção na construção registou, em novembro de 2016, uma variação homóloga de -2,0%, (variação de -3,0% em outubro). A variação menos negativa revelada pela atividade da construção neste período foi comum aos dois segmentos, *Construção de Edifícios* e *Engenharia Civil*. A *Construção de Edifícios* passou de uma variação de -1,7% em outubro para -0,5% em novembro, que se traduziu num contributo de -0,3 pontos percentuais (p.p.) para a variação do índice agregado. A *Engenharia Civil* apresentou uma variação de -4,1% em novembro (-4,8% em outubro) da qual resultou um contributo de -1,7 p.p. para a variação total do índice.

Emprego

O índice de emprego no setor da construção diminuiu 0,1% em termos homólogos (variação de -1,7% em outubro). Face ao mês anterior, o índice de emprego registou uma taxa de variação de 0,7% (variação de -0,9% em novembro de 2015).

Remunerações

O índice das remunerações efetivamente pagas, apresentou, em novembro, uma variação homóloga de -0,4% (-4,0% no período anterior). Comparativamente com o mês anterior, o índice das remunerações aumentou 12,3% (8,3% em novembro de 2015).

Índices de Produção Industrial – novembro de 2016

Índice de Produção Industrial registou variação homóloga positiva

O índice de produção industrial apresentou uma variação homóloga de 1,6% em novembro (-0,5% em outubro). A secção das *Indústrias Transformadoras* registou uma variação homóloga de -0,7% (-3,0% no mês anterior).

Variação homóloga

O índice de produção industrial registou uma variação homóloga de 1,6%, 2,1 pontos percentuais (p.p.) superior à observada em outubro.

O agrupamento de *Energia*, com um contributo de 2,5 p.p., resultante de uma taxa de variação de 14,8% (8,3% no mês anterior), determinou a variação positiva do índice agregado. O contributo negativo mais influente (-0,6 p.p.) teve origem no agrupamento de *Bens de Consumo* com uma variação homóloga de -1,9% (-1,4% em outubro). O agrupamento de *Bens de Investimento* passou de uma taxa de variação de -4,5% em outubro, para -1,8% em novembro, tendo contribuído com -0,3 p.p. para a variação do índice total. O índice da secção de *Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio* passou de uma variação homóloga de 10,6% em outubro, para 19,4% em novembro, enquanto o da secção das *Indústrias Transformadoras* registou uma taxa de -0,7% (-3,0% no mês anterior). A variação da secção das *Indústrias Extrativas* situou-se em 0,2%, 2,7 p.p. superior à registada em outubro.

Variação mensal

O índice de produção industrial registou uma variação mensal de -0,8% em novembro (1,4% em outubro). O agrupamento de *Energia* apresentou o contributo negativo mais intenso para a variação do índice total (-2,2 p.p.), originado por uma variação mensal de -10,7% (9,9% no mês anterior). Inversamente, o de *Bens Intermédios* apresentou o contributo positivo mais forte (1,6 p.p.), em resultado da taxa de variação de 4,5% (-1,9% em outubro).

A variação mensal da secção de *Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio* diminuiu 11,5%, depois de no mês anterior ter registado um crescimento da mesma intensidade. A variação mensal da secção das *Indústrias Transformadoras* situou-se em 1,3% (0,3% em outubro). A secção das *Indústrias Extrativas* registou uma variação mensal de 5,6%, superior em 1,4 p.p. à verificada no mês anterior.

Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho – novembro de 2016

Índice de Vendas no Comércio a Retalho acelerou

O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho passou de uma variação homóloga de 3,9% em outubro para 4,3% em novembro. Os índices de emprego, de remunerações e de número de horas trabalhadas, ajustadas de efeitos de calendário, apresentaram, no mês de referência, taxas de variação homóloga de 2,8%, 6,5% e 1,4%, respetivamente (3,0%, 6,0% e 1,0% em outubro, pela mesma ordem).

Volume de Negócios

O índice de volume de negócios no comércio a retalho registou uma taxa de variação homóloga de 4,3% em novembro, acelerando 0,4 pontos percentuais (p.p.) face ao mês anterior.

Esta evolução resultou, em particular, do desempenho do agrupamento de *Produtos Alimentares*, que passou de uma variação homóloga de 3,8% em outubro, para 4,6% em novembro. O índice do agrupamento de *Produtos não Alimentares* registou uma variação homóloga idêntica à do mês anterior (4,0%).

Comparando com o mês anterior, o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou uma diminuição de 1,3% (variação de 1,7% em outubro).

Em termos nominais, o índice agregado aumentou 4,8% em novembro comparativamente com o período homólogo (variação de 4,0% no mês precedente). Os agrupamentos de *Produtos Alimentares* e *não Alimentares* apresentaram variações de 5,3% e 4,3%, respetivamente (4,4% e 3,7% no mês anterior).

Emprego

O índice de emprego no comércio a retalho registou um ligeiro abrandamento (0,2 p.p.) para uma variação homóloga de 2,8% em novembro. A taxa de variação mensal do índice de emprego situou-se em 1,4% em novembro (1,6% no mesmo período de 2015).

Remunerações

O índice de remunerações no comércio a retalho aumentou 6,5% em termos homólogos (6,0% em outubro). Face ao mês anterior, o índice de remunerações cresceu 18,1% em novembro (variação de 17,5% no mesmo período de 2015).

Horas Trabalhadas

A variação homóloga do volume de trabalho no comércio a retalho, medido pelo índice de horas trabalhadas ajustado de efeitos de calendário, foi de 1,4% em novembro (1,0% no mês anterior). Face a outubro, o índice de horas trabalhadas, ajustado de efeitos de calendário, aumentou 0,8%, o que compara com 0,5% no mesmo mês do ano anterior.

Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Indústria – novembro de 2016

Índice de Volume de Negócios na Indústria cresceu 6,7%

O Índice de Volume de Negócios na Indústria registou, em termos nominais, um aumento homólogo de 6,7% em novembro, após uma diminuição de 3,2% no mês anterior. As variações dos índices relativos ao mercado externo e ao mercado nacional passaram de -5,6% e de -1,3% em outubro, respetivamente, para 8,9% e 4,9% em novembro. Em termos homólogos, os índices de emprego e de remunerações apresentaram crescimentos de 2,2% e de 4,5% em novembro (2,0% e 3,3% no mês anterior, pela mesma ordem), enquanto o índice de horas trabalhadas diminuiu 1,0% (variação de -1,8% em outubro).

VOLUME DE NEGÓCIOS

Total

Em termos nominais, o Índice de Volume de Negócios na Indústria passou de uma diminuição homóloga de 3,2% em outubro para um crescimento de 6,7% em novembro. Esta evolução poderá estar relacionada com o número de dias úteis no período de referência (20 e 21 dias em outubro e novembro de 2016, respetivamente, 22 e 21 no ano anterior, pela mesma ordem). O índice de vendas para o mercado externo apresentou um crescimento de 8,9% em novembro, após uma redução de 5,6% no mês anterior. A variação

do índice de vendas relativo ao mercado nacional fixou-se em 4,9% (-1,3% em outubro). Todos os Grandes Agrupamentos Industriais apresentaram crescimentos homólogos em novembro. Os índices dos agrupamentos de *Bens de Consumo* e de *Bens Intermédios* passaram de variações de -2,5% e de -4,3% em outubro, respetivamente, para 8,3% e 6,4% em novembro, tendo contribuído em conjunto com 4,6 pontos percentuais (p.p.) para a variação total. O agrupamento de *Energia* registou um aumento de 7,3% (1,6% em outubro), do qual resultou um contributo de 1,7 p.p. para a variação do índice agregado. O índice de volume de negócios na indústria apresentou um crescimento mensal de 4,7% em novembro. No mesmo mês de 2015, este índice tinha registado uma diminuição de 5,0%.

Mercado Nacional

O índice de vendas na indústria com destino ao mercado nacional aumentou 4,9% em novembro (redução de 1,3% em outubro). Todos os agrupamentos apresentaram variações homólogas superiores às observadas em outubro. O agrupamento de *Bens de Consumo* acelerou 5,4 p.p., fixando-se a variação homóloga em 8,3%, da qual resultou o contributo mais intenso para a variação do índice agregado (2,4 p.p.). Os agrupamentos de *Energia* e de *Bens Intermédios* passaram de reduções de 2,8% e 1,5% em outubro, respetivamente, para aumentos de 4,1% e de 3,9% em novembro, contribuindo conjuntamente com 2,5 p.p. para a variação do índice agregado. Face a outubro, as vendas da indústria aumentaram 2,4% em novembro (variação de -3,6% em igual período de 2015).

Mercado Externo

O índice de vendas na indústria para o mercado externo passou de uma variação homóloga de -5,6% em outubro, para um crescimento de 8,9% em novembro. Todos os agrupamentos apresentaram variações homólogas superiores às observadas no mês precedente. O principal contributo para a variação deste mercado foi dado pelo agrupamento de *Bens Intermédios* (3,3 p.p.), em resultado de um aumento de 8,9% em novembro, após uma redução de 6,9% no mês anterior. Os agrupamentos de *Bens de Consumo* e de *Bens de Investimento* passaram de reduções de 8,8% e 9,7% em outubro, respetivamente, para aumentos de 8,4% e 4,1% em novembro, originando um contributo conjunto de 3,5 p.p. para a variação do índice agregado. O índice do agrupamento de *Energia* cresceu 23,4% (22,8% em outubro) e contribuiu com 2,0 p.p. para o crescimento deste mercado. O índice de volume de negócios na indústria com destino ao mercado externo registou uma variação mensal de 7,6% (redução de 6,7% em novembro de 2015).

VARIÁVEIS SOCIAIS

Os índices de emprego e de remunerações apresentaram variações homólogas de 2,2% e de 4,5% em novembro, respetivamente (2,0% e 3,3% no mês precedente, pela mesma ordem). O índice de horas trabalhadas diminuiu 1,0% em novembro (redução de 1,8% no mês anterior). O índice de emprego registou uma variação mensal de 0,1% em novembro (variação nula em igual mês de 2015). Os índices de remunerações e de horas trabalhadas apresentaram crescimentos mensais de 25,4% e de 0,5%, respetivamente (variações de 23,9% e -0,2% em novembro de 2015, pela mesma ordem).

Índice de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços – novembro de 2016

Índice de Volume de Negócios nos Serviços acentuou crescimento

Em termos nominais, o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma taxa de variação homóloga de 7,6% em novembro, 2,1 pontos percentuais superior à observada em outubro. Os índices de emprego, de remunerações e de horas trabalhadas ajustado de efeitos de calendário, apresentaram variações homólogas de 2,7%, 3,2% e 1,4%, respetivamente (2,3%, 3,2% e -0,1% em outubro, pela mesma ordem).

Volume de Negócios

O índice de volume de negócios nos serviços registou uma taxa de variação homóloga de 7,6%, superior em 2,1 pontos percentuais (p.p.) à observada em outubro. Todas as secções apresentaram variações homólogas positivas e superiores às observadas em outubro.

Os índices das secções de *Comércio por grosso; reparação de veículos automóveis e motociclos* e de *Transportes e armazenagem* deram os contributos mais relevantes para a variação agregada, 5,3 p.p. e 0,9 p.p. respetivamente. As variações homólogas destas secções foram 9,4% e 5,8% (7,0% e 2,2%, pela mesma ordem, em outubro). Comparativamente com o mês anterior, o índice de volume de negócios nos serviços registou uma taxa de variação de 0,7% (2,0% em outubro).

Emprego

Em relação ao período homólogo, o índice de emprego nos serviços apresentou uma variação de 2,7% em novembro (2,3% no mês anterior). A variação mensal do índice de emprego passou de -0,7% em outubro

para -0,9% no mês seguinte. Nos mesmos meses de 2015, estas variações situaram-se, respetivamente, em -1,0% e -1,3%.

Remunerações

Em termos homólogos, o índice de remunerações efetivamente pagas manteve a variação de 3,2% observada em outubro. Face ao mês anterior, o índice de remunerações nos serviços aumentou 17,6%, valor idêntico ao observado em novembro de 2015.

Horas Trabalhadas

O índice de volume de trabalho, medido pelo número de horas trabalhadas ajustado dos efeitos de calendário, apresentou um crescimento homólogo de 1,4% (redução de 0,1% no mês anterior). A variação mensal do índice de volume de trabalho em novembro foi -0,4%, superior em 1,5 p.p. à observada em igual período do ano anterior.

Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação – novembro 2016

Valor médio de avaliação bancária aproxima-se dos 1100 euros/m²

O valor médio de avaliação bancária para o total do *País* fixou-se em 1091 euros/m² em novembro, registando um aumento de 10 euros/m² face ao observado em outubro (variação de 0,9%). Comparado com o período homólogo, verificou-se um aumento de 4,6% (variação de 3,8% no mês anterior).

Habitação

O valor médio de avaliação bancária, realizada no âmbito da concessão de crédito à habitação, foi 1091 euros/m² em novembro, o mais elevado desde Setembro de 2011. Entre outubro e novembro o valor médio de avaliação aumentou 0,9%. Apenas a região do *Algarve* apresentou variação negativa (-1,1%), o que acontece pelo terceiro mês consecutivo. Em comparação com novembro de 2015, o valor médio de avaliação no total do *País* aumentou 4,6% (3,8% no mês precedente). Os aumentos mais expressivos foram observados nas regiões *Norte* (4,8%), *Centro* (4,2%) e *Área Metropolitana de Lisboa* (4,3%).

Apartamentos

O valor médio de avaliação dos apartamentos apresentou, em novembro, um aumento de 1,1%, relativamente ao mês anterior, para 1137 euros/m², refletindo os acréscimos registados na maioria das regiões NUST II. Face ao período homólogo, o valor médio de avaliação dos apartamentos aumentou 4,4%, refletindo variações positivas de todas as regiões NUTS II, exceto a *Região Autónoma dos Açores*. As regiões *Norte* e *Centro* registaram os aumentos de maior intensidade (5,7% e 4,5%, respetivamente). O valor médio de avaliação das tipologias de apartamentos *T2* e *T3* situou-se, respetivamente, em 1126 euros/m² e 1070 euros/m². Comparando com o mês anterior, verificou-se um aumento de 12 euros/m² e 15 euros/m², pela mesma ordem.

Moradias

O valor médio de avaliação bancária das moradias para o total do *País* foi 1014 euros/m² em novembro, valor superior em 4 euros/m² ao observado em outubro, traduzindo uma variação idêntica ao mês anterior (0,4%). Em termos homólogos, o valor médio das moradias aumentou 4,8%. As moradias de tipologia *T3* e *T4* registaram valores médios de avaliação de 987 euros/m² e de 1024 euros/m² (aumentos face ao mês anterior de 2 euros/m² e de 13 euros/m², respetivamente).

Análise por Regiões NUTS III

Por comparação com outubro, e face à média do *País*, a análise dos índices do valor médio de avaliação bancária de habitação por NUTS III, apresentou acréscimos em 9 das 25 regiões analisadas, tendo a região do *Baixo Alentejo* registado o aumento mais acentuado (3,6%), com um índice relativo de 84%. A diminuição de valor mais intensa (-2,4%) foi observada na região da *Beira Baixa*, cujo índice foi de 70%.

Inquéritos Mensais de Conjuntura - "Indústria Transformadora", Construção e Obras Públicas", "Comércio" e "Serviços Prestados às Empresas" - Inquérito Mensal de Conjuntura aos Consumidores – dezembro de 2016

Indicador de confiança dos Consumidores aumenta e indicador de clima económico reduz-se

O indicador de confiança dos Consumidores aumentou nos últimos quatro meses, de forma mais significativa em dezembro, atingindo o valor máximo desde agosto de 2000.

O indicador de clima económico diminuiu entre outubro e dezembro, depois de ter aumentado nos dois meses precedentes. No mês de referência, o indicador de confiança diminuiu na Construção e Obras Públicas e no Comércio, tendo aumentado na Indústria Transformadora e nos Serviços.

A recuperação do indicador de confiança dos Consumidores em dezembro deveu-se, sobretudo, ao contributo positivo das perspetivas relativas à evolução do desemprego e das expectativas relativas à situação económica do país e, menos expressivamente, das apreciações da evolução da situação financeira do agregado familiar e da poupança.

O indicador de confiança da Indústria Transformadora aumentou entre outubro e dezembro, verificando-se no mês de referência um contributo positivo de todas as componentes, apreciações sobre a procura global e sobre a evolução dos *stocks* de produtos acabados e perspetivas de produção. O indicador de confiança da Construção e Obras Públicas diminuiu nos dois últimos meses, em resultado da evolução negativa de ambas as componentes, perspetivas de emprego e opiniões sobre a carteira de encomendas. O indicador de confiança do Comércio diminuiu nos últimos três meses, refletindo, em dezembro, o contributo negativo dos saldos das perspetivas de atividade e das apreciações sobre o volume de *stocks*, uma vez que as opiniões sobre o volume de vendas contribuíram positivamente. O indicador de confiança dos Serviços recuperou no mês de referência, devido sobretudo ao contributo positivo das apreciações sobre a evolução da procura, uma vez que as opiniões sobre a atividade da empresa e a evolução da carteira de encomendas contribuíram negativamente, de forma mais intensa no primeiro caso.

Matrizes Simétricas Input-Output – 2013

Um euro adicional de consumo privado traduzia-se em acréscimos de 74 cêntimos do PIB e de 26 cêntimos de importações em 2013

Nesse destaque são apresentadas Matrizes Simétricas de Input-Output para a economia portuguesa referentes a 2013 e inteiramente consistentes com a nova base das Contas Nacionais e com o Sistema Europeu de Contas SEC 2010.

A título ilustrativo da informação disponibilizada, refira-se que, sob certas condições, um incremento uniforme da Despesa de Consumo Final das Famílias, totalizando 100 unidades monetárias, conduz a um aumento do PIB em 74 unidades e a um crescimento das importações em 26 unidades.

Alguns resultados

Tendo em atenção os condicionalismos decorrentes das hipóteses assumidas, apresentam-se alguns resultados da utilização do modelo ("análise *input-output*"), a título meramente ilustrativo, centrados na avaliação da relevância das importações na economia portuguesa.

A informação disponibilizada permite distinguir importações diretas para a Procura Final (cerca de 1/3 do total das importações) das importações utilizadas no processo produtivo. Entre os agregados da Procura Final, é no Investimento que as importações diretas assumem maior expressão relativa. Em termos absolutos, as importações diretas para Despesa em Consumo Final das Famílias são as que apresentam o maior valor. As importações diretas suscitadas pelas Exportações têm uma menor dimensão relativa e absoluta e são praticamente inexistentes na Despesa Final das Administrações Públicas.

No entanto, a informação sobre as importações diretas associadas aos agregados da Procura Final não é suficiente para avaliar os respetivos conteúdos importados, visto que cerca de 2/3 das importações se destinam à produção de bens e serviços que posteriormente são absorvidos pela Procura Final. A análise *input-output* permite ter uma noção do conteúdo importado total (direto+indireto) associado a cada agregado.

Assim, tudo o resto constante, simulou-se o efeito de um incremento em 100 unidades monetárias da despesa correspondente a cada agregado da procura final, distribuído proporcionalmente por todos os produtos (bens e serviços).

Entre os resultados obtidos, salientam-se os seguintes:

- Na despesa de consumo final das famílias (Consumo Privado), por cada 100 unidades adicionais consumidas, o PIB aumenta 74 unidades e as importações 26 unidades, das quais, 13 unidades de bens e serviços para consumo final direto das famílias e 13 unidades destinadas a integrarem o próprio processo produtivo interno;

- Na Despesa do Consumo Final das Administrações Públicas, é pouco expressivo o conteúdo importado, refletindo a natureza indireta da medição do consumo de bens e serviços públicos, baseada fundamentalmente nos custos incorridos pelas Administrações Públicas (onde avultam os encargos com remunerações) para providenciar estes bens e serviços;
- Na FBCF, a variação de 100 unidades conduz a um aumento de 67 unidades no PIB e de 33 unidades nas importações (20 em importações diretas e 13 indiretas);
- Finalmente, a variação de 100 unidades das exportações conduz a um aumento do PIB em 55 unidades e ao maior impacto nas importações: 45 unidades, das quais 41 indiretas. Estes efeitos seriam naturalmente diferentes se, em lugar do crescimento uniforme das componentes de cada agregado da procura final, se assumissem variações diversas. Por exemplo, se o aumento de 100 unidades monetárias nas exportações ocorresse exclusivamente nos serviços de alojamento e restauração, o PIB e as importações aumentariam, respetivamente, em 86 e 14 unidades. Se o mesmo aumento se verificasse nas exportações de produtos refinados do petróleo, o acréscimo no PIB seria apenas de 6 unidades e nas importações seria de 94 unidades.

Perspetivas de Exportação de Bens 2017 – 1ª Previsão

Empresas perspetivam aumento nominal de 5,3% das exportações de bens em 2017

As perspetivas das empresas exportadoras de bens apontam para um aumento nominal de 5,3% nas suas exportações em 2017 face ao ano anterior. As empresas esperam um acréscimo de 8,9% nas exportações para os mercados Extra-UE e de 4,1% para os países Intra-UE.

Excluindo os *Combustíveis e lubrificantes*, as expectativas reveladas pelas empresas indicam um acréscimo esperado de 4,5% em 2017 (+7,6% no Comércio Extra-UE e +3,6% no Comércio Intra-UE).

Estas perspetivas indicam assim uma aceleração face aos valores reportados para 2016 no inquérito anterior (crescimentos de 1,3% para o total das exportações e de 3,4% excluindo os *Combustíveis e lubrificantes*). Quando questionadas sobre uma eventual correção aos valores de exportações esperados para 2016, as empresas na sua globalidade não declararam alterações significativas, mantendo-se globalmente inalterada a previsão de crescimento efetuada em maio. As variações estimadas pelas empresas para 2016 são superiores às já observadas no âmbito das estatísticas do Comércio Internacional de Bens para o período acumulado de janeiro a novembro de 2016 face a idêntico período de 2015 (0,0% para o total e +1,8% excluindo os *Combustíveis e lubrificantes*). Estas diferenças são em larga medida expectáveis atendendo às naturezas distintas das duas operações estatísticas, nomeadamente em termos do âmbito de fluxos comerciais cobertos (ver notas explicativas).

É de sublinhar que as perspetivas se referem a variações nominais, traduzindo assim o efeito combinado das variações esperadas de preços e de quantidades. No caso particular dos *Combustíveis e lubrificantes*, os preços observados têm-se caracterizado por volatilidade e amplitudes de variação muito elevadas, dominando em geral o sentido e a magnitude das variações nominais do comércio internacional deste tipo de produtos.

Por Grandes Categorias Económicas (CGCE) salientam-se as perspetivas de aumento das exportações para os mercados Extra-UE de *Máquinas, outros bens de capital e seus acessórios* (+14,9%) e de *Material de transporte e acessórios* (+12,0%). Em relação às exportações para os países Intra-UE, destaca-se o crescimento esperado nas exportações de *Material de transporte e acessórios* (+5,8%).

Síntese Económica de Conjuntura – novembro de 2016

Em novembro, os indicadores de confiança dos consumidores e de sentimento económico recuperaram na Área Euro (AE). No mesmo mês, os preços das matérias-primas e do petróleo apresentaram variações em cadeia de 3,4% e -7,8%, respetivamente (0,8% e 8,1% em outubro).

Em Portugal, o indicador de atividade económica, disponível até outubro, e o de clima económico, disponível até novembro, diminuíram. O indicador quantitativo do consumo privado apresentou um crescimento homólogo mais elevado em outubro, refletindo o comportamento de ambas as componentes, consumo duradouro e consumo corrente. O indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) diminuiu devido ao contributo negativo da componente de material de transporte e ao contributo menos positivo da componente de máquinas e equipamentos. Em termos nominais, as exportações e importações de bens apresentaram variações homólogas de 2,4% e 3,1% em outubro, respetivamente (1,8% e 1,1% em setembro). Em outubro, o índice de volume de negócios da indústria registou uma variação nominal positiva após apresentar variações negativas consecutivas desde setembro de 2015, verificando-se uma aceleração do índice de produção industrial e uma diminuição homóloga menos intensa do respetivo índice de preços. O índice de volume de negócios dos serviços acelerou em outubro, enquanto o índice de produção da construção e obras públicas registou uma redução menos acentuada.

De acordo com as estimativas provisórias mensais do Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego (15 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, foi 10,8% em outubro (inferior em 0,1 pontos percentuais à taxa definitiva observada nos três meses anteriores e em 1,6 pontos percentuais à taxa registada há um ano atrás). A estimativa para a população empregada (15 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, apresentou um aumento de 1,8% em termos homólogos e uma variação nula face ao mês anterior.

A variação homóloga mensal do Índice de Preços no Consumidor (IPC) situou-se em 0,6% em novembro (0,9% em outubro), observando-se taxas de variação de 0,1% na componente de bens (taxa idêntica à observada em setembro e outubro) e de 1,3% na de serviços (1,9% no mês anterior).

Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação – novembro de 2016

Taxa de juro diminuiu e prestação média estabilizou

A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação passou de 1,047% em setembro para 1,038% em outubro. A prestação média vencida para a globalidade dos contratos foi 237 euros, valor idêntico ao observado no mês anterior. Em outubro, a taxa de juro implícita no crédito à habitação registou um decréscimo de 0,009 pontos base (p.b.) face ao observado no mês anterior, fixando-se em 1,038%. Nos contratos celebrados nos últimos 3 meses, a taxa de juro implícita foi 1,960% (2,009% no mês anterior).

Taxas de Juro implícitas no Crédito à Habitação por Período de Celebração dos Contratos

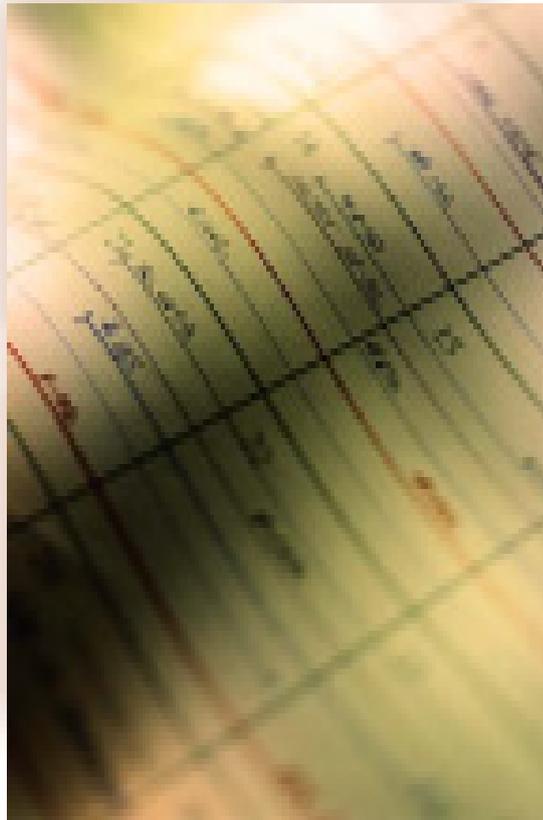
No destino de financiamento *Aquisição de Habitação*, o mais relevante no crédito à habitação, a taxa de juro implícita no conjunto de contratos fixou-se em 1,052% (1,060% em setembro). Nos contratos celebrados nos últimos 3 meses, a taxa de juro passou de 1,987% em setembro para 1,941% em outubro. O valor médio da prestação vencida para o conjunto dos contratos de crédito à habitação situou-se em 237 euros, valor idêntico ao observado em setembro.

Prestação Média Vencida e Respetivas Componentes no Crédito à Habitação (Valores em euros)

Nos contratos celebrados nos últimos 3 meses, o valor médio da prestação foi 298 euros (307 euros em setembro). O montante de capital médio em dívida para a totalidade dos contratos de crédito à habitação diminuiu 31 euros em outubro, para 51 638 euros.

Capital Médio em Dívida (Valores em euros) e Taxas de Juro implícitas (%)

Nos contratos celebrados nos últimos 3 meses, o montante médio do capital em dívida foi de 85 818 euros (87 176 euros em setembro).



2. Contas Nacionais

2.1 - Contas nacionais trimestrais

Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)

PIB a preços de mercado na ótica da despesa - Dados Encadeados em Volume (Ano de referência=2011)

Unid:10⁶ Euros

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15	3ºTrim.15	2ºTrim.15	1ºTrim.15	4ºTrim.14
Despesas de consumo final das famílias residentes	28 101,4	27 971,9	28 011,5	27 568,4	27 573,5	27 540,1	27 325,6	27 058,3
Despesas de consumo final das ISFLSF	915,9	911,5	907,3	902,9	899,9	894,2	888,5	882,5
Despesas de consumo final das administrações públicas	8 362,5	8 410,2	8 376,2	8 340,1	8 321,5	8 354,6	8 270,9	8 239,7
Formação bruta de capital	6 730,2	7 004,2	6 726,9	6 982,9	6 942,1	7 171,1	6 873,8	6 594,3
Exportações de bens (FOB) e serviços	19 447,4	18 975,9	18 749,7	18 757,2	18 451,3	18 646,0	18 139,3	18 094,3
Importações de bens (FOB) e serviços	20 063,0	20 141,2	19 749,4	19 599,1	19 384,0	19 856,2	18 866,3	18 489,4
PIB a preços de mercado (1)	43 546,4	43 184,1	43 073,7	43 003,8	42 855,5	42 801,0	42 682,8	42 430,4

Taxas de variação

PIB a preços de mercado na ótica da despesa - Dados Encadeados em Volume (Ano de referência=2011)

Unid:(%)

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15	3ºTrim.15	2ºTrim.15	1ºTrim.15	4ºTrim.14
Despesas de consumo final das famílias residentes	1,9	1,6	2,5	1,9	2,1	3,4	2,8	2,1
Despesas de consumo final das ISFLSF	1,8	1,9	2,1	2,3	2,3	2,4	2,5	2,5
Despesas de consumo final das administrações públicas	0,5	0,7	1,3	1,2	1,1	1,2	-0,2	-1,1
Formação bruta de capital	-3,1	-2,3	-2,1	5,9	3,0	9,6	0,1	3,7
Exportações de bens (FOB) e serviços	5,4	1,8	3,4	3,7	5,6	7,6	7,7	6,0
Importações de bens (FOB) e serviços	3,5	1,4	4,7	6,0	6,4	13,0	7,6	8,7
PIB a preços de mercado (1)	1,6	0,9	0,9	1,4	1,6	1,7	1,7	0,7

Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)

PIB a preços de mercado na ótica da despesa - Dados em Valor (Preços correntes)

Unid:10⁶ Euros

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15	3ºTrim.15	2ºTrim.15	1ºTrim.15	4ºTrim.14
Despesas de consumo final das famílias residentes	29 511,0	29 314,0	29 186,7	28 740,7	28 655,8	28 575,5	28 222,3	27 933,8
Despesas de consumo final das ISFLSF	937,3	930,4	923,6	917,2	910,6	903,4	896,4	888,7
Despesas de consumo final das administrações públicas	8 388,7	8 360,6	8 320,3	8 266,2	8 206,2	8 181,9	8 012,3	7 906,0
Formação bruta de capital	6 756,9	6 949,0	6 726,3	6 921,5	6 868,8	7 100,8	6 850,4	6 597,2
Exportações de bens (FOB) e serviços	18 673,2	18 135,8	18 032,2	18 355,5	18 233,6	18 396,1	17 827,2	17 861,2
Importações de bens (FOB) e serviços	17 862,2	17 749,1	17 397,4	17 836,5	17 781,6	18 470,7	17 413,9	17 652,7
PIB a preços de mercado	46 405,0	45 940,7	45 791,7	45 364,7	45 093,4	44 687,0	44 394,8	43 534,2

Taxas de variação

PIB a preços de mercado na ótica da despesa - Dados em Valor (Preços correntes)

Unid:(%)

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15	3ºTrim.15	2ºTrim.15	1ºTrim.15	4ºTrim.14
Despesas de consumo final das famílias residentes	3,0	2,6	3,4	2,9	3,0	4,3	3,0	2,4
Despesas de consumo final das ISFLSF	2,9	3,0	3,0	3,2	3,3	3,3	3,2	3,0
Despesas de consumo final das administrações públicas	2,2	2,2	3,8	4,6	0,6	1,2	-0,5	-3,5
Formação bruta de capital	-1,6	-2,1	-1,8	4,9	1,3	13,4	0,1	5,8
Exportações de bens (FOB) e serviços	2,4	-1,4	1,1	2,8	5,1	6,0	6,2	4,0
Importações de bens (FOB) e serviços	0,5	-3,9	-0,1	1,0	1,2	9,5	2,8	6,2
PIB a preços de mercado	2,9	2,8	3,1	4,2	3,8	3,7	3,2	1,0

NOTAS: ISFLSF - Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias

- Os dados encontram-se ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade.

(1) - Inclui discrepância da não aditividade dos dados encadeados em volume.

2.2 - Contas nacionais trimestrais

Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)

PIB a preços de mercado na ótica da produção - VAB por ramo de atividade, A8 - Dados Encadeados em Volume (Ano de referência=2011)

Unid:10⁶ Euros

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15	3ºTrim.15	2ºTrim.15	1ºTrim.15	4ºTrim.14
Agricultura, silvicultura e pesca	910,0	903,9	894,5	880,6	867,0	852,2	835,4	815,7
Indústria	5 329,5	5 175,7	5 142,5	5 318,2	5 277,2	5 220,9	5 103,6	5 191,5
Energia, água e saneamento	1 167,3	1 141,8	1 141,7	1 122,4	1 125,4	1 121,6	1 147,4	1 169,6
Construção	1 454,6	1 470,1	1 521,5	1 533,1	1 498,9	1 518,3	1 571,7	1 500,2
Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	8 231,1	8 154,3	8 128,8	8 031,4	7 976,5	7 939,6	7 865,7	7 798,3
Transportes e armazenagem; atividades de informação e com	2 985,5	2 923,6	2 920,9	2 935,6	2 945,8	2 982,1	2 959,8	3 001,4
Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	6 079,3	6 067,7	6 093,8	6 074,2	6 174,5	6 233,9	6 217,9	6 070,9
Outras atividades de serviços	11 841,2	11 998,5	11 902,2	11 869,4	11 761,2	11 790,4	11 730,0	11 644,0
VAB a preços de base (1)	37 998,5	37 835,5	37 745,9	37 764,7	37 626,7	37 659,1	37 431,6	37 191,6
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	5 493,8	5 502,3	5 409,8	5 314,1	5 227,9	5 239,5	5 115,2	5 069,0

Taxas de variação

PIB a preços de mercado na ótica da produção - VAB por ramo de atividade, A8 - Dados Encadeados em Volume (Ano de referência=2011)

Unid:(%)

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15	3ºTrim.15	2ºTrim.15	1ºTrim.15	4ºTrim.14
Agricultura, silvicultura e pesca	5,0	6,1	7,1	8,0	7,7	6,3	3,7	-0,3
Indústria	1,0	-0,9	0,8	2,4	2,3	2,6	0,4	0,1
Energia, água e saneamento	3,7	1,8	-0,5	-4,0	-3,7	-4,1	-1,2	0,9
Construção	-3,0	-3,2	-3,2	2,2	-1,4	-1,5	0,8	-7,7
Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	3,2	2,7	3,3	3,0	3,1	4,1	4,3	4,3
Transportes e armazenagem; atividades de informação e com	1,3	-2,0	-1,3	-2,2	-1,1	-1,0	-1,9	-2,5
Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	-1,5	-2,7	-2,0	0,1	0,4	-0,8	-1,2	-3,5
Outras atividades de serviços	0,7	1,8	1,5	1,9	0,7	0,4	0,5	0,4
VAB a preços de base (1)	1,0	0,5	0,8	1,5	1,2	1,1	0,8	-0,1
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	5,1	5,0	5,8	4,8	4,7	6,3	4,6	5,0

Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)

PIB a preços de mercado na ótica da produção - VAB por ramo de atividade, A8 - Dados em Valor (Preços correntes)

Unid:10⁶ Euros

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15	3ºTrim.15	2ºTrim.15	1ºTrim.15	4ºTrim.14
Agricultura, silvicultura e pesca	941,6	938,6	934,4	928,0	919,7	909,5	897,0	882,8
Indústria	5 589,0	5 554,3	5 536,4	5 561,4	5 535,0	5 578,3	5 378,4	5 258,0
Energia, água e saneamento	1 935,3	1 835,1	1 752,5	1 706,9	1 645,1	1 563,7	1 514,7	1 450,1
Construção	1 535,0	1 534,6	1 584,3	1 579,8	1 572,4	1 580,0	1 631,7	1 536,0
Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	8 247,5	8 077,1	7 964,5	7 903,5	7 868,3	7 850,8	7 714,9	7 617,5
Transportes e armazenagem; atividades de informação e com	3 164,2	3 200,6	3 286,1	3 193,7	3 157,2	3 106,3	3 223,1	3 135,6
Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	6 861,5	6 855,6	6 891,2	6 840,6	6 849,7	6 932,5	6 929,3	6 658,6
Outras atividades de serviços	11 976,4	12 049,9	11 934,3	11 848,7	11 661,6	11 598,2	11 432,3	11 248,9
VAB a preços de base (1)	40 250,5	40 045,9	39 883,7	39 562,4	39 209,1	39 119,3	38 721,3	37 787,3
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	6 047,8	6 194,9	6 107,5	5 678,7	5 845,8	5 847,2	5 671,9	5 543,6

Taxas de variação

PIB a preços de mercado na ótica da produção - VAB por ramo de atividade, A8 - Dados em Valor (Preços correntes)

Unid:(%)

	Valores Trimestrais							
	3ºTrim.16	2ºTrim.16	1ºTrim.16	4ºTrim.15	3ºTrim.15	2ºTrim.15	1ºTrim.15	4ºTrim.14
Agricultura, silvicultura e pesca	2,4	3,2	4,2	5,1	5,1	4,1	2,0	-1,3
Indústria	1,0	-0,4	2,9	5,8	5,7	5,7	3,9	1,6
Energia, água e saneamento	17,6	17,4	15,7	17,7	17,2	14,7	14,7	10,6
Construção	-2,4	-2,9	-2,9	2,8	-0,1	0,1	2,7	-5,8
Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	4,8	2,9	3,2	3,8	3,8	4,5	3,6	2,5
Transportes e armazenagem; atividades de informação e com	0,2	3,0	2,0	1,9	2,9	1,7	5,7	0,5
Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	0,2	-1,1	-0,6	2,7	2,3	1,8	1,7	0,1
Outras atividades de serviços	2,7	3,9	4,4	5,3	1,2	0,9	0,5	-1,3
VAB a preços de base (1)	2,7	2,4	3,0	4,7	3,3	3,0	2,8	0,5
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	3,5	5,9	7,7	2,4	6,2	10,5	5,5	4,4

NOTAS: - Os dados encontram-se ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade.

(1) - VAB a preços de base (não inclui os Impostos Líquidos de Subsídios sobre os Produtos)



3. População e Condições Sociais

3.1 - Movimento da população

							(n.º)	Variação (%)	
		Outubro 16	Setembro 16	Agosto 16	Julho 16	Junho 16	Acumulado jan. out.	Homóloga	Homóloga Acumulada
Nascimentos									
Nados-vivos									
Total (a)	HM (e)	7 311	7 748	7 249	7 524	7 377	72 244	-1,6	1,5
	H	3 748	3 991	3 720	3 860	3 819	37 160	-0,7	2,0
	M	3 563	3 757	3 528	3 664	3 558	35 082	-2,5	0,9
Portugal	H	3 711	3 975	3 700	3 848	3 797	36 999	-1,4	2,0
	M	3 529	3 735	3 514	3 646	3 536	34 919	-3,3	0,8
Continente	H	3 530	3 795	3 511	3 662	3 647	35 208	-1,5	2,0
	M	3 359	3 553	3 349	3 472	3 381	33 310	-2,1	1,2
Fetos-mortos									
Total (b)	HM	x	x	x	x	x	x	x	x
	H	x	x	x	x	x	x	x	x
	M	x	x	x	x	x	x	x	x
Portugal	H	x	x	x	x	x	x	x	x
	M	x	x	x	x	x	x	x	x
Continente	H	x	x	x	x	x	x	x	x
	M	x	x	x	x	x	x	x	x
Óbitos									
Óbitos gerais									
Total (c)	HM (e)	8 486	7 781	8 577	8 672	8 185	89 877	3,4	-1,4
	H	4 278	4 001	4 286	4 289	4 109	45 244	2,3	-0,4
	M	4 208	3 780	4 291	4 383	4 076	44 633	4,5	-2,5
Portugal	H	4 240	3 969	4 252	4 265	4 085	44 993	1,8	-0,4
	M	4 191	3 766	4 274	4 373	4 065	44 515	4,4	-2,5
Continente	H	4 066	3 774	4 050	4 067	3 902	42 882	2,1	-0,8
	M	3 992	3 598	4 075	4 173	3 871	42 511	4,0	-2,3
Óbitos de menos de 1 ano									
Total (d)	HM	16	21	24	25	25	219	-23,8	2,3
	H	7	10	17	14	16	133	-50,0	3,9
	M	9	11	7	11	9	86	28,6	0,0
Portugal	H	7	10	17	14	16	133	-50,0	4,7
	M	9	10	7	11	9	85	28,6	1,2
Continente	H	7	10	15	13	15	129	-50,0	8,4
	M	9	9	7	11	9	82	28,6	6,5
Saldo natural									
Portugal	H	- 529	6	- 552	- 417	- 288	-7 994	-31,9	10,2
	M	- 662	- 31	- 760	- 727	- 529	-9 596	-81,9	12,8
Continente	H	- 536	21	- 539	- 405	- 255	-7 674	-33,7	11,5
	M	- 633	- 45	- 726	- 701	- 490	-9 201	-55,5	13,4
Casamentos									
Portugal		2 604	4 352	4 834	4 554	3 411	28 120	-7,7	-2,3
Continente		2 471	4 131	4 625	4 288	3 248	26 618	-7,8	-2,6

(a) Inclui todos os nados vivos nascidos em território nacional, independentemente da residência habitual da mãe ser em Portugal ou no estrangeiro.

(b) Inclui todos os fetos-mortos nascidos em território nacional, independentemente da residência habitual da mãe ser em Portugal ou no estrangeiro.

(c) Inclui todos os óbitos ocorridos em território nacional, independentemente da residência habitual ser em Portugal ou no estrangeiro.

(d) Inclui todos os óbitos ocorridos em território nacional, independentemente da residência habitual da mãe ser em Portugal ou no estrangeiro.

(e) O valor de óbitos e nados vivos pode não corresponder à soma das parcelas por sexo, devido à existência de registos com sexo ignorado.

Nota: Dados provisórios apurados com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil até dezembro de 2016.

3.2 - Óbitos por causa de morte (CID-10 - lista europeia sucinta), segundo o mês do falecimento

Causa de morte	Valor mensal (N.º)													Variação Homologa (%)
	TOTAL 2014	Jan. 2014	Fev. 2014	Mar. 2014	Abr. 2014	Mai. 2014	Jun. 2014	Jul. 2014	Ago. 2014	Set. 2014	Out. 2014	Nov. 2014	Dez. 2014	
00 Todas as causas de morte	105 219	10 696	9 500	9 378	8 748	8 049	7 746	7 848	7 993	7 689	8 486	8 554	10 532	-1,56
01 Doenças infecciosas e parasitárias	2 220	229	226	203	193	207	160	169	165	148	178	160	182	-8,98
02 Tuberculose	206	22	20	11	23	18	14	15	11	14	15	18	25	-2,37
03 Infecção meningocócica	3	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-40,00
04 HIV/SIDA (doença por infecção pelo vírus humano de imunodeficiência)	419	46	40	32	43	43	26	25	27	26	40	41	30	-8,52
05 Hepatite viral	158	14	18	17	5	11	12	15	10	16	15	11	14	12,86
06 Tumores	26 742	2 370	2 085	2 218	2 189	2 072	2 085	2 186	2 287	2 207	2 359	2 279	2 405	1,27
07 Tumores malignos	26 220	2 305	2 046	2 187	2 143	2 027	2 049	2 158	2 247	2 164	2 301	2 232	2 361	1,16
08 Tumor maligno do lábio, cavidade bucal e faringe	694	64	58	55	57	48	46	53	47	65	69	67	65	-0,29
09 Tumor maligno do esófago	565	36	50	50	33	41	51	36	60	40	64	53	51	3,86
10 Tumor maligno do estômago	2 293	197	186	185	183	178	194	197	186	197	217	168	205	1,19
11 Tumor maligno do cólon	2 690	239	208	187	218	213	211	247	242	223	226	239	237	-1,28
12 Tumor maligno do recto e ânus	1 118	93	96	105	89	91	88	93	100	83	99	80	101	-0,45
13 Tumor maligno do fígado e das vias biliares intra-hepática	1 090	87	76	97	104	85	74	88	97	79	97	97	109	5,11
14 Tumor maligno do pâncreas	1 362	121	121	99	119	117	89	106	118	116	128	114	114	-1,02
15 Tumor maligno da laringe e traqueia / brônquios / pulmão	4 301	389	306	395	364	330	348	355	384	339	363	363	365	-0,81
16 Tumor maligno da pele	290	24	22	24	29	17	21	22	23	33	29	19	27	19,34
17 Tumor maligno da mama	1 686	154	147	138	141	117	138	130	134	132	147	147	161	1,63
18 Tumor maligno do colo do útero	210	16	15	26	20	23	17	12	16	11	20	17	17	2,44
19 Tumor maligno de outras partes do útero	408	39	35	37	29	29	32	36	32	31	34	34	40	-1,45
20 Tumor maligno do ovário	381	28	21	37	28	26	36	32	36	37	40	30	30	-0,26
21 Tumor maligno da próstata	1 791	157	133	158	140	127	141	138	159	159	162	151	166	4,31
22 Tumor maligno do rim	409	29	31	36	38	31	41	33	27	34	28	39	42	4,87
23 Tumor maligno da bexiga	940	82	75	87	87	76	57	76	77	63	69	100	91	1,73
24 Tumor maligno do tecido linfático/hematopoético	2 219	220	184	164	158	162	169	180	188	189	193	194	218	0,73
25 Doenças do sangue (órgãos hematopoéticos) e algumas alterações	467	33	48	46	43	45	38	34	31	29	41	30	49	2,41
26 Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5 497	655	525	479	447	426	424	409	421	361	398	425	527	-4,81
27 Diabetes mellitus	4 275	482	401	385	344	344	352	320	319	268	312	342	406	-6,00
28 Perturbações mentais e do comportamento	2 639	281	236	208	206	174	203	197	222	179	227	210	296	18,71
29 Abuso de álcool (incluindo psicose alcoólica)	89	14	12	9	9	4	7	6	3	4	8	5	8	5,95
30 Dependência de drogas, toxicomania	5	1	-	-	-	1	1	-	-	1	-	1	-	-50,00
31 Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	3 558	388	339	301	325	269	259	254	247	245	277	287	367	0,48
32 Meningite (excepto 03)	34	3	4	5	2	1	3	1	3	2	4	4	2	9,68

(continua)

3.2 - Óbitos por causa de morte (CID-10 - lista europeia sucinta) , segundo o mês do falecimento (continuação)

Causa de morte	Valor mensal (N.º)													Variação Homóloga (%)
	TOTAL 2014	Jan. 2014	Fev. 2014	Mar. 2014	Abr. 2014	Mai. 2014	Jun. 2014	Jul. 2014	Ago. 2014	Set. 2014	Out. 2014	Nov. 2014	Dez. 2014	
33 Doenças do aparelho circulatório	32 288	3 288	2 996	2 997	2 692	2 506	2 369	2 272	2 285	2 279	2 547	2 652	3 405	2,41
34 Doença isquémica do coração	7 456	742	690	679	648	584	542	525	491	482	600	647	826	7,50
35 Outras doenças cardíacas	6 903	751	626	660	574	511	474	503	465	479	554	558	748	9,66
36 Doenças cérebro-vasculares	11 808	1 145	1 070	1 088	976	934	910	825	906	913	895	961	1 185	-3,79
37 Doenças do aparelho respiratório	12 164	1 543	1 289	1 198	1 020	847	798	808	804	766	868	920	1 303	-3,67
38 Gripe	24	9	6	4	1	-	-	-	-	-	1	1	2	-4,00
39 Pneumonia	5 629	744	581	577	466	385	387	345	384	349	400	409	602	-5,16
40 Doenças crónicas das vias respiratórias inferiores	2 756	350	314	277	245	199	164	182	160	162	187	224	292	1,29
41 Com asma	122	16	11	11	16	4	5	5	8	10	9	16	11	0,00
42 Doenças do aparelho digestivo	4 602	428	385	407	365	354	339	343	346	359	382	416	478	0,41
43 Úlcera do estômago, duodeno e intestino	211	23	18	22	17	16	17	15	12	18	18	17	18	-15,26
44 Doença crónica do fígado	1 170	126	105	112	83	91	90	86	72	82	92	108	123	-1,68
45 Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	144	10	11	9	10	13	8	20	14	17	12	9	11	67,44
46 Doenças do sistema ósteo-muscular/tecido conjuntivo	407	44	38	35	38	29	30	26	27	36	32	31	41	4,09
47 Artrite reumatóide e osteoartrite	102	15	13	5	9	9	9	4	6	8	7	6	11	-14,29
48 Doenças do aparelho geniturinário	2 882	296	262	246	253	222	181	231	224	196	228	259	284	-1,64
49 Doenças do rim e ureter	1 539	188	128	142	140	115	93	117	108	93	140	122	153	-6,67
50 Complicações da gravidez, parto e puerpério	6	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	3	1	20,00
51 Algumas afecções originadas no período perinatal	144	11	10	16	8	15	12	12	11	9	18	12	10	2,86
52 Malformações congénitas e anomalias cromossómicas	165	19	17	20	9	12	10	9	8	9	23	14	15	2,48
53 Malformações congénitas do sistema nervoso	17	3	-	4	-	3	1	2	-	-	3	-	1	-10,53
54 Malformações congénitas do aparelho circulatório	55	2	7	4	4	6	5	4	4	2	7	5	5	-12,70
55 Sintomas, sinais, exames anormais, causas mal definidas	6 476	668	676	621	521	452	470	461	452	470	471	506	708	-30,83
56 Síndrome da morte súbita na infância (do lactente)	3	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
57 Causas desconhecidas e não especificadas	2 841	289	310	313	225	176	224	180	201	219	179	190	335	-45,17
58 Causas externas de lesão e envenenamento	4 818	433	357	374	428	405	360	417	449	379	425	341	450	13,95
59 Acidentes	2 356	160	142	213	170	181	167	182	220	234	198	200	289	16,17
60 Acidentes de transporte	815	60	50	62	60	67	52	73	84	74	79	64	90	6,26
61 Quedas acidentais	618	37	40	46	47	57	40	44	74	56	59	53	65	15,95
62 Envenenamento accidental	74	4	8	7	3	4	4	3	4	10	4	7	16	48,00
63 Suicídio e outras lesões auto-infligidas intencionalmente	1 223	104	85	102	120	110	110	114	107	97	106	71	97	16,14
64 Homicídio, agressão	109	7	10	9	5	12	12	10	8	6	11	10	9	12,37
65 Lesões em que se ignora se foram accidental ou intencionalmente infligidas	890	127	106	41	102	90	53	84	94	29	79	46	39	2,18

3.3 - Segurança social no âmbito dos centros regionais de segurança social e instituições similares - Número de processamentos e valor dos benefícios, por objetivos e tipos de prestações

Objetivos	Valor mensal				Variação			
	Junho. 16		Acumulado de Jan. a jun.		Homóloga		Média dos últimos 12 meses	
	N.º	10 ³ Euros	N.º	10 ³ Euros	Número (%)	Valor (%)	Número (%)	Valor (%)
PORTUGAL								
FAMILIA								
Abono de família para crianças e jovens (a)	760 413	50 092	4 511 367	291 797	-2,3	4,9	-2,2	0,5
Bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência (a)	74 432	6 987	441 575	40 358	4,6	11,5	3,9	6,4
Subsídio por educação especial (a)	6 523	1 473	44 696	12 024	-1,1	-6,8	21,8	19,8
Subsídio parental da mãe	21 958	18 252	138 356	111 095	5,8	2,9	5,0	7,1
Subsídio parental do pai	9 972	5 744	60 620	32 431	5,4	15,5	10,2	14,9
Abono de família pré-natal (a)	24 196	3 384	150 422	20 599	-8,2	-3,2	2,8	4,7
DOENÇA								
Subsídio por doença	111 321	38 124	684 990	232 645	3,6	1,8	5,4	7,8
Subsídio por tuberculose	322	188	2 040	1 264	-18,1	-23,5	-5,0	-2,0
DESEMPREGO								
Subsídio de desemprego	173 279	88 857	1 146 608	581 369	-17,5	-15,6	-18,9	-18,9
Nº de dias subsidiados	5 317 804	//	34 890 697	//	-16,8	//	-18,4	//
Subsídio social de desemprego	48 390	18 674	322 637	126 133	-16,8	-19,1	-10,9	-12,1
Nº de dias subsidiados	1 527 367	//	10 280 327	//	-18,0	//	-11,2	//
VELHICE								
Pensão de velhice	2 004 212	940 920	12 001 674	5 641 156	1,2	3,1	0,6	2,9
Pensão social de velhice	24 670	6 706	148 551	40 638	2,2	3,2	-0,1	2,3
SOBREVIVENCIA								
Subsídio de funeral (a)	680	146	4 661	1 001	-4,2	-4,1	-13,4	-13,3
Subsídio por morte	8 193	x	42 094	x	-11,8	x	-8,6	x
Pensão de sobrevivência	720 405	176 462	4 313 947	1 061 038	0,0	1,9	0,1	1,7
INVALIDEZ								
Pensão de invalidez	245 113	92 223	1 482 622	573 936	-3,4	-3,3	-3,3	-1,4
Subsídio mensal vitalício (a)	12 737	2 594	76 514	15 582	0,3	0,2	0,5	0,4
EXCLUSAO SOCIAL								
Rendimento social de inserção (a)	212 808	25 825	1 252 781	144 735	2,5	23,5	-0,6	8,9

FONTE: II, IP - Instituto de Informática, IP - MTSSS

Nota - Consideram-se instituições similares as Caixas de Atividade ou de empresas ainda não integradas nos Centros Regionais de Segurança Social, as quais compreendem de um modo genérico, trabalhadores cujas relações laborais se situam no domínio do direito privado, trabalhadores independentes e certos grupos sociais desfavorecidos.

(a) Estes dados foram sujeitos a atualizações.

3.4 - População total, ativa, empregada e desempregada

Portugal	Valor Trimestral (10 ³)							Variação Homóloga (%)
	3.º Trim. 16	2.º Trim. 16	1.º Trim. 16	4.º Trim. 15	3.º Trim. 15	2.º Trim. 15	1.º Trim. 15	
População Total								
Total (HM)	10 302,2	10 310,4	10 318,8	10 319,0	10 331,7	10 343,4	10 354,7	-0,3
Homens	4 876,4	4 882,1	4 887,7	4 885,9	4 894,6	4 902,2	4 909,9	-0,4
População Ativa								
Total (HM)	5 211,0	5 161,9	5 153,4	5 195,4	5 194,1	5 201,2	5 190,0	0,3
Homens	2 677,7	2 649,3	2 629,9	2 673,1	2 654,0	2 654,3	2 647,9	0,9
População Empregada								
Total (HM)	4 661,5	4 602,5	4 513,3	4 561,5	4 575,3	4 580,8	4 477,1	1,9
Homens	2 400,6	2 364,3	2 303,9	2 352,0	2 348,7	2 335,5	2 301,1	2,2
População Desempregada								
Total (HM)	549,5	559,3	640,2	633,9	618,8	620,4	712,9	-11,2
Homens	277,1	285,0	326,1	321,1	305,3	318,8	346,8	-9,2
Taxa de Atividade (%)								
Total (HM)	50,6	50,1	49,9	50,3	50,3	50,3	50,1	x
Homens	54,9	54,3	53,8	54,7	54,2	54,1	53,9	x
Taxa de Atividade (15 e mais anos) (%)								
Total (HM)	58,8	58,3	58,1	58,6	58,6	58,6	58,5	x
Homens	64,7	64,0	63,5	64,6	64,1	64,0	63,8	x
Taxa de Desemprego (%)								
Total (HM)	10,5	10,8	12,4	12,2	11,9	11,9	13,7	x
Homens	10,3	10,8	12,4	12,0	11,5	12,0	13,1	x

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Nota: Valores calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

3.5 - População empregada por situação na profissão e setor de atividade

Portugal	Valor Trimestral (10 ³)							Variação Homóloga (%)
	3.º Trim. 16	2.º Trim. 16	1.º Trim. 16	4.º Trim. 15	3.º Trim. 15	2.º Trim. 15	1.º Trim. 15	
SITUAÇÃO NA PROFISSÃO								
Trabalhador por conta de outrem								
Total (HM)	3 822,9	3 775,8	3 712,9	3 734,9	3 743,1	3 723,4	3 641,1	2,1
Homens	1 866,6	1 841,9	1 799,7	1 827,0	1 827,3	1 799,5	1 763,5	2,2
Trabalhador por conta própria como isolado								
Total (HM)	586,6	574,4	559,4	590,3	598,0	613,2	586,0	-1,9
Homens	369,0	354,4	342,8	365,2	362,9	366,9	361,9	1,7
Trabalhador por conta própria como empregador								
Total (HM)	221,9	223,7	209,2	215,3	207,6	222,6	227,1	6,9
Homens	150,5	152,1	146,7	151,5	145,8	158,4	166,7	3,2
Trabalhador familiar não remunerado								
Total (HM)	30,2	28,7	31,7	21,0	26,5	21,5	22,9	13,8
Homens	14,5	15,9	§	§	12,6	§	9,0	15,0
SETOR DE ATIVIDADE (a)								
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca								
Total (HM)	341,8	328,8	295,6	323,7	342,7	365,3	338,4	-0,3
Homens	226,1	216,0	198,1	220,6	217,1	231,5	223,3	4,2
Indust., Construção, Energia e Água								
Total (HM)	1 132,2	1 116,5	1 105,2	1 113,6	1 118,8	1 107,8	1 090,1	1,2
Homens	790,1	784,7	772,8	773,5	780,4	774,1	752,5	1,2
Serviços								
Total (HM)	3 187,5	3 157,2	3 112,5	3 124,2	3 113,9	3 107,6	3 048,6	2,4
Homens	1 384,4	1 363,6	1 332,9	1 357,9	1 351,2	1 329,8	1 325,2	2,5

(a) As estimativas por setor de atividade têm por referência a CAE-Rev. 3.

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Nota: Valores calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

3.6 - População desempregada por procura de 1º e novo emprego, duração da procura e setor da última atividade dos desempregados (novo emprego)

Portugal	Valor Trimestral (10 ³)							Variação Homóloga (%)
	3.º Trim. 16	2.º Trim. 16	1.º Trim. 16	4.º Trim. 15	3.º Trim. 15	2.º Trim. 15	1.º Trim. 15	
PROCURA DE 1º E NOVO EMPREGO								
1º emprego								
Total (HM)	61,6	65,0	74,1	91,1	82,1	70,7	77,4	-25,0
Novo emprego								
Total (HM)	488,0	494,4	566,1	542,8	536,7	549,7	635,5	-9,1
DURAÇÃO DA PROCURA DE EMPREGO								
Menos de 12 meses								
Total (HM)	202,4	200,7	261,0	239,1	228,1	223,4	253,0	-11,3
De 12 a 36 meses								
Total (HM)	151,3	163,9	193,5	183,4	185,4	205,3	260,4	-18,4
Mais de 36 meses								
Total (HM)	195,8	194,8	185,6	211,4	205,3	191,7	199,6	-4,6
SETOR DA ÚLTIMA ATIVIDADE - DESEMPREGADOS NOVO EMPREGO (a) (b)								
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca								
Total (HM)	11,6	9,9	11,6	14,0	8,1	10,5	19,8	43,7
Indust., Construção, Energia e Água								
Total (HM)	145,8	141,3	170,6	159,8	160,2	170,5	188,3	-9,0
Serviços								
Total (HM)	295,3	312,1	348,7	338,3	332,5	340,1	398,4	-11,2

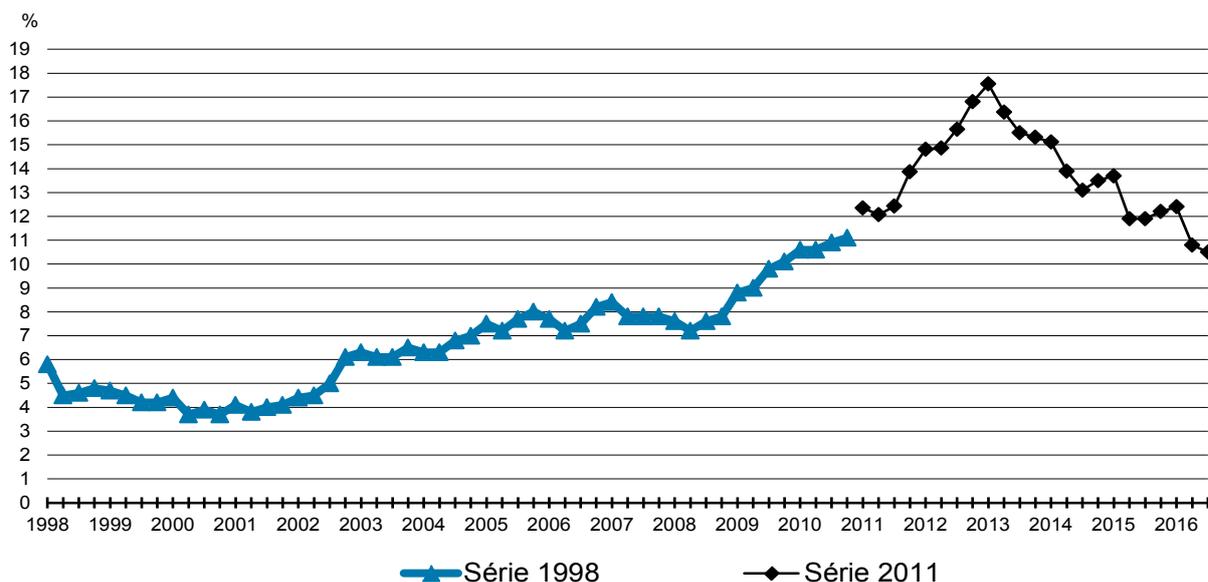
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

(a) A experiência anterior de trabalho dos indivíduos desempregados à procura de novo emprego é caracterizada apenas para aqueles que deixaram o último emprego há oito ou menos anos. Por essa razão, a soma do número de desempregados à procura de novo emprego por setor da atividade anterior não corresponde ao total de indivíduos desempregados à procura de novo emprego.

(b) As estimativas por setor de atividade têm por referência a CAE-Rev. 3.

Nota: Valores calibrados tendo por referência as estimativas da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

Evolução da taxa de desemprego



3.7 - Índice de preços no consumidor

Índice de preços no consumidor - Portugal

	Valor Mensal (N.º)	Variação Mensal (%)				Variação (%)	
		Dez. (1) 16	Dez 16	Nov 16	Out 16	Set 16	Homóloga
(BASE 100:2012)							
PORTUGAL							
TOTAL	101,486	0,04	-0,50	0,34	0,69	0,88	0,61
Total exceto Habitação	101,249	0,04	-0,54	0,34	0,72	0,82	0,56
1-Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	101,809	0,04	-0,78	-0,31	-0,65	0,62	0,49
2-Bebidas alcoólicas e tabaco	115,650	-0,10	0,34	0,27	-0,11	2,28	2,61
3-Vestuário e calçado	96,994	-2,36	0,00	2,54	22,14	-0,93	-0,39
4-Habitação, água, eletric., gás e out. combust.	104,755	0,10	0,06	0,37	-0,50	0,61	0,39
5-Acessórios, equip. dom., manut. cor. da habit.	99,690	-0,48	0,25	0,30	-0,37	-0,35	0,43
6-Saúde	101,853	-0,14	0,03	0,10	0,14	-0,84	-0,61
7-Transportes	95,719	1,34	-0,69	0,01	-2,27	1,89	-0,56
8-Comunicações	111,801	1,24	0,96	0,66	0,94	5,18	3,17
9-Lazer, recreação e cultura	99,780	0,07	-0,52	1,67	-0,37	0,91	1,02
10-Educação	103,831	0,00	0,02	0,81	0,01	0,82	0,89
11-Restaurantes e hotéis	104,787	-0,20	-3,34	-0,23	-0,23	1,85	2,21
12-Bens e serviços diversos	100,242	0,06	0,14	0,23	0,08	0,42	0,60

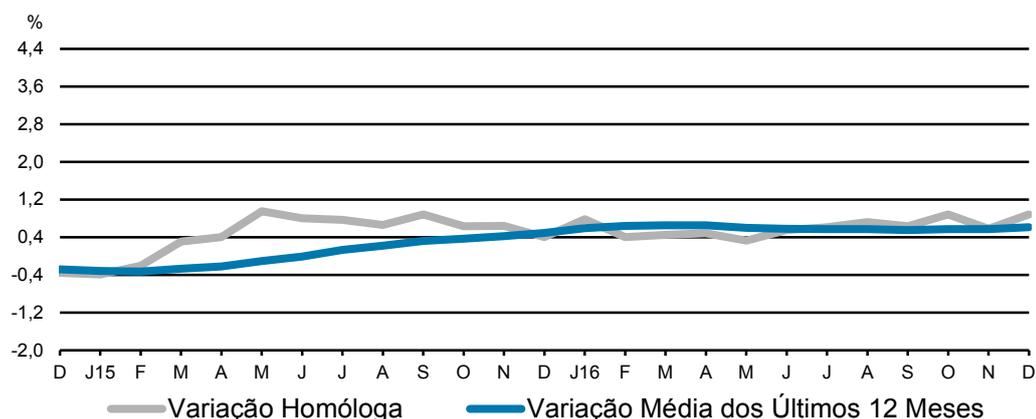
(1) Nova série do IPC (2012 = 100). Informação adicional poderá ser consultada no destaque do Índice de Preços no Consumidor de Janeiro de 2013.

Índice de preços no consumidor - Continente

	Valor Mensal (N.º)	Variação Mensal (%)				Variação (%)	
		Dez. (1) 16	Dez. 16	Nov. 16	Out. 16	Set. 16	Homóloga
(BASE 100:2012)							
CONTINENTE							
TOTAL	101,443	0,03	-0,52	0,36	0,68	0,87	0,62
Total exceto Habitação	101,197	0,04	-0,56	0,36	0,71	0,81	0,57
1-Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	101,759	0,04	-0,82	-0,30	-0,70	0,55	0,44
2-Bebidas alcoólicas e tabaco	114,995	-0,08	0,35	0,30	-0,10	2,24	2,55
3-Vestuário e calçado	97,006	-2,42	-0,01	2,54	22,15	-0,90	-0,34
4-Habitação, água, eletric., gás e out. combust.	104,688	0,10	0,05	0,38	-0,51	0,58	0,38
5-Acessórios, equip. dom., manut. cor. da habit.	99,646	-0,48	0,26	0,30	-0,38	-0,36	0,42
6-Saúde	101,876	-0,15	0,03	0,10	0,14	-0,91	-0,64
7-Transportes	95,751	1,35	-0,68	0,03	-2,32	1,98	-0,42
8-Comunicações	111,756	1,24	0,96	0,66	0,95	5,20	3,18
9-Lazer, recreação e cultura	99,717	0,06	-0,52	1,69	-0,35	0,93	1,01
10-Educação	103,800	0,00	0,02	0,81	0,01	0,82	0,90
11-Restaurantes e hotéis	104,818	-0,20	-3,39	-0,20	-0,23	1,89	2,25
12-Bens e serviços diversos	100,230	0,05	0,14	0,24	0,09	0,41	0,60

(1) Nova série do IPC (2012 = 100). Informação adicional poderá ser consultada no destaque do Índice de Preços no Consumidor de Janeiro de 2013.

Índice de preços no consumidor - Variações homóloga e média dos últimos 12 meses

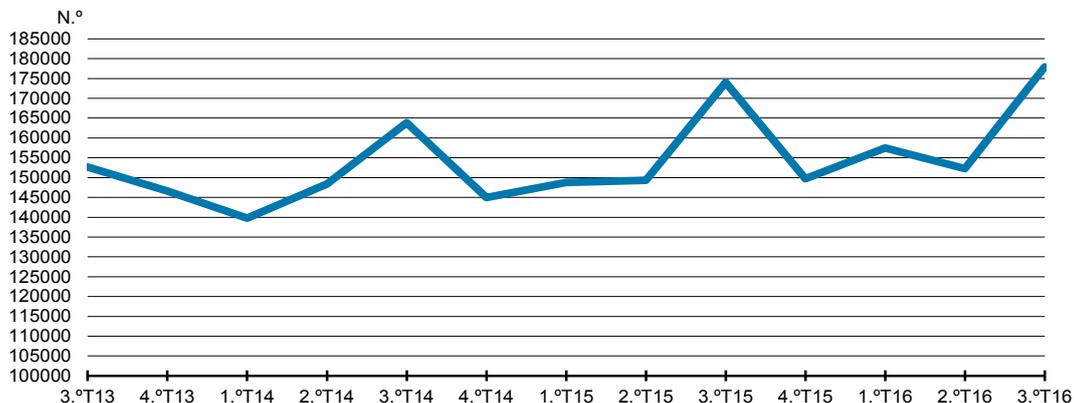


3.8 - Exibição de cinema - Sessões, espectadores e receitas por regiões

Unid.	Valor Trimestral						Variação (%)		
	3.ºTrim. 16 (Po)	2.ºTrim. 16 (Po)	1.ºTrim. 16 (Po)	4.ºTrim. 15	3.ºTrim. 15	2.ºTrim. 15	Homóloga	Homóloga Acumulada	
SESSOES EFETUADAS									
TOTAL	N.º	177 920	152 243	157 480	149 682	174 025	149 292	2,2	3,3
Continente	N.º	171 113	146 673	151 846	144 358	167 523	144 022	2,1	3,2
Norte	N.º	48 063	41 677	43 221	41 842	48 404	41 765	-0,7	1,1
Centro	N.º	31 089	25 802	27 235	25 406	30 008	24 899	3,6	5,6
Área Metropolitana de Lisboa	N.º	75 023	66 048	68 258	64 066	72 650	64 545	3,3	3,7
Alentejo	N.º	2 998	2 313	2 382	2 381	3 054	2 296	-1,8	0,3
Algarve	N.º	13 940	10 833	10 750	10 663	13 407	10 517	4,0	3,4
Região Autónoma dos Açores	N.º	1 632	1 376	1 418	1 384	1 619	1 370	0,8	2,4
Região Autónoma da Madeira	N.º	5 175	4 194	4 216	3 940	4 883	3 900	6,0	6,9
ESPECTADORES									
TOTAL	N.º	4 229 272	2 820 007	4 000 124	3 642 307	4 274 213	3 297 655	-1,1	1,2
Continente	N.º	4 110 463	2 739 784	3 904 638	3 552 701	4 167 321	3 203 618	-1,4	1,1
Norte	N.º	1 260 624	829 489	1 230 496	1 100 814	1 341 808	1 021 131	-6,1	-2,6
Centro	N.º	610 349	391 841	555 547	531 391	636 571	482 440	-4,1	-1,0
Área Metropolitana de Lisboa	N.º	1 879 673	1 315 933	1 855 663	1 667 606	1 822 290	1 472 879	3,1	4,3
Alentejo	N.º	59 518	40 861	56 494	54 027	68 507	48 691	-13,1	-4,8
Algarve	N.º	300 299	161 660	206 438	198 863	298 145	178 477	0,7	3,7
Região Autónoma dos Açores	N.º	32 464	24 246	27 200	32 627	28 439	25 529	14,2	3,8
Região Autónoma da Madeira	N.º	86 345	55 977	68 286	56 979	78 453	68 508	10,1	1,8
RECEITAS									
TOTAL	0ºEuro	21 750	14 209	20 488	19 190	21 828	16 793	-0,4	1,1
Continente	0ºEuro	21 177	13 846	20 034	18 760	21 315	16 346	-0,6	1,1
Norte	10ºEuro:	6 300	4 094	6 101	5 591	6 596	5 067	-4,5	-1,6
Centro	10ºEuro:	3 103	1 897	2 825	2 736	3 261	2 399	-4,8	-2,2
Área Metropolitana de Lisboa	10ºEuro:	10 028	6 909	9 864	9 179	9 684	7 792	3,5	4,1
Alentejo	10ºEuro:	253	157	231	231	302	198	-16,3	-7,9
Algarve	10ºEuro:	1 494	789	1 012	1 023	1 472	891	1,5	2,0
Região Autónoma dos Açores	0ºEuro	152	104	129	146	135	122	12,0	-0,3
Região Autónoma da Madeira	0ºEuro	421	259	325	284	378	324	11,5	0,5

Fonte: ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual

Total de sessões efetuadas



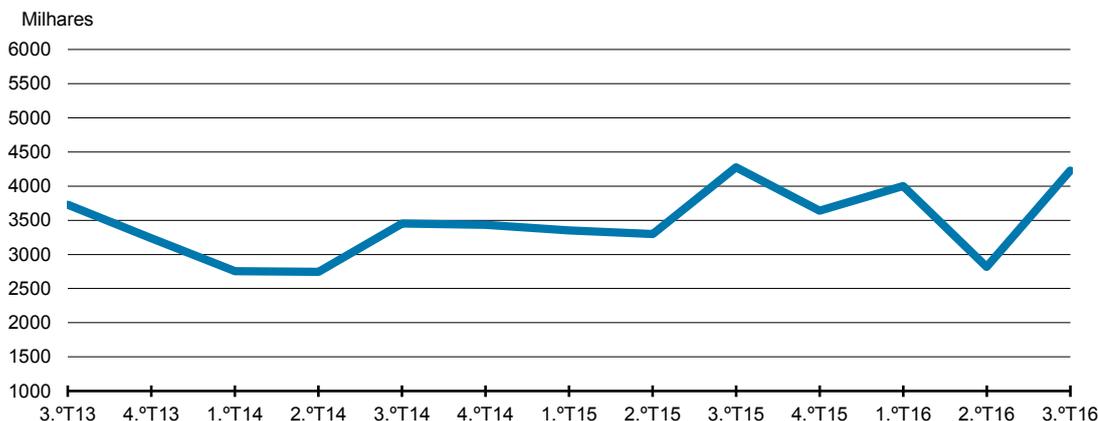
Fonte: ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual

3.9 - Exibição de cinema - Sessões, espectadores e receitas segundo o país de origem

	Unid.	Valor Trimestral						Variação (%)	
		3.ºTrim. 16 (Po)	2.ºTrim. 16 (Po)	1.ºTrim. 16 (Po)	4.ºTrim. 15	3.ºTrim. 15	2.ºTrim. 15	Homóloga	Homóloga Acumulada
SESSÕES EFETUADAS									
TOTAL	N.º	177 920	152 243	157 480	149 682	174 025	149 292	2,2	3,3
Europa	N.º	20 390	10 251	9 683	23 337	19 643	17 030	3,8	-27,0
Portugal	N.º	10 469	1 124	5 101	8 969	14 684	3 080	-28,7	-9,1
Espanha	N.º	857	2 809	142	102	96	2 624	792,7	39,0
França	N.º	3 667	2 272	1 080	6 806	2 493	6 437	47,1	-54,8
Reino Unido	N.º	3 490	2 706	2 278	6 991	1 983	4 075	76,0	-50,4
Outros Países da UE	N.º	1 777	773	751	354	382	733	365,2	177,2
EUA	N.º	108 548	96 627	94 412	84 075	108 636	78 045	-0,1	12,1
Outros Países	N.º	3 045	2 133	876	1 518	4 714	617	-35,4	-4,5
Total das Co-Produções	N.º	45 937	43 232	52 509	40 752	41 032	53 600	12,0	-1,1
Países Europeus	N.º	5 062	7 953	3 050	9 840	12 221	13 796	-58,6	-53,3
Países Europeus/EUA	N.º	19 000	18 234	15 194	15 962	16 400	5 568	15,9	16,8
ESPECTADORES									
TOTAL	N.º	4 229 272	2 820 007	4 000 124	3 642 307	4 274 213	3 297 655	-1,1	1,2
Europa	N.º	358 953	131 749	160 336	512 234	667 555	221 226	-46,2	-51,6
Portugal	N.º	220 181	14 672	71 893	218 384	605 710	41 950	-63,6	-53,9
Espanha	N.º	11 435	34 970	2 374	1 669	828	40 273	1281,0	17,6
França	N.º	41 212	25 342	19 284	154 102	29 867	67 985	38,0	-65,6
Reino Unido	N.º	64 970	39 408	44 484	130 332	23 407	50 975	177,6	-57,6
Outros Países da UE	N.º	18 599	7 201	10 219	4 617	7 585	18 127	145,2	17,8
EUA	N.º	2 590 729	1 911 560	2 507 248	2 170 274	2 842 332	1 636 432	-8,9	8,9
Outros Países	N.º	42 615	28 165	20 957	33 296	54 288	7 925	-21,5	23,0
Total das Co-Produções	N.º	1 236 975	748 533	1 311 583	926 503	710 038	1 432 072	74,2	7,6
Países Europeus	N.º	86 357	103 514	64 149	147 660	238 821	195 242	-63,8	-59,7
Países Europeus/EUA	N.º	412 398	377 168	369 307	530 408	279 481	67 364	47,6	46,3
RECEITAS									
TOTAL	10³ EUROS	21 750	14 209	20 488	19 190	21 828	16 793	-0,4	1,1
Europa	10³ EUROS	1 821	616	787	2 568	3 392	1 011	-46,3	-52,1
Portugal	10 ³ EUROS	1 099	49	347	1 074	3 080	177	-64,3	-55,0
Espanha	10 ³ EUROS	59	166	11	5	2,8	187	1997,3	24,0
França	10 ³ EUROS	201	114	83	725	144	326	39,7	-68,3
Reino Unido	10 ³ EUROS	352	207	235	717	135	242	161,8	-56,1
Outros Países da UE	10 ³ EUROS	103	33	48	18	30	69	247,5	64,6
EUA	10³ EUROS	13 521	9 746	12 959	11 601	14 534	8 341	-7,0	10,0
Outros Países	10³ EUROS	186	124	103	166	275	30	-32,6	11,9
Total das Co-Produções	10³ EUROS	6 222	3 723	6 639	4 854	3 628	7 411	71,5	5,1
Países Europeus	10 ³ EUROS	430	468	292	703	1 177	915	-63,5	-60,7
Países Europeus/EUA	10 ³ EUROS	2 145	1 892	1 882	2 895	1 477	339	45,2	42,8

Fonte: ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual

Total de espectadores



Fonte: ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual



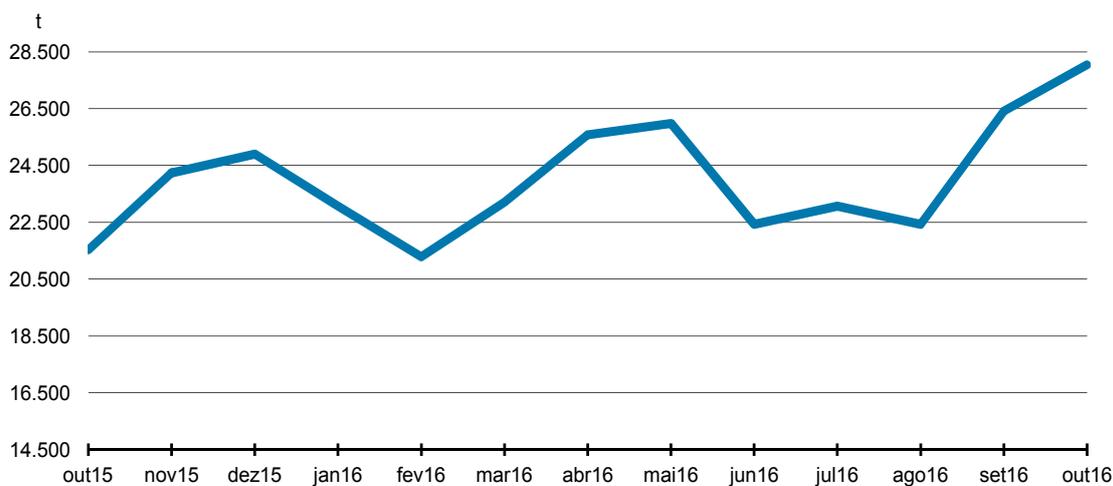
4. Agricultura, Produção Animal e Pesca

4.1 - Estado das culturas e previsão das colheitas

CONTINENTE	Ano Agrícola 2015/16 - Em 30 de novembro de 2016					
	Superfície		Rendimento		Produção	
	2016 Po	2015	2016 Po	2015	2016 Po	2015
	1 000 ha		Kg/ha		1 000 t	
Trigo duro	2	3	2 720	2 170	6	6
Trigo mole	37	37	2 320	2 012	86	74
Triticale	23	23	2 200	1 693	44	38
Centeio	18	18	900	856	15	15
Aveia	40	40	1 575	1 212	64	49
Cevada	21	21	2 625	2 097	60	44
Arroz	28	29	6 000	6 346	166	185
Batata de sequeiro	4	4	7 800	8 198	31	31
Batata de regadio	19	19	21 400	21 396	387	407
Milho de sequeiro	8	9	1 880	1 987	15	18
Milho de regadio	80	88	8 700	9 139	687	809
Grão-de-bico	x	2	x	854	x	1
Tomate (indústria)	19	19	85 000	94 653	1 558	1 832
Girassol	23	20	1 300	1 242	24	25
Feijão	x	3	x	547	x	2
Pêssego	x	4	9 400	12 518	35	47
Maçã	x	14	19 750	23 321	226	323
Pêra	x	12	12 200	11 648	113	141
Vinha para vinho	x	175	(a) 31	(a) 39	(b) 5453	(b) 6817

(a) hl/ha
(b) 1 000 hl

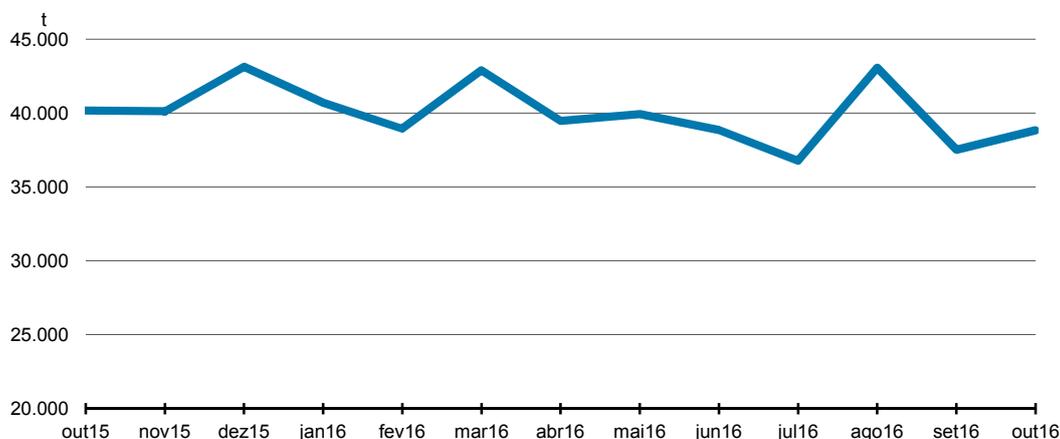
Avicultura industrial - Produção de carne de frango



4.2 - Produção animal - Abate de gado

Unid.	Valor mensal					Acumulado Jan. a out. 16	Variação (%)		
	Out. 16	Set. 16	Ago. 16	Jul. 16	Jun. 16		Homóloga	Homóloga Acumulada	
PORTUGAL									
Total - peso limpo	(t)	38 829	37 515	43 079	36 781	38 849	396 983	-3,3	0,6
Bovinos									
Número de cabeças	(N.º)	32 371	31 736	39 546	31 392	31 625	315 483	6,6	4,7
Peso limpo	(t)	7 608	7 519	9 372	7 549	7 701	76 338	2,1	3,4
Ovinos									
Número de cabeças	(N.º)	51 946	45 443	55 571	45 438	63 801	624 747	16,8	-5,8
Peso limpo	(t)	619	574	697	591	852	7 809	20,6	-2,5
Caprinos									
Número de cabeças	(N.º)	3 605	3 202	5 601	4 045	7 642	70 426	15,4	-8,9
Peso limpo	(t)	29	31	51	32	57	500	16,0	-10,6
Suínos									
Número de cabeças	(N.º)	463 642	459 508	539 998	445 589	460 285	4 669 356	-3,4	1,1
Peso limpo	(t)	30 553	29 373	32 949	28 602	30 216	312 157	-5,0	0,1
Equídeos									
Número de cabeças	(N.º)	96	92	53	37	114	888	-27,3	-70,1
Peso limpo	(t)	20	18	10	7	23	179	-28,0	-69,5
CONTINENTE									
Total - peso limpo	(t)	37 034	35 630	40 972	34 870	36 970	378 257	-3,7	0,0
Bovinos									
Número de cabeças	(N.º)	26 150	25 343	32 613	25 206	25 623	254 325	5,2	1,6
Peso limpo	(t)	6 235	6 087	7 787	6 108	6 314	62 264	0,9	0,5
Ovinos									
Número de cabeças	(N.º)	51 922	45 391	55 537	45 381	63 745	624 266	16,8	-5,8
Peso limpo	(t)	619	573	697	590	851	7 803	20,7	-2,5
Caprinos									
Número de cabeças	(N.º)	3 538	3 145	5 528	3 927	7 511	69 632	16,7	-8,9
Peso limpo	(t)	28	30	50	31	56	490	17,8	-10,5
Suínos									
Número de cabeças	(N.º)	458 067	453 261	533 345	439 630	454 074	4 609 820	-3,4	1,1
Peso limpo	(t)	30 132	28 922	32 428	28 134	29 726	307 521	-5,0	0,1
Equídeos									
Número de cabeças	(N.º)	96	92	53	37	114	888	-27,3	-70,1
Peso limpo	(t)	20	18	10	7	23	179	-28,0	-69,5

Abate de Gado - Peso limpo - Portugal



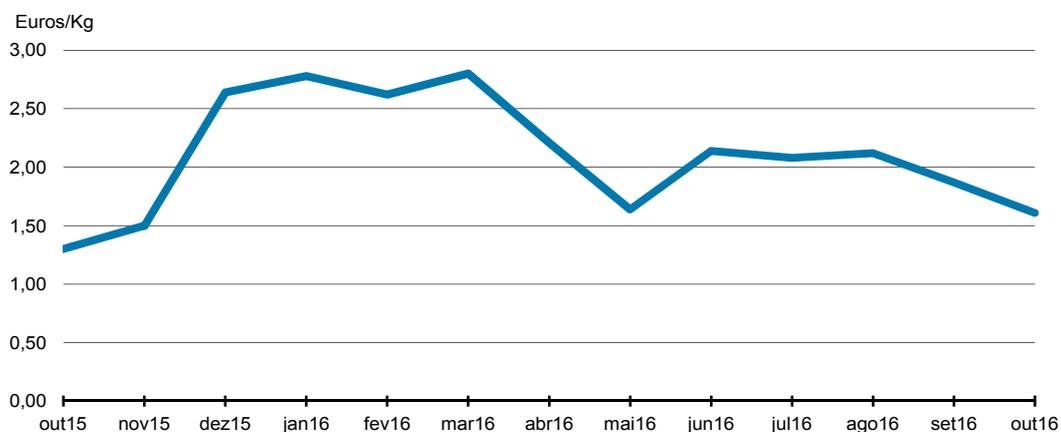
4.3 - Produção animal - Avicultura industrial

	Unid.	Valor Mensal					Acumulado Jan. a out. 16	Variação (%)	
		Out. 16	Set. 16	Ago. 16	Jul. 16	Jun. 16		Homóloga	Homóloga Acumulada
Frangos									
Número	(10 ³)	20.125	19.435	17.393	17.284	16.591	174.204	14,1	1,4
Peso limpo	(t)	28.040	26.408	22.426	23.067	22.434	241.489	30,3	3,9
Ovos									
Número	(10 ³)	148.885	139.011	139.494	136.727	140.589	1.426.431	-4,1	1,5
Peso	(t)	9.231	8.619	8.649	8.477	8.717	88.439	-4,1	1,5

4.4 - Produção animal - Leite de vaca e produtos lácteos obtidos

	Unid.	Valor Mensal					Acumulado Jan. a out. 16	Variação (%)	
		Out. 16	Set. 16	Ago. 16	Jul. 16	Jun. 16		Homóloga	Homóloga Acumulada
Recolha									
Leite de vaca	(t)	139 544	137 860	148 908	157 577	160 089	1 560 331	-6,0	-4,2
Produtos lácteos obtidos									
Leite para consumo	(t)	53 745	53 910	56 522	59 036	59 535	608 090	4,5	-3,7
Leite em pó gordo e meio gordo	(t)	470	697	602	662	888	7.020	-38,4	-0,2
Leite em pó magro	(t)	667	1 010	1 473	1 839	1 938	16.496	-55,5	2,2
Manteiga	(t)	1 934	1 844	2 550	2 330	2 740	26 985	-23,2	-0,5
Queijo	(t)	5 297	5 002	5 455	4 942	4 922	50 277	11,6	6,4
Leites acidificados	(t)	8 828	10 278	11 862	10 782	10 435	96 261	-13,5	4,9

Pesca descarregada - Preço médio - Portugal



4.5 - Pesca descarregada

Unid.	Valor Mensal					Acumulado Jan a out. 16	Variação (%)		
	Out. 16	Set. 16	Ago. 16	Jul. 16	Jun. 16		Homóloga	Homóloga Acumulada	
PORTUGAL									
Total									
Peso	(t)	12 335	15 672	13 687	13 386	12 237	108 577	-16,0	-10,9
Valor	(10 ³ Euros)	20 787	29 938	29 464	28 468	26 749	231 359	7,5	2,7
Peixes diádomos									
Peso	(t)	2	3	2	2	6	150	48,2	24,9
Valor	(10 ³ Euros)	20	6	7	8	45	1 118	660,9	7,0
Peixes marinhos									
Peso	(t)	10 784	14 279	11 942	11 690	10 704	91 886	-13,2	-13,0
Valor	(10 ³ Euros)	14 811	23 709	22 310	21 181	19 593	163 384	3,1	-1,0
Crustáceos									
Peso	(t)	20	67	97	105	106	684	-22,5	5,6
Valor	(10 ³ Euros)	169	1 204	1 670	1 668	1 519	10 202	-56,6	7,5
Moluscos									
Peso	(t)	1 529	1 323	1 646	1 590	1 421	15 857	-31,4	3,0
Valor	(10 ³ Euros)	5 787	5 019	5 476	5 611	5 591	56 655	26,4	14,1
CONTINENTE									
Total									
Peso	(t)	11 711	14 806	12 835	11 761	10 569	98 140	-16,3	-10,1
Valor	(10 ³ Euros)	18 296	26 496	25 805	23 384	21 644	194 942	9,1	4,5
Peixes diádomos									
Peso	(t)	2	3	2	2	6	150	48,2	24,9
Valor	(10 ³ Euros)	20	6	7	8	45	1 118	660,9	7,0
Peixes marinhos									
Peso	(t)	10 175	13 442	11 143	10 122	9 099	81 777	-13,4	-12,5
Valor	(10 ³ Euros)	12 400	20 498	19 019	16 504	14 880	129 192	3,9	0,1
dos quais									
Carapau e chicharro									
Peso	(t)	1 831	2 250	2 428	2 489	2 219	21 382	31,9	7,6
Valor	(10 ³ Euros)	1 081	1 406	1 610	1 731	1 709	16 610	-10,8	-10,9
Pescadas									
Peso	(t)	199	217	237	219	186	1 711	21,0	-4,2
Valor	(10 ³ Euros)	489	583	578	617	495	4 855	3,0	-8,9
Sardinha									
Peso	(t)	1 395	2 017	2 991	2 418	2 767	13 391	79,8	1,0
Valor	(10 ³ Euros)	2 202	3 771	6 963	6 415	6 747	27 754	88,7	-6,0
Crustáceos									
Peso	(t)	18	62	88	95	95	632	-26,6	3,8
Valor	(10 ³ Euros)	159	1 119	1 532	1 520	1 400	9 492	-58,9	5,6
Moluscos									
Peso	(t)	1 515	1 299	1 603	1 541	1 368	15 581	-31,3	3,8
Valor	(10 ³ Euros)	5 717	4 874	5 247	5 351	5 320	55 139	28,4	16,1
AÇORES									
Total									
Peso	(t)	267	500	537	1 246	590	5 151	-28,6	-31,1
Valor	(10 ³ Euros)	1 329	2 320	2 749	4 075	2 586	22 399	-15,2	-9,0
MADEIRA									
Total									
Peso	(t)	357	366	314	379	1 079	5 286	11,2	2,5
Valor	(10 ³ Euros)	1 162	1 121	909	1 009	2 518	14 018	16,4	-0,4

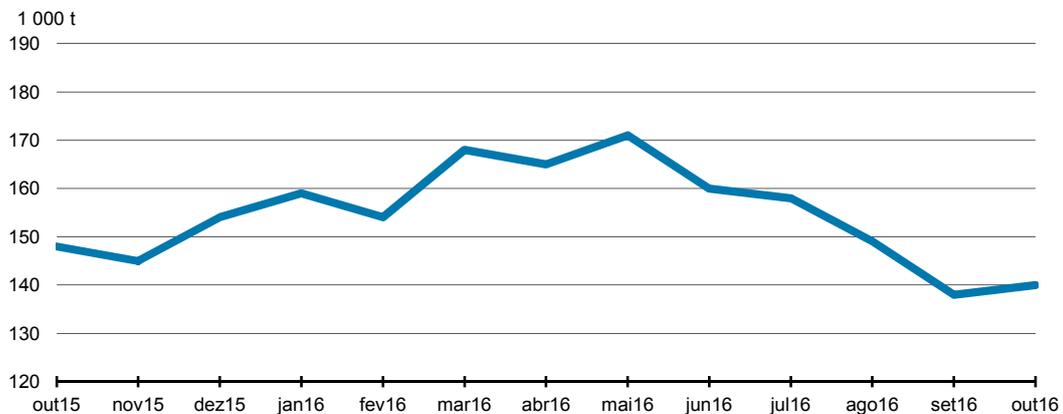
4.6 - Preços mensais no produtor de alguns produtos vegetais

	Valor Mensal						Preço Médio Anual 15	Variação Homóloga (%)
	Out. 16	Set. 16	Ago. 16	Jul. 16	Jun. 16	Mai. 16		
CONTINENTE								
Plantas sachadas (Euros/100Kg)								
Batata consumo	33,77	31,40	31,98	30,73	30,91	30,18	17,97	49,3
Frutos frescos (Euros/100Kg)								
Maçã: conj. Variedades	75,61	59,10	0,00	0,00	57,61	61,14	57,03	30,4
Pêra: conj. Variedades	113,75	125,00	125,00	90,56	90,56	90,56	62,18	43,5
Morango: todos tipos de produção	212,06	240,47	233,65	220,72	160,60	199,16	212,48	3,5
Laranja: conj. Variedades	x	x	70,00	52,50	52,50	51,88	38,83	x
Limão: conj. Variedades	129,69	126,76	84,01	50,66	43,46	42,09	53,20	34,1
Frutos de casca rija (Euros/100Kg)								
Amêndoa em casca	96,50	93,00	87,00	87,00	87,00	80,00	101,56	3,8
Castanha	153,24	153,24	x	x	x	x	148,99	-7,1
Alfarroba inteira	32,00	32,00	32,50	35,00	35,80	37,00	32,62	-5,9
Produtos hortícolas frescos (Euros/100Kg)								
Couve-flôr	39,00	31,25	48,25	95,00	20,40	69,50	40,90	-22,7
Couve repolho	22,63	24,16	22,70	43,54	36,44	19,10	26,41	-12,3
Couve lombardo	27,94	36,01	46,33	52,06	16,06	17,56	23,72	15,9
Alface	25,82	57,48	99,01	35,19	52,78	44,06	39,82	-13,9
Tomate	59,57	60,60	60,90	47,02	40,15	52,62	59,47	-25,9
Cenoura	23,61	25,07	21,10	20,93	22,09	22,49	26,53	-8,6
Cebolas	18,65	18,69	18,78	22,28	28,78	31,98	30,49	-31,6
Feijão verde	171,25	177,22	153,69	115,93	142,87	300,00	142,11	17,2
Espinafres	x	x	x	x	x	x	41,91	x
Vinhos de mesa e aguardente (Euros/hl)								
Vinho regional branco (engarrafado)	x	206,59	212,12	216,75	221,67	216,22	216,65	x
Vinho regional tinto (engarrafado)	x	227,48	242,48	245,09	239,84	243,99	228,69	x
Vinho de mesa branco (granel)	x	35,82	35,83	35,81	35,84	36,76	37,37	x
Vinho de mesa tinto (granel)	x	40,83	41,05	41,27	41,45	41,22	41,72	x
Vinho VQPRD branco (engarrafado)	x	255,24	253,42	256,59	256,30	269,07	259,67	x
Vinho VQPRD tinto (engarrafado)	x	303,48	287,07	294,62	293,21	290,95	314,85	x
Azeite (Euros/hl)								
Virgem Extra (<0,8%)	371,25	361,17	357,50	360,25	360,25	357,50	367,40	-2,6
Virgem (de 0,8% a 2,0%)	x	346,50	346,50	346,50	355,12	317,90	315,24	x
Flores de corte (Euros/100 unid.)								
Rosas	26,93	22,46	22,58	21,52	24,93	30,77	23,18	6,6
Cravos	14,55	9,61	7,46	6,62	6,33	6,87	9,41	9,4
Gadíolos	44,16	45,77	38,53	37,77	44,58	56,09	34,35	13,9
Feto ornamental	11,37	11,37	12,28	12,21	12,21	12,21	12,01	-7,4

4.7 - Preços mensais no produtor de alguns animais e produtos animais

	Valor Mensal						Preço Médio Anual 15	Variação Homóloga (%)
	Out. 16	Set. 16	Ago. 16	Jul. 16	Jun. 16	Mai. 16		
CONTINENTE								
Bovinos vivos (Euros)								
Vitelos de 3 a 6 meses (cab)	428,07	428,07	428,07	428,07	428,07	428,07	429,90	-0,1
Novilhos de 8 a 12 meses (100 Kg pv)	228,40	228,22	231,29	228,64	227,69	229,50	225,15	1,4
Carcaça de bovinos (Euros/100 Kg pc)								
Novilhos de 12 a 18 meses	364,61	361,85	362,23	360,82	362,21	364,16	372,66	-0,3
Novilhas de 12 a 18 meses	357,27	354,86	355,25	354,42	355,88	358,16	366,33	-0,5
Vacas								
Vacas de refugio (Euros/100 Kg pc)	197,89	199,10	199,19	199,85	200,07	200,29	209,64	-4,2
Vacas reprodutoras (Euros/Unidade)	x	x	x	x	x	x	1.167,84	x
Carcaças de suínos (Euros/100 Kg pc)								
Suínos até 25 Kg	251,74	252,71	251,24	225,95	213,80	205,24	258,03	9,1
Porco Categoria E	159,13	171,47	172,21	172,21	159,21	133,13	146,31	15,0
Ovinos e caprinos vivos (Euros/100 Kg pv)								
Borregos até 28 Kg pv	309,06	290,61	292,38	289,27	289,75	289,34	300,61	1,8
Borregos com mais de 28 Kg pv	220,91	192,51	186,62	192,51	201,72	201,08	209,79	0,2
Cabritos	386,72	389,82	398,47	385,82	382,53	382,07	391,80	0,5
Aves vivas para abate (Euros/100Kg pv)								
Frangos	72,45	90,21	98,37	101,18	95,31	83,75	94,34	-23,7
Galinhas	18,70	15,10	15,15	17,75	15,70	17,57	47,77	-51,1
Perus	128,84	136,84	138,84	138,84	138,84	138,84	150,36	-16,6
Ovos (Euros/100 unid.)								
Ovos na produção	6,89	6,25	5,84	5,72	5,84	5,62	7,55	-13,1

Recolha de leite de vaca





5. Indústria e Construção

5.1 - Índice de produção industrial

BASE 2010=100

Meses	TOTAL	GRANDES AGRUPAMENTOS INDUSTRIAIS						SECÇÕES				
		Bens de Consumo			Bens Intermédios**	Bens de Investimento	Energia	Indústrias Extrativas	Indústrias Transformadoras	Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição	
		Total	Duradouro	Não Duradouro								
Índices mensais												
Nov-15	96,1	94,6	89,0	95,4	98,9	99,1	90,4	56,9	100,0	83,2	84,6	
Dez-15	94,4	93,2	86,2	94,3	99,4	93,8	86,3	45,1	100,0	75,5	82,1	
Jan-16	95,4	98,2	90,3	99,4	99,0	89,1	88,6	52,8	99,3	83,2	85,0	
Fev-16	96,0	94,6	89,3	95,4	99,0	98,2	90,0	57,2	99,2	87,7	86,5	
Mar-16	95,4	92,8	88,8	93,4	98,9	95,0	93,1	67,4	97,1	89,4	86,4	
Abr-16	100,2	101,2	97,9	101,6	100,0	98,3	100,5	48,5	103,1	96,9	86,7	
Mai-16	97,1	96,8	87,7	98,2	97,8	93,9	98,9	58,5	98,5	95,2	86,3	
Jun-16	99,2	96,7	87,6	98,0	100,8	94,5	104,2	58,5	99,9	99,2	85,8	
Jul-16	98,6	99,0	83,8	101,4	97,0	95,7	103,6	43,5	99,7	98,9	87,9	
Ago-16	97,9	100,5	87,7	102,4	95,1	85,8	109,5	50,2	99,6	104,4	80,0	
Set-16	97,0	95,0	85,1	96,5	96,4	92,3	105,6	51,9	97,8	100,6	86,4	
Out-16	98,4	95,2	88,7	96,1	94,6	93,4	116,1	54,0	98,0	112,2	x	
Nov-16	97,7	92,8	x	x	98,9	97,3	103,7	57,1	99,3	99,3	x	
Varição mensal (%)												
Nov-15	-2,9	-2,0	-1,8	-2,0	1,5	1,3	-15,7	2,8	-1,1	-18,0	-2,2	
Dez-15	-1,8	-1,4	-3,1	-1,1	0,5	-5,3	-4,5	-20,8	0,0	-9,2	-3,0	
Jan-16	1,1	5,4	4,8	5,4	-0,4	-5,1	2,6	17,0	-0,7	10,2	3,6	
Fev-16	0,6	-3,7	-1,2	-4,1	0,1	10,2	1,6	8,3	0,0	5,4	1,8	
Mar-16	-0,5	-1,9	-0,5	-2,1	-0,1	-3,3	3,5	17,8	-2,1	1,9	-0,1	
Abr-16	5,0	9,0	10,2	8,8	1,1	3,5	8,0	-28,0	6,2	8,5	0,3	
Mai-16	-3,1	-4,3	-10,5	-3,4	-2,2	-4,5	-1,6	20,6	-4,5	-1,8	-0,4	
Jun-16	2,2	-0,1	0,0	-0,1	3,1	0,7	5,3	0,1	1,4	4,3	-0,6	
Jul-16	-0,6	2,5	-4,3	3,4	-3,7	1,2	-0,6	-25,7	-0,2	-0,3	2,4	
Ago-16	-0,7	1,4	4,6	1,0	-2,0	-10,4	5,8	15,6	-0,1	5,5	-9,0	
Set-16	-0,9	-5,4	-3,0	-5,7	1,4	7,6	-3,6	3,3	-1,8	-3,7	8,0	
Out-16	1,4	0,1	4,2	-0,4	-1,9	1,2	9,9	4,2	0,3	11,5	x	
Nov-16	-0,8	-2,5	x	x	4,5	4,1	-10,7	5,6	1,3	-11,5	x	
Varição homóloga (%)												
Nov-15	1,4	-4,0	-6,1	-3,7	5,0	5,8	-0,4	-5,2	1,2	-0,4	1,3	
Dez-15	0,8	-1,5	-4,7	-1,0	3,2	2,7	-1,8	-34,3	2,8	-5,4	-1,5	
Jan-16	0,6	2,3	2,7	2,3	-0,3	-1,7	1,6	-21,3	0,1	4,2	3,6	
Fev-16	2,0	1,0	4,2	0,6	1,4	7,3	0,7	-8,3	1,9	3,7	8,1	
Mar-16	-0,3	-4,3	-6,3	-4,0	1,8	-1,8	3,7	10,7	-1,5	9,9	1,6	
Abr-16	3,1	-4,9	5,2	-6,2	3,4	0,5	22,7	-28,0	0,0	35,4	4,1	
Mai-16	-1,7	-5,7	2,1	-6,7	-1,8	-3,8	8,0	-9,7	-4,4	15,7	4,1	
Jun-16	1,2	-3,0	-3,8	-2,9	0,1	-0,4	12,8	-4,0	-0,9	17,8	2,4	
Jul-16	-1,1	-5,5	-13,0	-4,4	-2,5	-2,3	11,1	-18,9	-3,5	16,6	3,7	
Ago-16	1,7	-0,9	2,0	-1,3	-1,7	-5,3	20,3	-14,9	-1,5	26,3	2,1	
Set-16	1,0	0,1	-0,3	0,2	-1,0	-3,1	10,4	-23,3	-0,7	13,6	2,8	
Out-16	-0,5	-1,4	-2,1	-1,3	-2,9	-4,5	8,3	-2,5	-3,0	10,6	x	
Nov-16	1,6	-1,9	x	x	0,0	-1,8	14,8	0,2	-0,7	19,4	x	
Varição média nos últimos 12 meses (%)												
Nov-15	1,6	-2,6	-7,2	-1,9	2,1	2,1	8,6	8,1	0,8	5,5	1,1	
Dez-15	1,8	-2,4	-7,1	-1,7	2,5	2,7	7,6	3,7	1,2	4,4	1,0	
Jan-16	1,9	-1,7	-5,9	-1,1	2,3	2,5	8,0	0,1	1,2	5,5	1,5	
Fev-16	2,2	-0,9	-4,2	-0,5	2,2	3,3	7,7	-2,6	1,6	5,5	2,6	
Mar-16	1,9	-1,2	-4,4	-0,7	2,0	2,7	7,1	-0,9	1,1	6,4	2,3	
Abr-16	2,2	-1,4	-2,3	-1,2	2,4	2,7	8,1	-4,0	1,1	9,7	2,6	
Mai-16	1,7	-1,7	-1,0	-1,8	2,0	2,0	7,5	-5,9	0,6	9,8	2,8	
Jun-16	1,6	-1,8	-0,7	-2,0	1,7	1,6	7,6	-5,7	0,4	10,4	2,8	
Jul-16	1,2	-2,5	-1,9	-2,6	1,4	1,3	7,7	-7,2	-0,1	10,8	2,8	
Ago-16	1,3	-2,4	-1,6	-2,5	1,3	0,4	8,8	-10,2	-0,1	12,4	2,5	
Set-16	1,1	-2,5	-2,0	-2,6	1,0	0,2	8,7	-13,6	-0,4	12,9	2,8	
Out-16	0,7	-2,4	-1,9	-2,5	0,4	-0,6	8,1	-13,8	-0,8	12,1	x	
Nov-16	0,7	-2,2	x	x	0,0	-1,2	9,3	-13,4	-1,0	13,8	x	

(*) Retificado, em resultado da substituição das estimativas efetuadas para as não respondidas, ainda existentes à data do apuramento.

(**) Bens Intermédios + Outros

Nota - Os índices de produção industrial estão corrigidos da sazonalidade e de efeitos do calendário.

5.2 - Índice de volume de negócios na indústria

BASE 2010=100

Ponderador	100,00	GRANDES AGRUPAMENTOS INDUSTRIAIS						
		74,84	27,29	3,48	23,81	33,49	14,06	25,16
Meses	TOTAL		Bens de Consumo			Bens Intermédios (**)	Bens de Investimento	Energia
	Sem Agrupamento Energia	Total	Duradouro	Não Duradouro				
Índices mensais								
nov-15	100,3	103,2	109,3	102,1	110,3	97,8	106,7	90,1
dez-15	98,8	99,2	112,1	90,3	115,3	93,0	89,7	97,2
jan-16	91,0	89,8	99,7	84,7	101,9	89,2	78,5	90,9
fev-16	95,5	96,7	102,0	91,2	103,5	95,1	102,1	85,4
mar-16	102,5	103,8	108,7	98,9	110,1	104,7	105,5	91,3
abr-16	98,2	101,1	102,9	94,9	104,1	99,7	106,3	86,3
mai-16	103,0	107,3	106,9	87,9	109,6	104,5	108,3	93,9
jun-16	105,8	110,1	113,6	92,4	116,7	106,5	110,9	93,5
jul-16	107,1	111,9	121,4	90,7	125,9	102,4	105,2	99,0
ago-16	87,4	87,0	103,2	66,6	108,5	81,5	60,1	93,3
* set-16	105,3	108,3	116,1	102,1	118,1	104,7	103,7	95,2
* out-16	102,1	105,6	109,8	98,1	111,6	100,0	103,6	95,7
nov-16	106,9	110,4	118,4	105,5	120,3	104,1	109,7	96,7
Varição mensal (%)								
nov-15	-5,0	-5,3	-3,0	-3,4	-2,9	-6,4	-6,7	-4,4
dez-15	-1,4	-3,8	2,6	-11,6	4,4	-4,9	-15,9	7,9
jan-16	-7,9	-9,5	-11,0	-6,2	-11,6	-4,1	-12,5	-6,5
fev-16	5,0	7,7	2,3	7,7	1,6	6,7	30,0	-6,0
mar-16	7,3	7,4	6,6	8,3	6,3	10,0	3,3	6,9
abr-16	-4,3	-2,6	-5,3	-4,0	-5,4	-4,7	0,7	-5,5
mai-16	5,0	6,1	3,8	-7,3	5,3	4,7	1,9	8,8
jun-16	2,7	2,6	6,3	5,0	6,4	1,9	2,4	-0,5
jul-16	1,3	1,7	6,8	-1,9	7,9	-3,8	-5,1	6,0
ago-16	-18,4	-22,2	-15,0	-26,5	-13,8	-20,4	-42,8	-5,8
* set-16	20,5	24,4	12,5	53,3	8,9	28,5	72,3	2,0
* out-16	-3,0	-2,4	-5,4	-4,0	-5,5	-4,5	-0,1	0,6
nov-16	4,7	4,5	7,8	7,5	7,8	4,1	5,9	1,1
Varição homóloga (%)								
nov-15	-0,5	0,2	6,5	6,6	6,5	-0,1	4,3	-11,4
dez-15	-1,8	-0,6	8,6	4,7	9,1	0,7	-4,0	-14,0
jan-16	-3,8	-4,6	2,8	1,1	3,0	-2,8	-15,7	-5,8
fev-16	-1,5	-0,1	4,2	1,1	4,7	1,3	3,2	-13,7
mar-16	-2,8	-4,4	0,8	-3,5	1,4	-3,3	-2,2	-6,9
abr-16	-5,0	-5,6	-1,3	-3,5	-1,0	-3,9	-4,0	-11,4
mai-16	-0,6	-0,1	3,8	-0,6	4,4	0,0	-4,0	-4,4
jun-16	-3,1	-3,2	3,0	-2,7	3,8	-1,2	-1,7	-13,3
jul-16	-5,4	-5,6	-1,9	-15,5	-0,2	-9,2	-5,9	-4,3
ago-16	3,2	4,6	13,6	6,5	14,3	3,5	-3,7	-5,0
* set-16	1,0	0,1	8,8	4,7	9,3	0,1	-13,5	3,1
* out-16	-3,2	-3,1	-2,5	-7,2	-1,8	-4,3	-9,5	1,6
nov-16	6,7	7,0	8,3	3,3	9,0	6,4	2,8	7,3
Varição média nos últimos 12 meses (%)								
nov-15	0,4	0,4	1,9	-1,9	2,4	0,6	3,0	-3,0
dez-15	0,1	0,2	2,3	-0,7	2,7	0,5	2,7	-4,2
jan-16	0,2	0,2	3,0	0,4	3,3	0,6	0,7	-3,7
fev-16	0,1	0,3	3,3	1,1	3,6	0,9	1,0	-5,1
mar-16	-0,5	-0,5	3,0	0,4	3,3	0,2	1,1	-6,0
abr-16	-1,3	-1,3	2,6	0,2	3,0	-0,3	0,3	-7,6
mai-16	-1,3	-1,3	3,1	1,1	3,4	-0,3	-0,4	-8,1
jun-16	-1,9	-1,9	3,1	0,7	3,4	-0,9	-1,1	-9,2
jul-16	-2,5	-2,5	2,6	-1,2	3,0	-2,0	-1,4	-9,4
ago-16	-2,2	-2,0	3,4	-0,9	3,9	-1,8	-2,0	-9,2
* set-16	-2,2	-2,1	3,9	-0,5	4,5	-1,8	-4,1	-8,3
* out-16	-2,1	-2,0	3,6	-1,2	4,3	-1,8	-4,8	-7,3
nov-16	-1,5	-1,5	3,8	-1,5	4,5	-1,3	-4,9	-5,9

(*) Retificação, em resultado da substituição das estimativas efetuadas para as não respostas, por respostas efetivas das empresas, entretanto recebidas.

(**) Bens Intermédios + Outros

5.3 - Índice de emprego na indústria

BASE 2010=100

Ponderador	EMPREGO					REMUNERAÇÕES					HORAS (Índices Brutos)					HORAS (Índices CAL)					
	100,00	46,40	34,35	15,88	3,37	100,00	36,31	37,16	18,65	7,88	100,00	46,00	34,92	16,27	2,82	100,00	46,00	34,92	16,27	2,82	
Meses	TOTAL	CT	INT **	INV	EN	TOTAL	CT	INT **	INV	EN	TOTAL	CT	INT **	INV	EN	TOTAL	CT	INT **	INV	EN	
Índices mensais																					
nov-15	94,8	97,9	91,2	94,6	90,9	112,5	112,1	108,1	119,0	119,6	97,8	101,6	93,5	97,1	92,9	97,9	101,7	93,6	97,3	93,1	
dez-15	94,6	98,1	90,6	94,2	90,0	116,0	125,9	113,6	115,8	82,0	87,4	92,4	83,2	82,4	85,0	87,5	92,6	83,4	82,6	85,1	
jan-16	94,8	98,3	90,8	94,4	90,3	91,0	95,0	88,1	91,9	83,6	93,2	98,5	88,5	89,1	87,4	95,4	100,7	90,5	91,7	89,5	
fev-16	95,2	98,7	91,2	94,6	89,6	93,5	94,8	89,8	93,0	106,4	94,9	99,1	90,3	94,1	89,0	95,1	99,2	90,5	94,2	89,1	
mar-16	95,6	99,2	91,7	94,9	89,4	95,4	98,6	92,0	95,7	96,1	100,0	104,2	95,6	98,5	94,1	96,3	101,0	91,8	93,7	90,4	
abr-16	95,7	99,1	91,9	95,2	89,3	97,4	98,9	94,1	97,0	106,7	95,8	99,7	91,9	94,8	87,6	97,7	101,1	94,0	97,5	89,7	
mai-16	96,0	99,7	91,9	95,3	89,4	95,8	99,2	93,1	97,3	89,4	98,4	103,2	93,3	97,4	91,6	96,5	101,2	91,5	95,1	89,8	
jun-16	96,2	99,9	92,2	95,4	89,6	103,6	103,3	99,9	111,5	103,7	97,5	102,3	92,8	96,1	87,3	97,7	102,4	92,9	96,3	87,4	
jul-16	96,3	100,1	92,3	95,4	89,7	111,7	116,2	110,5	117,5	82,7	97,0	102,5	91,9	94,7	83,1	97,2	102,7	92,1	94,9	83,3	
ago-16	96,2	100,1	92,0	95,2	89,7	101,2	114,4	95,2	96,1	80,9	70,1	72,4	67,8	66,9	79,4	68,7	71,0	66,5	65,4	78,0	
* set-16	96,8	100,9	92,6	95,3	89,6	92,8	98,8	89,9	92,4	80,1	97,3	101,7	92,0	97,5	88,1	95,3	99,8	90,2	95,2	86,5	
* out-16	96,8	100,7	92,7	95,6	89,9	93,7	99,5	90,6	94,1	81,0	96,3	100,5	91,6	95,7	89,1	96,4	100,6	91,8	95,9	89,3	
nov-16	96,9	100,8	92,9	95,7	90,1	117,5	116,1	113,4	128,3	118,3	98,9	102,8	94,4	98,8	91,3	96,9	100,9	92,6	96,5	89,5	
Varição mensal (%)																					
nov-15	0,0	-0,2	0,1	0,1	-0,1	23,9	18,1	23,3	29,2	44,3	-2,4	-2,6	-1,8	-3,0	-2,6	-0,2	-0,5	0,3	-0,5	-0,5	
dez-15	-0,2	0,2	-0,7	-0,5	-1,0	3,1	12,3	5,2	-2,7	-31,4	-10,6	-9,0	-11,0	-15,2	-8,5	-10,6	-9,0	-11,0	-15,2	-8,5	
jan-16	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	-21,6	-24,5	-22,5	-20,6	2,0	6,6	6,5	6,3	8,2	2,9	8,9	8,7	8,6	11,0	5,1	
fev-16	0,4	0,4	0,5	0,3	-0,8	2,8	-0,3	1,9	1,2	27,2	1,9	0,6	2,1	5,5	1,8	-0,3	-1,5	-0,1	2,8	-0,4	
mar-16	0,5	0,5	0,5	0,3	-0,2	2,1	4,1	2,5	2,8	-9,6	5,3	5,2	5,8	4,8	5,8	1,3	1,8	1,5	-0,5	1,4	
abr-16	0,1	-0,1	0,3	0,3	-0,1	2,0	0,3	2,2	1,4	10,9	-4,2	-4,3	-3,9	-3,8	-6,9	1,5	0,1	2,4	4,0	-0,8	
mai-16	0,3	0,6	0,0	0,2	0,1	-1,6	0,3	-1,0	0,3	-16,2	2,7	3,4	1,5	2,7	4,6	-1,2	0,1	-2,7	-2,5	0,2	
jun-16	0,2	0,2	0,3	0,1	0,2	8,1	4,1	7,3	14,6	16,0	-0,9	-0,9	-0,5	-1,3	-4,7	1,2	1,2	1,6	1,3	-2,7	
jul-16	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2	7,8	12,5	10,6	5,4	-20,3	-0,5	0,3	-0,9	-1,4	-4,8	-0,5	0,3	-0,9	-1,4	-4,8	
ago-16	-0,1	0,1	-0,4	-0,2	0,0	-9,4	-1,5	-13,9	-18,2	-2,1	-27,7	-29,4	-26,2	-29,3	-4,5	-29,3	-30,8	-27,7	-31,1	-6,3	
* set-16	0,6	0,8	0,6	0,1	-0,1	-8,3	-13,7	-5,5	-3,9	-1,1	38,8	40,6	35,7	45,6	11,0	38,7	40,6	35,6	45,6	10,9	
* out-16	0,0	-0,2	0,2	0,3	0,3	1,0	0,7	0,7	1,8	1,2	-1,0	-1,3	-0,4	-1,8	1,1	1,2	0,8	1,7	0,8	3,2	
nov-16	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	25,4	16,7	25,2	36,4	46,0	2,7	2,3	3,0	3,2	2,5	0,5	0,3	0,9	0,6	0,3	
Varição homóloga (%)																					
nov-15	1,1	0,6	2,0	0,6	1,2	3,4	3,8	3,0	2,1	6,1	2,9	3,2	2,8	2,0	5,9	0,7	1,1	0,7	-0,6	3,7	
dez-15	1,2	1,2	1,6	0,4	0,7	2,8	2,7	3,2	3,9	-2,2	0,7	1,0	0,8	-0,5	0,5	0,7	1,0	0,8	-0,5	0,5	
jan-16	1,3	1,4	1,5	0,6	1,3	3,6	4,2	3,2	2,6	4,9	-1,1	-0,7	-0,4	-3,6	-0,3	1,1	1,3	1,8	-1,1	1,9	
fev-16	1,4	1,7	1,5	0,6	-0,2	3,0	3,8	3,6	2,1	-0,1	2,7	3,1	2,3	2,0	4,2	0,5	1,0	0,1	-0,6	2,0	
mar-16	1,6	2,1	1,7	0,6	-2,0	3,6	3,5	3,6	2,6	6,5	0,2	0,2	1,0	-1,2	-1,5	-1,6	-1,1	-1,1	-3,7	-3,6	
abr-16	1,6	1,8	1,9	1,2	-1,7	4,5	5,0	4,2	4,5	4,0	-0,7	-0,1	-0,3	-2,6	-4,8	3,4	3,4	4,0	2,6	-0,6	
mai-16	1,7	2,2	1,6	1,3	-1,7	2,4	3,5	0,8	3,0	3,6	3,2	3,8	2,8	2,8	2,2	-1,1	-0,4	-1,4	-2,4	-2,1	
jun-16	1,6	1,9	1,6	1,3	-1,4	3,3	4,3	3,7	3,9	-3,7	0,8	1,3	0,8	-0,1	-2,1	0,8	1,3	0,8	-0,1	-2,1	
jul-16	1,3	1,6	1,2	1,2	-1,0	3,4	4,0	3,3	4,1	-3,1	-3,8	-3,2	-3,8	-4,9	-7,5	0,4	0,8	0,3	0,2	-3,7	
ago-16	1,6	2,2	1,3	1,4	-1,2	3,2	3,9	3,4	3,3	-2,7	4,7	5,7	3,9	4,0	0,1	2,5	3,6	1,8	1,3	-1,7	
* set-16	1,7	2,5	1,6	0,2	-1,4	3,0	5,2	2,9	1,3	-3,7	1,2	2,1	0,6	0,2	-1,4	1,2	2,1	0,6	0,2	-1,3	
* out-16	2,0	2,7	1,8	1,2	-1,1	3,3	4,8	3,3	2,1	-2,2	-3,9	-3,6	-3,7	-4,4	-6,6	-1,8	-1,6	-1,7	-1,9	-4,5	
nov-16	2,2	3,0	1,8	1,2	-0,9	4,5	3,6	4,9	7,8	-1,0	1,1	1,2	0,9	1,8	-1,7	-1,0	-0,8	-1,1	-0,8	-3,8	
Varição média nos últimos 12 meses (%)																					
nov-15	1,2	1,4	1,3	0,9	-0,6	2,6	3,5	2,5	1,2	1,7	0,8	1,0	0,6	0,7	0,6	0,5	0,7	0,3	0,3	0,3	
dez-15	1,2	1,3	1,5	0,8	-0,2	2,8	3,6	2,9	1,4	1,7	1,0	1,1	0,9	0,7	0,9	0,6	0,8	0,6	0,4	0,6	
jan-16	1,2	1,2	1,6	0,7	0,2	2,9	3,7	3,1	1,5	2,3	1,1	1,2	1,1	0,5	1,7	0,7	0,9	0,8	0,1	1,4	
fev-16	1,2	1,2	1,6	0,6	0,3	3,0	3,7	3,2	1,5	2,1	1,5	1,6	1,5	0,8	2,6	1,0	1,1	1,0	0,2	2,1	
mar-16	1,2	1,3	1,6	0,5	0,2	3,0	3,6	3,2	1,5	2,3	1,0	1,1	1,1	0,2	2,0	0,5	0,6	0,6	-0,4	1,5	
abr-16	1,3	1,3	1,7	0,6	0,1	3,0	3,9	3,3	1,8	0,7	0,6	0,8	0,8	-0,3	1,2	0,7	0,8	0,9	-0,2	1,3	
mai-16	1,3	1,4	1,7	0,6	0,0	2,9	3,8	2,9	2,0	0,9	1,0	1,2	1,2	0,1	1,5	0,5	0,7	0,7	-0,5	1,0	
jun-16	1,4	1,5	1,7	0,7	-0,1	3,1	3,8	3,0	2,1	2,1	0,8	1,0	0,9	-0,2	0,9	0,5	0,7	0,6	-0,5	0,6	
jul-16	1,3	1,4	1,6	0,8	-0,2	3,2	3,9	3,0	2,7	2,1	0,4	0,6	0,5	-0,5	0,4	0,5	0,7	0,5	-0,4	0,4	
ago-16	1,4	1,5	1,6	0,9	-0,3	3,2	3,8	3,1	2,9	1,9	0,6	0,9	0,7	-0,5	-0,1	0,6	0,9	0,7	-0,4	-0,1	
* set-16	1,4	1,7	1,6	0,8	-0,5	3,3	4,0	3,1	2,9	1,3	0,6	1,0	0,6	-0,5	-0,5	0,7	1,1	0,7	-0,4	-0,4	
* out-16	1,5	1,8	1,6	0,9	-0,7	3,3	4,0	3,2	3,0	0,7	0,4	0,9	0,4	-0,7	-1,0	0,5	1,0	0,5	-0,6	-1,0	
nov-16	1,6	2,0	1,6	0,9	-0,9	3,4	4,0	3,4	3,6	0,0	0,3	0,7	0,3	-0,7	-1,7	0,3	0,8	0,3	-0,6	-1,6	

(*) Retificação, em resultado da substituição das estimativas efetuadas para as não respostas, por respostas efetivas das empresas, entretanto recebidas.

(**) Bens Intermédios + Outros.

Nota: Índices CAL - Índices ajustados de efeitos de calendário.

5.4 - Inquéritos de conjuntura à indústria transformadora

INQUERITO MENSAL

Unid: SRE/MM3M

	2016											
	Dez.	Nov.	Out.	Set.	Ago.	Jul.	Jun.	Mai.	Abr.	Mar.	Fev.	Jan.
Total												
Indicador de confiança (a)	1,1	0,4	-0,4	-1,1	-1,1	-1,3	-1,5	-2,1	-1,8	-1,1	-0,9	-1,2
Produção atual (a)	1,3	1,4	1,9	3,4	3,7	3,4	3,0	3,0	1,4	0,0	-0,6	0,5
Perspetivas de produção (a)	10,4	9,9	8,9	7,6	7,9	6,6	7,1	7,5	9,6	11,1	11,2	10,7
Procura global atual	-5,4	-6,4	-7,1	-7,0	-7,2	-7,1	-8,5	-10,0	-10,8	-9,8	-9,4	-9,4
Procura interna atual	-7,0	-7,9	-9,5	-10,2	-11,1	-10,1	-10,9	-12,0	-13,4	-13,7	-13,6	-13,5
Procura externa atual	-5,9	-5,8	-5,5	-5,1	-5,4	-5,4	-6,1	-6,4	-6,9	-7,2	-6,7	-6,4
Stocks de produtos acabados atual	1,7	2,3	3,1	3,8	4,0	3,4	3,1	3,7	4,2	4,6	4,5	4,9
Perspetivas de emprego	1,8	2,3	2,8	2,9	2,9	2,5	2,8	3,7	3,2	2,9	1,2	0,8
Perspetivas de preços (a)	3,0	1,9	0,8	0,6	0,9	0,2	-0,8	-2,5	-3,9	-4,4	-4,1	-2,9
Bens de Consumo												
Produção atual (a)	2,8	3,6	3,5	3,6	2,7	1,5	-1,3	-1,2	-2,4	-2,9	-2,5	-2,7
Perspetivas de produção (a)	13,1	11,8	12,3	12,7	13,6	11,7	9,3	8,0	8,4	12,4	14,2	14,3
Procura global atual	-1,0	-2,5	-2,2	-4,5	-5,2	-7,8	-11,4	-14,1	-14,1	-10,4	-10,6	-11,8
Procura interna atual	-2,1	-3,6	-5,0	-7,5	-8,4	-8,7	-10,1	-12,4	-13,1	-12,0	-12,4	-13,7
Procura externa atual	-3,8	-4,9	-3,9	-4,7	-7,2	-9,8	-12,3	-12,4	-12,8	-12,5	-11,0	-10,2
Stocks de produtos acabados atual	2,7	3,0	3,8	4,9	6,0	6,3	6,4	6,3	6,4	4,6	5,0	5,1
Perspetivas de emprego	3,1	3,3	5,6	5,5	5,5	4,0	3,4	4,5	3,7	3,7	0,4	0,4
Perspetivas de preços (a)	2,5	1,7	0,2	-0,1	0,7	0,3	-0,1	-0,2	-0,7	-0,3	-1,4	-1,4
Bens de Investimento												
Produção atual	1,0	-2,4	-1,7	2,1	6,5	9,5	10,8	9,6	5,1	0,4	-0,8	-1,1
Perspetivas de produção	5,9	4,8	5,3	5,6	7,5	8,9	13,5	15,0	17,0	16,8	13,7	8,2
Procura global atual	-5,6	-5,9	-6,4	-4,5	-2,6	-0,8	0,3	-3,1	-4,3	-5,7	-2,7	-3,3
Procura interna atual	-10,5	-10,8	-12,3	-11,5	-11,2	-8,8	-8,0	-9,3	-11,7	-13,3	-12,9	-12,9
Procura externa atual	-6,1	-6,3	-4,3	-1,3	0,6	1,1	0,1	-2,6	-3,9	-4,1	-0,7	-0,7
Stocks de produtos acabados atual	-2,3	-1,1	0,0	1,2	2,0	1,9	1,9	1,6	1,5	2,3	3,1	4,5
Perspetivas de emprego	2,3	1,1	0,4	1,2	1,0	0,9	1,1	1,0	2,2	2,7	1,2	-1,7
Perspetivas de preços	-1,2	-1,7	-1,3	-1,1	-1,9	-1,5	-3,2	-4,7	-5,8	-5,8	-5,7	-6,6
Bens Intermédios												
Produção atual	0,5	1,3	2,0	3,6	3,3	2,7	3,3	3,5	2,6	1,7	0,6	3,1
Perspetivas de produção (a)	8,0	8,0	6,3	4,6	4,5	3,8	4,7	6,3	8,9	9,7	9,1	8,6
Procura global atual	-8,2	-9,1	-10,4	-9,6	-10,0	-8,6	-9,5	-9,6	-10,7	-10,7	-10,7	-9,8
Procura interna atual	-9,0	-9,8	-11,5	-11,5	-13,0	-11,5	-12,4	-12,6	-14,1	-15,0	-14,7	-13,6
Procura externa atual	-7,2	-6,3	-6,9	-6,7	-6,2	-4,5	-4,0	-3,8	-4,1	-4,7	-5,9	-5,7
Stocks de produtos acabados atual	2,4	3,0	3,7	3,9	3,4	2,0	1,4	2,8	3,7	5,3	4,6	4,8
Perspetivas de emprego	0,9	2,1	1,8	1,7	1,9	2,1	2,9	4,1	3,2	2,4	1,7	1,9
Perspetivas de preços	2,9	0,5	-0,9	-0,9	-0,5	-1,4	-1,0	-1,0	-0,9	-1,9	-2,1	-2,1

Notas: SRE - saldos de respostas extremas; MM3M - médias móveis de três meses
(a) séries corrigidas de sazonalidade

(continua)

5.4 - Inquéritos de conjuntura à indústria transformadora (continuação)

INQUERITO TRIMESTRAL

Unid: MM2T

	2016				2015			
	Out.	Jul.	Abr.	Jan.	Out.	Jul.	Abr.	Jan.
Total								
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%) (a)	79,9	80,1	80,2	80,0	80,1	80,0	80,5	79,8
Semanas de produção assegurada (nº) (a)	16,6	17,1	16,7	16,9	17,0	17,2	17,8	17,7
Capacidade produtiva atual (sre) (a)	8,1	10,5	10,5	8,3	7,3	9,3	11,9	13,6
Evolução da carteira de encomendas externa (sre)	2,7	5,4	8,4	5,8	6,7	12,3	12,3	7,1
Preços das matérias-primas (sre)	4,7	4,6	2,2	0,5	4,8	10,3	7,8	7,4
Empresas com obstáculos à atividade (%)	26,0	26,9	28,6	28,0	28,4	28,2	28,9	31,5
Bens de Consumo								
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%) (a)	79,1	78,6	79,1	79,7	79,9	79,9	79,9	79,2
Semanas de produção assegurada (nº) (a)	8,4	8,8	8,9	9,5	9,3	9,5	10,3	10,2
Capacidade produtiva atual (sre)	9,3	11,9	12,5	9,4	7,5	9,6	12,2	13,3
Evolução da carteira de encomendas externa (sre)	6,7	7,1	6,5	6,6	8,1	12,2	12,3	8,5
Preços das matérias-primas (sre)	7,6	7,8	5,8	4,2	7,5	9,3	4,8	9,4
Empresas com obstáculos à atividade (%)	30,3	31,1	32,2	33,3	33,3	30,8	28,7	29,1
Bens de Investimento								
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%)	81,0	81,6	81,6	81,5	82,0	82,3	82,1	81,5
Semanas de produção assegurada (nº)	19,8	21,0	20,3	20,9	20,3	20,6	22,1	21,6
Capacidade produtiva atual (sre)	6,2	12,9	12,8	13,5	12,1	12,2	18,5	23,4
Evolução da carteira de encomendas externa (sre)	8,0	10,1	12,9	8,7	8,3	10,3	9,5	7,5
Preços das matérias-primas (sre)	6,8	8,7	6,5	3,3	4,7	12,1	16,1	14,9
Empresas com obstáculos à atividade (%)	31,9	28,7	33,5	36,6	35,4	37,7	44,8	50,8
Bens Intermediários								
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%) (a)	80,4	80,5	80,3	79,8	79,8	79,3	80,1	79,5
Semanas de produção assegurada (nº)	20,4	21,0	21,1	20,7	20,4	21,0	21,7	21,5
Capacidade produtiva atual (sre)	8,0	8,9	8,4	5,9	5,7	8,1	9,4	10,3
Evolução da carteira de encomendas externa (sre) (a)	2,0	0,8	4,6	6,3	9,0	11,3	9,5	8,0
Preços das matérias-primas (sre)	2,8	1,3	-2,3	-3,1	3,9	10,5	5,7	3,0
Empresas com obstáculos à atividade (%)	21,2	23,6	24,7	21,7	22,9	23,3	23,3	26,2

Notas: SRE - saldos de respostas extremas; MM2T - médias móveis de dois trimestres
(a) séries corrigidas de sazonalidade

5.5 - Licenciamento de obras

	Valor Mensal (n°)						Variação (%)
	Novembro 2016 (a)	Outubro 2016 (a)	Setembro 2016 (a)	Agosto 2016 (a)	Julho 2016 (a)	Junho 2016 (a)	Média últimos 12 meses
PORTUGAL							
Edifícios licenciados	1 496	1 518	1 420	1 301	1 401	1 368	9,4
dos quais: de Construções novas	986	990	892	850	889	870	10,9
Edifícios licenciados para Habitação familiar	925	953	888	861	868	848	15,6
dos quais: de Construções novas	677	698	635	629	599	602	20,3
Fogos	927	953	1 106	874	846	1 027	36,6
NORTE							
Edifícios licenciados	616	569	544	556	539	544	7,6
dos quais: de Construções novas	433	406	350	364	340	352	7,4
Edifícios licenciados para Habitação familiar	392	365	365	372	355	346	13,7
dos quais: de Construções novas	296	287	261	276	241	245	15,3
Fogos	375	384	446	391	349	424	27,1
CENTRO							
Edifícios licenciados	445	500	434	359	409	380	4,9
dos quais: de Construções novas	283	303	273	240	276	241	3,3
Edifícios licenciados para Habitação familiar	249	282	261	233	228	220	10,2
dos quais: de Construções novas	187	197	190	176	174	154	14,0
Fogos	245	309	257	201	207	225	23,4
ÁREA METROPOLITANA de LISBOA							
Edifícios licenciados	169	168	187	117	202	160	24,9
dos quais: de Construções novas	120	105	104	70	123	100	49,9
Edifícios licenciados para Habitação familiar	133	122	111	85	127	107	33,4
dos quais: de Construções novas	107	87	78	61	85	85	55,0
Fogos	196	122	143	81	159	201	65,5
ALENTEJO							
Edifícios licenciados	131	117	134	138	116	122	13,0
dos quais: de Construções novas	82	82	90	95	80	81	12,7
Edifícios licenciados para Habitação familiar	63	70	68	86	70	63	20,6
dos quais: de Construções novas	42	51	48	61	49	43	26,5
Fogos	56	51	61	61	54	43	23,7
ALGARVE							
Edifícios licenciados	73	80	73	59	62	83	26,0
dos quais: de Construções novas	31	37	42	34	31	45	34,0
Edifícios licenciados para Habitação familiar	52	59	50	48	41	57	26,9
dos quais: de Construções novas	26	32	36	31	27	37	37,1
Fogos	32	37	177	116	52	70	129,1
R.A. dos AÇORES							
Edifícios licenciados	33	63	30	53	55	51	-3,0
dos quais: de Construções novas	23	40	22	39	32	33	6,7
Edifícios licenciados para Habitação familiar	16	35	18	22	32	29	0,0
dos quais: de Construções novas	9	27	13	18	18	22	6,2
Fogos	9	28	13	18	18	22	-4,9
R.A. da MADEIRA							
Edifícios licenciados	29	21	18	19	18	28	6,9
dos quais: de Construções novas	14	17	11	8	7	18	5,9
Edifícios licenciados para Habitação familiar	20	20	15	15	15	26	16,0
dos quais: de Construções novas	10	17	9	6	5	16	19,8
Fogos	14	22	9	6	7	42	48,5

NOTA: O Total de obras licenciadas inclui licenças para construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.

(a) Dados preliminares

5.6 - Obras concluídas

	Valor Trimestral (n°)							
	3.º Trim. 2016 (a)	2.º Trim. 2016 (a)	1.º Trim. 2016 (a)	4.º Trim. 2015 (b)	3.º Trim. 2015 (b)	2.º Trim. 2015 (b)	1.º Trim. 2015 (b)	4.º Trim. 2014 (b)
PORTUGAL								
Edifícios concluídos	2480	2456	2491	2 610	2 723	2 749	2 890	3 198
dos quais: de Construções novas	1705	1670	1686	1 737	1 832	1 822	1 917	2 126
Edifícios concluídos para Habitação familiar	1585	1522	1590	1 581	1 688	1 597	1 728	1 842
dos quais: de Construções novas	1113	1047	1092	1 086	1 155	1 087	1 192	1 286
Fogos	1645	1518	1668	1 358	1 523	1 826	1 980	1 862
NORTE								
Edifícios concluídos	1007	980	1007	1 022	1 076	1 059	1 116	1 273
dos quais: de Construções novas	701	682	697	699	750	732	774	904
Edifícios concluídos para Habitação familiar	688	644	680	667	717	653	724	799
dos quais: de Construções novas	474	447	478	461	504	458	527	587
Fogos	583	621	627	571	641	693	754	795
CENTRO								
Edifícios concluídos	887	798	793	872	873	937	993	1 109
dos quais: de Construções novas	598	530	536	573	574	600	649	700
Edifícios concluídos para Habitação familiar	516	470	460	469	482	501	545	552
dos quais: de Construções novas	370	332	329	332	323	332	372	372
Fogos	544	492	501	365	407	475	470	474
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA								
Edifícios concluídos	229	169	181	193	202	228	228	208
dos quais: de Construções novas	170	115	133	137	137	148	151	134
Edifícios concluídos para Habitação familiar	163	125	131	137	146	159	150	146
dos quais: de Construções novas	122	87	99	103	107	117	112	103
Fogos	206	149	166	165	184	232	386	200
ALENTEJO								
Edifícios concluídos	251	246	247	241	293	268	274	341
dos quais: de Construções novas	175	177	170	166	206	198	190	232
Edifícios concluídos para Habitação familiar	138	106	146	125	153	125	124	174
dos quais: de Construções novas	103	69	93	82	104	91	84	132
Fogos	132	101	120	91	124	101	105	155
ALGARVE								
Edifícios concluídos	106	94	99	105	127	108	102	116
dos quais: de Construções novas	61	52	55	50	66	46	47	65
Edifícios concluídos para Habitação familiar	80	70	71	76	98	76	78	87
dos quais: de Construções novas	44	38	37	38	54	32	36	45
Fogos	180	63	153	93	99	202	198	184
R.A. dos AÇORES								
Edifícios concluídos	131	121	119	121	119	108	129	102
dos quais: de Construções novas	87	80	70	75	78	72	84	65
Edifícios concluídos para Habitação familiar	83	69	67	62	67	56	66	47
dos quais: de Construções novas	51	45	38	37	46	39	42	27
Fogos	58	60	39	38	48	101	48	27
R.A. da MADEIRA								
Edifícios concluídos	42	48	45	56	33	41	48	49
dos quais: de Construções novas	19	34	25	37	21	26	22	26
Edifícios concluídos para Habitação familiar	31	38	35	45	25	27	41	37
dos quais: de Construções novas	14	29	18	33	17	18	19	20
Fogos	14	32	62	35	20	22	19	27

NOTA: O Total de obras concluídas inclui construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios,

(a) Resultados estimados preliminares

(b) Resultados estimados revistos

5.7 - Inquéritos de conjuntura à construção e obras públicas

INQUERITO MENSAL

Unid: MM3M

	2016											
	Dez.	Nov.	Out.	Set.	Ago.	Jul.	Jun.	Mai.	Abr.	Mar.	Fev.	Jan.
Total												
Indicador de confiança (sre)	-30,2	-29,7	-29,2	-29,6	-31,0	-32,1	-32,7	-32,6	-33,1	-32,8	-34,1	-34,8
Atividade da empresa (sre)	-14,4	-16,5	-16,1	-18,6	-20,5	-24,0	-24,9	-23,8	-21,0	-20,2	-20,7	-22,5
Carteira de encomendas (sre)	-39,6	-39,5	-39,4	-40,3	-42,4	-45,5	-47,2	-47,0	-46,5	-47,1	-47,7	-47,7
Perspetivas de emprego (sre)	-20,8	-19,9	-18,9	-18,9	-19,6	-18,6	-18,3	-18,2	-19,6	-18,6	-20,5	-22,0
Perspetivas de preços (sre)	-10,4	-10,4	-11,0	-10,7	-11,4	-12,1	-13,2	-12,8	-12,8	-11,7	-11,9	-11,2
Empresas c/ obstáculos à atividade (%)	53,4	52,2	51,7	50,8	52,0	53,8	54,5	54,7	55,4	56,1	56,7	54,8
Promoção imobiliária e construção de edifícios												
Atividade da empresa (sre)	-8,7	-12,7	-12,6	-13,5	-14,2	-16,4	-17,8	-18,3	-18,7	-18,7	-20,8	-21,6
Carteira de encomendas (sre)	-25,4	-27,1	-30,0	-31,9	-33,8	-34,9	-36,5	-36,9	-38,6	-39,5	-40,2	-40,5
Perspetivas de emprego (sre)	-13,6	-12,6	-13,1	-15,1	-18,3	-19,2	-19,4	-19,2	-18,4	-17,5	-18,6	-21,4
Perspetivas de preços (sre)	-8,8	-9,0	-9,5	-9,1	-10,2	-11,4	-12,2	-11,8	-12,2	-11,7	-12,0	-10,9
Empresas c/ obstáculos à atividade (%)	46,1	46,6	47,0	47,3	47,5	48,5	48,8	49,6	49,5	49,7	49,5	48,4
Engenharia civil												
Atividade da empresa (sre)	-26,5	-27,8	-25,4	-31,1	-34,9	-41,7	-42,5	-38,6	-29,2	-27,2	-27,0	-32,7
Carteira de encomendas (sre)	-70,0	-68,5	-65,2	-65,2	-65,1	-70,3	-72,5	-72,1	-70,1	-71,5	-73,7	-73,1
Perspetivas de emprego (sre)	-38,1	-37,7	-34,6	-32,6	-30,1	-26,1	-24,3	-24,8	-30,0	-27,4	-28,8	-27,3
Perspetivas de preços (sre)	-16,5	-16,3	-16,9	-16,5	-16,1	-16,1	-17,6	-18,3	-18,0	-16,4	-15,8	-14,8
Empresas c/ obstáculos à atividade (%)	76,4	73,5	72,4	68,8	69,5	71,0	71,8	71,0	73,2	75,5	78,1	73,5
Atividades especializadas de construção												
Atividade da empresa (sre)	-8,6	-8,3	-10,1	-11,2	-12,4	-14,1	-14,2	-14,0	-14,1	-13,8	-12,2	-10,8
Carteira de encomendas (sre)	-24,6	-23,1	-22,1	-22,5	-27,6	-31,5	-32,6	-31,6	-29,5	-28,4	-26,8	-27,0
Perspetivas de emprego (sre)	-10,7	-9,3	-8,5	-7,6	-8,2	-7,9	-8,7	-7,7	-8,2	-8,9	-12,8	-16,0
Perspetivas de preços (sre)	-5,2	-5,1	-5,8	-6,0	-7,4	-8,0	-9,1	-7,5	-7,0	-5,8	-6,7	-6,9
Empresas c/ obstáculos à atividade (%)	35,8	33,9	32,7	33,3	36,8	40,3	41,9	42,2	42,3	41,9	41,2	41,5

Notas: SRE - saldos de respostas extremas; MM3M - médias móveis de três meses
(a) séries corrigidas de sazonalidade

INQUERITO TRIMESTRAL

Unid: MM2T

	2016				2015			
	Out.	Jul.	Abr.	Jan.	Out.	Jul.	Abr.	Jan.
Total								
Meses de produção assegurada (nº)	9,2	9,0	9,2	9,3	9,2	9,4	10,0	9,8
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%)	69,0	68,4	68,8	67,8	66,8	65,6	66,5	65,7
Perspetivas de atividade (sre) (a)	-8,0	-13,3	-15,9	-19,0	-16,9	-15,4	-21,7	-18,5
Promoção imobiliária e construção de edifícios								
Meses de produção assegurada (nº)	8,0	6,9	6,7	6,8	6,5	6,4	6,7	6,6
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%)	65,9	65,3	65,5	62,5	59,0	57,6	58,5	57,5
Perspetivas de atividade (sre)	-8,4	-12,1	-13,2	-16,9	-17,4	-14,3	-21,9	-22,8
Engenharia civil								
Meses de produção assegurada (nº)	13,2	14,2	15,1	15,3	15,0	15,4	17,0	17,2
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%)	66,9	65,9	67,2	67,9	68,5	67,9	69,6	68,8
Perspetivas de atividade (sre) (a)	-17,6	-19,6	-22,5	-32,4	-26,4	-20,6	-26,9	-20,6
Atividades especializadas de construção								
Meses de produção assegurada (nº)	5,9	5,8	5,7	5,8	6,2	6,9	6,9	5,9
Taxa de utilização da capacidade produtiva (%)	77,0	77,2	76,5	77,0	77,9	76,9	77,4	77,1
Perspetivas de atividade (sre)	0,4	2,4	-7,6	-14,3	-8,0	-1,9	-9,6	-15,6

Notas: SRE - saldos de respostas extremas; MM2T - médias móveis de dois trimestres
(a) séries corrigidas de sazonalidade

5.8 - Índice de preços na produção industrial

BASE (100:2015)	Ponderadores	Valor Mensal	Variação Mensal (%)					Variação (%)	
		Nov. 16	Nov. 16	Out. 16	Set. 16	Ago. 16	Jul. 16	Homóloga	Acumulada (12 meses)
PORTUGAL									
CAE-Rev.3									
C/D/E INDICE GERAL		101,5	0,0	0,5	0,0	-0,3	0,3	0,0	-3,5
Desagregação do Índice Geral por Grandes Agrupamentos Industriais:									
- Bens de Consumo (Total)	32,36	95,8	-0,2	0,0	-0,2	-0,1	0,4	0,7	1,5
- Bens de consumo duradouro	3,90	97,1	0,1	-0,3	-0,3	0,1	0,1	0,9	0,0
- Bens de consumo n. duradouro	28,45	95,7	-0,3	0,0	-0,1	-0,1	0,4	0,6	1,6
- Bens Intermédios	32,72	99,3	0,1	-0,3	-0,4	0,0	0,1	-1,3	-1,5
- Bens de Investimento	10,45	99,9	-0,2	0,2	-0,1	0,2	0,0	-1,0	0,5
- Energia	24,47	114,9	0,3	3,0	1,1	-1,4	0,8	1,6	-16,4
B Indústrias Extrativas	1,27	94,6	-1,3	0,6	-0,7	2,3	3,3	-0,7	-9,8
C Indústrias Transformadoras	86,90	103,5	0,0	0,3	0,0	-0,2	0,2	-0,3	-3,3
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	9,14	82,3	0,4	2,4	0,0	-0,7	1,4	2,8	-6,0
E Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2,69	90,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	2,1



6. Comércio Interno e Internacional

6.1 - Inquéritos de conjuntura ao comércio

INQUERITO MENSAL

Unid: SRE/MM3M

	2016											2015
	Nov.	Out.	Set.	Ago.	Jul.	Jun.	Mai.	Abr.	Mar.	Fev.	Jan.	Dez.
Total												
Indicador de confiança (a)	6,4	6,8	6,9	6,4	5,0	3,4	1,8	0,7	-0,5	-0,2	-0,3	0,4
Perspetivas atividade da empresa (a)	8,5	8,3	8,3	8,5	8,9	7,6	5,1	2,9	2,2	2,6	2,5	2,9
Volume de vendas (a)	14,5	15,8	16,3	14,8	10,7	7,3	5,2	4,5	2,0	2,1	2,2	3,7
Persp. encomendas a fornecedores (a)	-2,1	-2,8	-1,6	-1,9	-0,5	-0,8	-0,8	-1,7	-1,8	-0,9	-0,4	-0,1
Nível de existências	3,8	3,7	3,9	4,1	4,5	4,7	5,0	5,3	5,7	5,4	5,6	5,5
Perspetivas de emprego	0,9	-0,3	0,8	1,7	3,1	3,1	3,0	1,6	1,2	0,8	0,7	0,3
Preços (a)	-1,6	-2,4	-2,8	-1,7	0,8	1,3	0,8	-0,7	-4,5	-5,0	-4,8	-2,3
Perspetivas de preços (a)	3,5	3,1	2,7	2,5	3,6	3,4	2,8	1,4	-0,6	-1,4	-2,0	-1,7
Comércio por grosso												
Perspetivas atividade da empresa (a)	8,3	8,6	10,0	9,9	10,6	9,7	6,9	4,2	2,3	2,1	1,5	2,4
Volume de vendas (a)	12,3	12,9	14,6	12,7	8,3	4,6	2,9	3,3	1,7	2,3	2,0	2,1
Persp. encomendas a fornecedores (a)	-1,7	-3,0	-2,9	-3,4	-2,6	-1,9	-2,1	-2,9	-2,7	-2,4	-1,9	-2,4
Nível de existências	3,6	4,4	4,8	4,9	5,0	5,3	5,6	5,8	6,3	5,7	6,0	6,0
Perspetivas de emprego	-0,6	-1,1	0,6	1,8	3,7	3,7	3,5	1,7	1,2	0,7	0,2	-1,0
Preços (a)	-2,8	-3,5	-3,5	-2,1	1,4	1,3	0,0	-2,0	-6,7	-6,6	-7,1	-4,1
Perspetivas de preços (a)	5,6	5,2	4,9	4,9	6,2	4,9	3,3	1,3	-0,5	-1,2	-2,8	-3,2
Comércio a retalho												
Perspetivas atividade da empresa (a)	7,7	6,7	4,8	5,1	5,0	3,9	2,0	0,8	1,5	3,9	4,9	4,3
Volume de vendas (a)	8,8	10,7	10,7	10,2	7,6	6,3	6,4	6,9	4,9	4,3	4,4	5,8
Persp. encomendas a fornecedores (a)	1,7	1,3	0,3	-0,7	-1,5	-2,0	-1,0	-1,2	-0,3	0,8	2,2	2,6
Nível de existências	4,0	2,9	2,9	3,1	3,9	4,0	4,3	4,6	5,0	4,9	5,1	4,8
Perspetivas de emprego	2,5	0,7	0,9	1,5	2,4	2,3	2,3	1,4	1,2	0,9	1,2	1,8
Preços (a)	-0,2	-0,3	-2,1	-2,5	-1,6	0,1	0,6	0,3	-1,6	-2,0	-1,7	-0,5
Perspetivas de preços (a)	2,8	3,3	2,4	1,8	2,1	2,3	2,4	1,7	0,0	-0,8	-0,8	-0,2

Notas: SRE - saldos de respostas extremas; MM3M - médias móveis de três meses
(a) séries corrigidas de sazonalidade

INQUERITO TRIMESTRAL

Unid: MM2T

	2016				2015				
	Out.	Jul.	Abr.	Jan.	Out.	Jul.	Abr.	Jan.	
Total									
Encomendas a fornecedores estrangeiros (sre) (a)		-2,3	-3,5	-2,9	1,5	4,1	2,0	5,4	4,6
Perspetivas de evolução das existências (sre) (a)		-6,3	-5,6	-4,2	-2,0	-1,4	-2,6	-4,3	-6,5
Empresas com obstáculos à atividade (%) (a)		12,0	12,4	13,1	13,6	15,4	17,8	16,8	16,5
Comércio por grosso									
Encomendas a fornecedores estrangeiros (sre) (a)		0,6	1,0	-1,2	2,4	5,6	4,0	5,1	0,8
Perspetivas de evolução das existências (sre) (a)		-4,9	-5,8	-4,9	-2,7	-2,8	-3,9	-5,6	-9,2
Empresas com obstáculos à atividade (%) (a)		12,6	13,1	13,7	13,1	14,9	17,5	15,4	14,6
Comércio a retalho									
Encomendas a fornecedores estrangeiros (sre) (a)		-4,1	-3,5	-5,2	-0,2	2,5	-1,7	5,5	9,4
Perspetivas de evolução das existências (sre) (a)		-5,7	-4,6	-2,8	-1,2	-0,2	-1,0	-2,4	-3,7
Empresas com obstáculos à atividade (%) (a)		11,2	11,6	12,3	14,2	16,1	18,1	18,2	18,4

Notas: SRE - saldos de respostas extremas; MM2T - médias móveis de dois trimestres
(a) séries corrigidas de sazonalidade

6.2 - Índice de volume de negócios no comércio a retalho

BASE 2010=100
AJUSTADOS DE EFEITOS DE CALENDÁRIO E DA SAZONALIDADE

Meses	Volume de negócios no Comércio a Retalho (DEFLACIONADO)					Volume de negócios no Comércio a Retalho				
	ÍNDICE TOTAL	ÍNDICE TOTAL EXCEPTO COMBUSTÍVEL	Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco (Total)	Comércio a retalho de produtos não alimentares (Total)	Comércio a retalho de produtos não alimentares excepto combustível (Total)	ÍNDICE TOTAL	ÍNDICE TOTAL EXCEPTO COMBUSTÍVEL	Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco (Total)	Comércio a retalho de produtos não alimentares (Total)	Comércio a retalho de produtos não alimentares excepto combustível (Total)
Índices mensais										
nov-15	87,10	87,50	91,80	84,00	83,80	85,30	85,70	95,40	78,60	77,60
dez-15	85,70	86,30	93,40	80,60	80,30	83,90	84,50	96,90	75,40	74,20
jan-16	89,80	91,00	96,10	85,70	86,80	85,60	86,80	99,60	76,50	76,20
fev-16	92,90	94,30	97,70	89,70	91,50	87,40	88,70	100,40	78,90	79,00
mar-16	88,00	89,00	95,00	83,40	84,00	85,80	86,60	98,10	77,70	77,10
abr-16	89,30	90,30	97,20	84,20	84,60	87,70	88,30	101,20	78,80	77,60
mai-16	87,80	88,90	94,60	83,40	84,10	86,20	86,70	98,70	78,00	76,70
jun-16	91,00	92,30	97,80	86,60	87,80	89,80	90,40	103,10	81,10	79,90
jul-16	92,10	93,70	101,10	86,20	87,60	89,50	90,40	106,60	78,30	76,90
ago-16	92,60	94,10	96,70	89,90	91,90	88,80	89,60	101,90	80,30	79,30
*set-16	90,40	91,30	99,50	84,50	84,60	88,90	89,30	104,50	78,70	76,60
*out-16	92,00	93,30	99,70	87,00	88,00	90,70	91,30	104,80	81,50	80,10
nov-16	90,80	91,80	96,10	87,40	88,10	89,30	89,60	100,40	82,10	80,50
Variação mensal (%)										
nov-15	-1,60	-2,30	-4,40	0,40	-0,30	-2,20	-2,70	-5,00	0,10	-0,20
dez-15	-1,60	-1,40	1,70	-4,00	-4,20	-1,60	-1,40	1,60	-4,20	-4,30
jan-16	4,70	5,50	2,80	6,20	8,00	2,10	2,70	2,80	1,40	2,70
fev-16	3,50	3,70	1,70	4,80	5,50	2,10	2,20	0,80	3,20	3,70
mar-16	-5,30	-5,60	-2,70	-7,10	-8,20	-1,80	-2,40	-2,30	-1,50	-2,50
abr-16	1,50	1,50	2,30	0,90	0,70	2,20	2,00	3,10	1,40	0,70
mai-16	-1,70	-1,60	-2,70	-1,00	-0,60	-1,70	-1,80	-2,40	-1,10	-1,10
jun-16	3,60	3,90	3,40	3,80	4,40	4,20	4,30	4,50	4,00	4,10
jul-16	1,20	1,50	3,30	-0,40	-0,20	-0,40	-0,10	3,40	-3,50	-3,70
ago-16	0,60	0,40	-4,30	4,30	4,90	-0,70	-0,90	-4,40	2,60	3,10
*set-16	-2,30	-2,90	2,80	-6,00	-8,00	0,10	-0,30	2,50	-1,90	-3,40
*out-16	1,70	2,20	0,30	2,90	4,10	2,10	2,30	0,30	3,60	4,60
nov-16	-1,30	-1,70	-3,60	0,50	0,10	-1,50	-1,90	-4,10	0,60	0,50
Variação homóloga (%)										
nov-15	0,70	0,10	-1,80	2,50	1,90	-0,90	-0,70	-2,10	0,00	0,70
dez-15	-0,60	0,20	1,60	-2,30	-1,00	-1,10	-0,10	1,60	-3,20	-1,80
jan-16	0,20	0,70	2,10	-1,10	-0,60	-0,10	0,50	2,20	-2,00	-1,40
fev-16	4,10	4,50	4,70	3,60	4,30	2,50	3,60	3,80	1,50	3,40
mar-16	1,50	2,00	3,50	0,10	0,60	0,40	1,40	2,60	-1,40	0,20
abr-16	2,30	2,80	4,60	0,70	1,20	1,30	2,30	4,20	-1,00	0,30
mai-16	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	-1,10	-0,50	-0,30	-1,80	-0,70
jun-16	3,90	4,10	5,40	2,80	2,90	3,00	3,70	5,50	1,00	1,90
jul-16	4,00	4,20	7,00	1,80	1,70	3,30	4,20	7,60	-0,20	0,60
ago-16	3,00	2,80	3,70	2,60	2,00	2,80	2,90	4,70	1,20	1,00
*set-16	2,90	3,10	4,70	1,60	1,50	3,00	3,00	5,40	1,10	0,40
*out-16	3,90	4,20	3,80	4,00	4,70	4,00	3,70	4,40	3,70	3,10
nov-16	4,30	4,90	4,60	4,00	5,10	4,80	4,60	5,30	4,30	3,80
Variação média nos últimos 12 meses (%)										
nov-15	2,10	2,00	0,60	3,20	3,20	0,20	0,90	0,70	-0,20	1,20
dez-15	1,80	1,80	0,80	2,60	2,80	0,20	1,00	1,00	-0,40	1,00
jan-16	1,60	1,70	0,90	2,10	2,40	0,30	1,00	1,30	-0,50	0,70
fev-16	1,70	1,80	1,20	2,10	2,40	0,50	1,20	1,60	-0,30	0,80
mar-16	1,70	1,90	1,60	1,80	2,20	0,60	1,30	1,90	-0,50	0,70
abr-16	1,60	1,80	1,90	1,40	1,80	0,50	1,30	2,10	-0,70	0,50
mai-16	1,50	1,70	2,00	1,20	1,50	0,40	1,20	2,00	-1,00	0,30
jun-16	1,60	1,80	2,30	1,10	1,40	0,50	1,30	2,30	-1,00	0,20
jul-16	1,80	2,00	2,70	1,10	1,40	0,70	1,50	2,70	-0,90	0,30
ago-16	2,00	2,20	3,10	1,20	1,40	1,00	1,70	3,10	-0,70	0,40
*set-16	2,20	2,40	3,30	1,30	1,60	1,20	1,90	3,20	-0,40	0,60
*out-16	2,20	2,40	3,30	1,40	1,60	1,40	2,00	3,30	-0,10	0,60
nov-16	2,50	2,80	3,90	1,50	1,90	1,90	2,40	3,90	0,30	0,90

6.3 - Vendas de veículos automóveis novos

VEÍCULOS LIGEIOS

	Unid.	Valor Mensal						Variação (%)	
		Dez. 16 (Po)	Nov. 16 (Re)	Out. 16 (Re)	Set. 16 (Re)	Ago. 16 (Re)	Acumulado jan. a dez.	Homóloga	Homóloga Acumulada
TOTAL	(N.º)	21 554	19 640	17 500	16 944	12 906	242 219	27,8	15,7
Ligeiros de passageiros (a)	(N.º)	16 988	16 483	14 933	13 960	10 708	207 330	29,3	16,1
Comerciais ligeiros	(N.º)	4 568	3 157	2 566	2 984	2 198	34 890	22,5	13,1

(a) Inclui veículos todo-o-terreno e monovolumes com +2300 Kg.

VEÍCULOS COMERCIAIS PESADOS

	Unid.	Valor Mensal						Variação (%)	
		Dez. 16 (Po)	Nov. 16 (Re)	Out. 16 (Re)	Set. 16 (Re)	Ago. 16 (Re)	Acumulado jan. a dez.	Homóloga	Homóloga Acumulada
TOTAL	(N.º)	608	338	621	499	231	5 124	41,1	19,4
Pesados de mercadorias	(N.º)	593	315	595	480	217	4 775	41,2	18,2
Pesados de passageiros	(N.º)	15	23	26	19	14	349	36,4	37,4

Fonte: Dados obtidos pelo INE junto da ACAP - Associação do Comércio Automóvel de Portugal

Vendas de veículos ligeiros de passageiros (inclui veículos Todo-o-terreno e monovolumes) comerciais



6.4 - Evolução do Comércio Internacional

	Valores Mensais (10 ⁹ EUR)						Variação (%)	
	Nov. 16 (a)	Out. 16 (a)	Set. 16 (a)	Ago. 16 (a)	Acumulado Dez. 15 a Nov. 16	Acumulado Dez. 14 a Nov. 15	Homóloga	Últimos 12 Meses
TOTAL								
Exportações (FOB)	4 663 005	4 365 688	4 423 147	3 485 805	49 843 584	49 882 527	7,6	-0,1
Importações (CIF)	5 453 682	5 227 964	5 353 875	4 656 348	60 399 370	60 269 389	8,4	0,2
Saldo	-790 678	-862 276	-930 728	-1 170 543	-10 555 786	-10 386 862	//	//
Taxa de cobertura (%)	86	84	83	75	83	83	//	//
INTRA-UE								
Exportações (FOB)	3 404 639	3 174 596	3 374 241	2 512 518	37 517 385	36 221 688	4,6	3,6
Importações (CIF)	4 355 225	4 115 841	4 167 921	3 384 865	47 110 541	45 996 811	11,7	2,4
Saldo	-950 586	-941 245	-793 680	-872 347	-9 593 156	-9 775 123	//	//
Taxa de cobertura (%)	78	77	81	74	80	79	//	//
ZONA EURO								
Exportações (FOB)	2 860 893	2 638 379	2 768 486	2 100 568	31 397 699	30 378 774	5,2	3,4
Importações (CIF)	3 946 743	3 723 549	3 743 680	3 079 902	42 563 455	41 596 770	12,0	2,3
Saldo	-1 085 850	-1 085 170	-975 193	-979 334	-11 165 756	-11 217 996	//	//
Taxa de cobertura (%)	72	71	74	68	74	73	//	//
EXTRA-UE								
Exportações (FOB)	1 258 366	1 191 092	1 048 905	973 287	12 326 199	13 660 839	16,6	-9,8
Importações (CIF)	1 098 457	1 112 124	1 185 954	1 271 483	13 288 829	14 272 578	-3,0	-6,9
Saldo	159 909	78 969	-137 049	-298 196	-962 630	-611 739	//	//
Taxa de cobertura (%)	115	107	88	77	93	96	//	//

	Valores Mensais (10 ⁹ EUR)							
	Jul. 16 (a)	Jun. 16 (a)	Mai. 16 (a)	Abr. 16 (a)	Mar. 16 (a)	Fev. 16 (a)	Jan. 16 (a)	Dez. 15 (a)
TOTAL								
Exportações (FOB)	4 483 753	4 469 416	4 223 459	4 144 580	4 248 299	4 025 710	3 676 622	3 634 101
Importações (CIF)	5 065 073	5 393 401	5 158 006	4 874 267	5 310 538	4 714 169	4 364 986	4 827 060
Saldo	- 581 320	- 923 985	- 729 687	-1 062 239	- 688 459	- 669 857	-1 192 959	- 700 010
Taxa de cobertura (%)	89	83	85	80	85	85	75	86
INTRA-UE								
Exportações (FOB)	3 406 864	3 383 745	3 205 453	3 210 464	3 211 099	3 173 787	2 884 524	2 575 455
Importações (CIF)	4 018 834	4 159 519	3 983 008	3 902 209	4 112 278	3 757 468	3 382 805	3 770 568
Saldo	- 611 970	- 775 775	- 691 745	- 901 179	- 583 681	- 479 774	-1 195 112	- 646 678
Taxa de cobertura (%)	85	81	82	78	84	86	68	83
ZONA EURO								
Exportações (FOB)	2 856 506	2 844 392	2 709 250	2 693 513	2 676 852	2 675 364	2 413 335	2 160 160
Importações (CIF)	3 642 076	3 742 915	3 591 585	3 506 008	3 709 175	3 373 095	3 070 307	3 434 420
Saldo	- 785 571	- 898 523	- 812 494	-1 032 323	- 697 731	- 656 973	-1 274 259	- 805 477
Taxa de cobertura (%)	78	76	77	72	79	79	63	77
EXTRA-UE								
Exportações (FOB)	1 076 889	1 085 671	1 018 006	934 116	1 037 200	851 923	792 098	1 058 645
Importações (CIF)	1 046 239	1 233 882	1 174 999	972 058	1 198 260	956 701	982 181	1 056 492
Saldo	30 649	- 148 211	- 37 942	- 161 060	- 104 778	- 190 083	2 153	- 53 332
Taxa de cobertura (%)	103	88	96	87	89	81	100	95

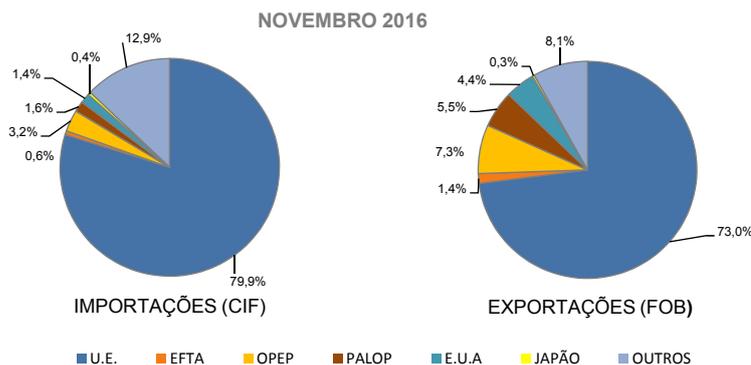
(a) Os dados de dezembro de 2015 a novembro de 2016, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

6.5 – Comércio Internacional – Importações de bens (CIF) por principais parceiros comerciais

	Valores Mensais (10 ³ EUR)							Variação Homóloga (a) Nov. (%)
	Nov. 16 (a)	Out. 16 (a)	Set. 16 (a)	Ago. 16 (a)	Jul. 16 (a)	Jun. 16 (a)	Mai. 16 (a)	
TOTAL	5 453 682	5 227 964	5 353 875	4 656 348	5 065 073	5 393 401	5 158 006	8,4
UNIÃO EUROPEIA	4 355 225	4 115 841	4 167 921	3 384 865	4 018 834	4 159 519	3 983 008	11,7
Abastecimento e provisões de bordo da UE	x	x	x	x	x	x	x	//
Alemanha	782 704	675 706	744 392	555 698	680 381	737 421	716 091	17,6
Áustria	27 508	25 342	24 802	19 854	25 482	31 594	24 676	-2,3
Bélgica	157 040	150 556	150 841	124 586	146 447	147 768	135 759	16,1
Bulgária	5 169	7 972	5 936	9 983	7 137	11 431	6 975	4,0
Chipre	406	732	418	378	373	577	587	62,0
Croácia	6 128	4 468	3 383	2 896	3 816	4 840	4 471	-1,1
Dinamarca	31 016	26 088	31 858	20 874	29 948	25 305	21 294	2,8
Eslováquia	22 196	20 044	16 980	14 640	13 327	17 433	16 585	17,1
Eslovénia	4 553	4 803	5 929	2 861	4 518	4 943	4 055	14,4
Espanha	1 818 833	1 770 493	1 761 070	1 502 243	1 730 551	1 732 350	1 653 186	9,2
Estónia	1 367	1 567	2 074	1 258	1 135	1 385	1 831	-5,3
Finlândia	13 861	15 614	10 929	12 452	16 486	11 303	10 081	-2,6
França	441 655	431 516	403 931	318 882	370 573	414 477	406 567	16,8
Grécia	9 936	10 942	15 646	9 731	15 427	9 757	8 632	-2,8
Hungria	30 918	27 236	25 889	19 913	28 087	31 659	22 408	42,7
Irlanda	41 536	51 634	33 679	45 049	53 354	54 604	38 982	2,3
Itália	317 609	290 731	290 642	197 789	307 178	293 863	280 731	12,4
Letónia	737	2 909	1 168	1 755	438	568	792	-1,8
Lituânia	8 009	3 948	7 715	5 033	4 487	3 754	6 652	100,7
Luxemburgo	8 656	7 517	5 835	11 155	8 085	14 414	10 648	-17,8
Malta	1 040	1 157	1 105	1 472	1 392	1 694	1 612	-8,1
Países Baixos	289 100	258 337	266 524	255 065	262 444	265 010	274 116	10,3
Países e territórios ND da UE	9	x	x	x	x	x	x	//
Polónia	67 220	65 359	66 044	44 503	56 880	63 260	61 973	33,8
Reino Unido	152 050	153 635	178 558	128 461	157 758	168 402	153 041	-1,2
República Checa	38 346	40 355	37 000	28 342	39 911	45 227	42 357	-4,5
Roménia	18 075	13 103	10 963	8 653	6 983	5 544	7 321	31,9
Suécia	59 551	54 075	64 610	41 337	46 239	60 938	71 583	7,4
EFTA	32 442	29 759	23 628	23 258	22 001	63 454	35 548	7,6
Islândia	219	91	114	307	49	34	141	-42,1
Liechtenstein	8	3	1	9	7	7	8	-15,3
Noruega	9 576	5 506	2 832	732	1 543	48 096	14 631	96,6
Suíça	22 638	24 160	20 682	22 210	20 402	15 317	20 768	-9,1
OPEP	173 918	206 364	99 403	328 717	132 567	180 401	74 491	0,7
PALOP	86 170	132 425	48 972	171 922	52 967	85 125	3 036	-0,7
Estados Unidos da América	79 010	84 589	74 078	49 561	55 162	91 889	74 172	-10,4
Japão	23 969	25 255	23 222	18 305	21 080	25 036	28 094	1,7
Outros	702 948	633 731	916 650	679 720	762 461	787 978	959 658	-3,9

(a) Os dados de maio a novembro de 2016, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

Comércio Internacional – Importações e exportações de bens por principais parceiros comerciais



6.6 – Comércio Internacional – Exportações de bens (FOB) por principais parceiros comerciais

	Valores Mensais (10 ⁹ EUR)							Variação Homóloga (a) Nov. (%)
	Nov. 16 (a)	Out. 16 (a)	Set. 16 (a)	Ago. 16 (a)	Jul. 16 (a)	Jun. 16 (a)	Mai. 16 (a)	
TOTAL	4 663 005	4 365 688	4 423 147	3 485 805	4 483 753	4 469 416	4 223 459	7,6
UNIÃO EUROPEIA	3 404 639	3 174 596	3 374 241	2 512 518	3 406 864	3 383 745	3 205 453	4,6
Abastecimento e provisões de bordo da UE	11	10	9	8				
Alemanha	24 130	26 819	29 297	26 082	26 203	30 032	12 942	-23,8
Áustria	540 836	495 069	498 158	386 326	540 914	532 363	533 157	5,6
Bélgica	26 753	23 179	24 252	12 123	27 359	28 594	24 637	-6,7
Bulgária	98 033	110 554	109 391	84 844	102 376	103 733	102 539	0,5
Chipre	11 300	6 683	8 890	3 446	4 068	4 800	4 311	179,4
Croácia	3 939	3 559	2 686	2 543	2 586	3 672	2 982	30,9
Dinamarca	1 876	1 538	1 988	1 470	2 825	1 889	2 631	32,1
Eslóvaquia	28 770	28 770	26 784	22 953	37 556	29 377	26 121	7,6
Eslôvenia	23 380	24 731	22 532	19 040	16 220	20 216	18 341	38,6
Espanha	2 271	2 973	2 457	1 980	2 922	2 280	1 869	7,8
Estónia	1 178 854	1 095 981	1 185 251	909 606	1 206 425	1 153 879	1 152 929	8,7
Finlândia	2 100	1 684	2 196	1 366	1 459	2 477	1 811	28,6
França	26 073	14 438	13 209	24 913	14 610	26 492	16 071	60,1
Grécia	567 494	505 419	554 549	390 604	557 179	599 247	520 781	1,8
Hungria	8 669	13 936	10 530	10 236	8 139	9 395	10 488	-13,0
Irlanda	18 428	18 456	21 848	15 025	21 033	21 893	18 546	12,1
Itália	21 711	28 469	26 838	23 132	28 485	42 812	29 344	3,3
Letónia	180 237	153 033	143 033	87 196	154 427	148 199	144 201	7,0
Lituânia	1 273	1 273	1 872	1 872	2 061	1 691	2 270	-11,7
Luxemburgo	3 278	3 044	2 498	1 937	2 344	2 886	2 766	-17,6
Malta	9 914	11 128	9 843	6 118	6 419	6 536	7 029	21,1
Países Baixos	1 850	1 718	1 736	996	1 404	2 271	1 847	12,3
Países e territórios ND da UE	164 229	148 192	157 455	135 735	181 177	157 649	136 190	-10,6
Polónia	x	x	x	28	x	x	x	//
Reino Unido	47 990	49 451	51 686	44 124	44 143	49 609	49 318	-8,7
República Checa	323 845	315 059	301 367	221 901	329 038	314 902	291 168	1,6
Roménia	24 528	21 942	26 079	20 412	22 103	24 802	30 913	-7,9
Suécia	25 172	25 212	98 642	22 329	22 113	21 984	24 570	8,3
	37 706	42 286	39 174	34 180	41 277	40 065	35 683	11,4
EFTA	66 849	65 023	58 345	46 903	73 282	73 855	63 736	28,1
Islândia	1 572	2 103	1 311	786	1 981	1 369	1 656	407,4
Liechtenstein	32	31	24	23	9	29	39	-58,6
Noruega	15 918	16 159	16 020	14 875	17 014	19 259	13 012	37,6
Suíça	49 327	46 731	40 991	31 220	54 279	53 198	49 028	22,6
OPEP	338 497	255 763	210 633	177 645	188 557	177 286	191 945	28,3
PALOP	255 163	214 722	193 576	171 726	167 385	156 450	149 605	8,6
Estados Unidos da América	206 161	255 461	209 643	186 838	213 682	252 022	210 581	-3,6
Japão	13 580	12 348	10 719	10 301	12 960	12 282	12 374	11,0
Outros	378 115	387 775	365 989	379 874	421 022	413 776	389 765	25,0

(a) Os dados de maio a novembro de 2016, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

6.7 – Comércio Internacional – Importações de bens (CIF) por grupos de produtos

	Valores Mensais (10 ³ EUR)							Variação Homóloga (a) Nov. (%)
	Nov. 16 (a)	Out. 16 (a)	Set. 16 (a)	Ago. 16 (a)	Jul. 16 (a)	Jun. 16 (a)	Mai. 16 (a)	
TOTAL GERAL	5 453 682	5 227 964	5 353 875	4 656 348	5 065 073	5 393 401	5 158 006	8,4
1. Agrícolas	561 424	529 776	606 460	614 346	568 081	560 249	588 907	5,9
2. Alimentares	237 482	251 054	241 221	252 041	229 931	244 976	217 498	10,6
3. Combustíveis minerais	522 382	580 466	555 308	611 860	476 026	551 355	439 171	-6,9
4. Químicos	609 498	530 146	580 150	475 639	557 644	561 320	555 905	16,9
5. Plásticos e borrachas	316 733	310 272	318 855	259 385	324 776	326 009	319 097	2,0
6. Peles e couros	75 416	71 171	69 845	51 154	74 146	76 794	79 104	-1,9
7. Madeira e cortiça	65 171	65 616	71 236	57 369	77 565	90 716	69 991	-9,2
8. Pastas celulósicas e papel	104 147	110 807	109 783	95 213	104 566	105 071	102 851	-6,8
9. Matérias têxteis	165 872	166 110	180 524	102 511	162 853	172 243	181 224	5,9
10. Vestuário	178 554	174 019	182 130	188 537	164 467	150 430	130 220	22,5
11. Calçado	56 867	57 735	66 775	73 968	68 817	64 512	51 515	28,6
12. Minerais e minérios	71 873	76 138	74 150	60 593	72 441	80 669	73 788	-3,0
13. Metais comuns	429 698	380 648	411 904	280 516	388 599	397 482	382 411	15,8
14. Máquinas e aparelhos	974 894	883 227	904 708	752 703	865 048	885 493	845 062	10,1
15. Veículos e outro material de transporte	741 776	707 280	663 467	508 835	628 929	812 410	808 337	16,4
16. Ótica e precisão	133 864	132 622	123 466	102 943	119 482	126 784	127 819	0,5
17. Outros produtos	208 031	200 878	193 894	168 733	181 704	186 890	185 109	10,9

(a) Os dados de maio a novembro de 2016, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

6.8 – Comércio Internacional – Exportações de bens (FOB) por grupos de produtos

	Valores Mensais (10 ³ EUR)							Variação Homóloga (a) Nov. (%)
	Nov. 16 (a)	Out. 16 (a)	Set. 16 (a)	Ago. 16 (a)	Jul. 16 (a)	Jun. 16 (a)	Mai. 16 (a)	
TOTAL GERAL	4 663 005	4 365 688	4 423 147	3 485 805	4 483 753	4 469 416	4 223 459	7,6
1. Agrícolas	377 665	334 478	344 466	281 068	275 571	259 528	255 752	15,2
2. Alimentares	263 874	234 919	232 568	199 772	217 573	209 883	205 831	12,5
3. Combustíveis minerais	300 052	319 123	256 032	256 067	276 016	289 594	245 906	7,3
4. Químicos	242 073	219 158	232 393	192 230	235 532	253 126	229 493	7,1
5. Plásticos e borrachas	343 308	326 360	344 322	262 254	328 056	331 321	317 915	8,0
6. Peles e couros	25 022	23 278	24 230	18 205	26 223	25 971	26 550	7,9
7. Madeira e cortiça	134 995	126 121	122 468	77 065	147 723	144 956	142 819	2,8
8. Pastas celulósicas e papel	207 642	196 714	217 600	204 311	191 149	207 047	199 677	-4,7
9. Matérias têxteis	173 159	165 295	163 866	112 592	183 748	181 727	177 912	1,0
10. Vestuário	262 961	260 415	226 968	238 724	321 976	259 059	240 728	8,0
11. Calçado	145 067	140 267	167 957	191 454	261 672	181 643	121 482	7,2
12. Minerais e minérios	210 258	198 891	192 494	174 591	201 295	227 743	213 152	2,4
13. Metais comuns	350 318	300 681	313 664	224 136	326 901	331 789	331 221	14,9
14. Máquinas e aparelhos	774 439	706 042	692 969	521 888	643 079	675 934	670 649	18,2
15. Veículos e outro material de transporte	500 780	482 708	541 053	251 147	507 773	541 659	512 924	1,2
16. Ótica e precisão	76 952	66 634	71 114	53 433	66 028	67 764	68 128	6,7
17. Outros produtos	274 439	264 606	278 983	226 866	273 437	280 671	263 318	-6,2

(a) Os dados de maio a novembro de 2016, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

6.9 – Comércio Intra-UE – Importações de bens (CIF) por grupos de produto

	Valores Mensais (10 ⁹ EUR)							Variação Homóloga (a) Nov. (%)
	Nov. 16 (a)	Out. 16 (a)	Set. 16 (a)	Ago. 16 (a)	Jul. 16 (a)	Jun. 16 (a)	Mai. 16 (a)	
TOTAL GERAL	4 355 225	4 115 841	4 167 921	3 384 865	4 018 834	4 159 519	3 983 008	11,7
1. Agrícolas	443 650	434 602	445 790	459 884	430 680	434 633	416 073	14,4
2. Alimentares	201 009	214 016	209 499	222 817	206 929	213 032	196 538	7,9
3. Combustíveis minerais	152 106	155 310	139 055	114 683	130 774	119 708	102 344	15,3
4. Químicos	546 215	474 272	517 247	427 109	499 455	502 315	505 109	18,9
5. Plásticos e borrachas	273 316	269 266	268 907	209 122	273 181	273 588	268 048	4,5
6. Peles e couros	57 033	58 310	54 638	38 969	57 017	58 432	61 498	-3,2
7. Madeira e cortiça	54 183	51 287	55 458	44 002	61 893	61 734	50 968	7,2
8. Pastas celulósicas e papel	96 497	100 748	102 395	87 124	97 545	97 897	95 779	-8,6
9. Matérias têxteis	108 551	116 906	117 407	66 294	109 427	116 513	119 086	2,9
10. Vestuário	162 199	158 530	163 508	162 493	142 213	134 467	116 982	23,9
11. Calçado	45 052	46 842	53 080	59 942	55 998	51 527	41 926	28,1
12. Minerais e minérios	65 604	68 476	66 551	54 156	66 859	72 302	66 220	-1,4
13. Metais comuns	356 452	319 707	339 863	231 722	337 890	343 987	325 094	12,8
14. Máquinas e aparelhos	817 322	737 292	760 155	599 387	727 318	743 540	695 634	9,1
15. Veículos e outro material de transporte	668 252	616 629	603 073	377 975	554 603	666 246	660 051	17,4
16. Ótica e precisão	117 714	117 004	107 685	88 722	105 715	109 738	112 256	0,7
17. Outros produtos	190 072	176 642	163 610	140 463	161 338	159 861	149 403	12,8

(a) Os dados de maio a novembro de 2016, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

6.10 – Comércio Intra-UE – Exportações de bens (FOB) por grupos de produtos

	Valores Mensais (10 ⁹ EUR)							Variação Homóloga (a) Nov. (%)
	Nov. 16 (a)	Out. 16 (a)	Set. 16 (a)	Ago. 16 (a)	Jul. 16 (a)	Jun. 16 (a)	Mai. 16 (a)	
TOTAL GERAL	3 404 639	3 174 596	3 374 241	2 512 518	3 406 864	3 383 745	3 205 453	4,6
1. Agrícolas	242 835	221 485	251 500	207 053	207 507	196 255	195 494	-2,5
2. Alimentares	166 481	152 032	152 197	128 028	151 522	144 905	145 551	6,9
3. Combustíveis minerais	172 445	110 648	133 995	100 780	151 439	133 682	99 021	-2,1
4. Químicos	152 284	150 206	153 737	141 761	168 956	179 512	161 701	4,0
5. Plásticos e borrachas	267 645	262 556	279 445	208 525	269 767	269 309	254 091	3,3
6. Peles e couros	17 751	15 927	17 639	11 900	19 300	19 526	18 784	-2,3
7. Madeira e cortiça	88 738	84 700	86 174	49 749	96 230	93 834	93 289	1,4
8. Pastas celulósicas e papel	140 284	134 636	138 051	135 498	133 954	149 384	141 240	-12,8
9. Matérias têxteis	129 826	122 218	118 610	71 159	128 246	131 696	133 329	3,5
10. Vestuário	242 870	237 657	210 951	213 477	297 018	236 915	222 657	7,7
11. Calçado	126 018	117 770	148 800	161 019	229 942	159 759	107 396	8,8
12. Minerais e minérios	144 811	124 781	140 016	117 367	129 730	155 524	145 541	20,4
13. Metais comuns	263 049	235 590	241 313	165 359	245 348	249 993	247 468	17,2
14. Máquinas e aparelhos	535 595	532 506	535 062	388 242	480 349	522 772	500 355	15,4
15. Veículos e outro material de transporte	437 368	412 047	477 772	188 881	424 240	451 819	466 663	1,2
16. Ótica e precisão	55 812	50 330	52 951	37 714	49 466	51 370	51 953	7,1
17. Outros produtos	220 826	209 508	236 028	186 006	223 851	237 489	220 919	-8,2

(a) Os dados de maio a novembro de 2016, incluem estimativas de não respostas e das transações abaixo dos limiares de assimilação para os países da União Europeia.

6.11 – Comércio Extra-UE – Importações de bens (CIF) por grupos de produtos

	Valores Mensais (10 ⁹ EUR)							Variação Homóloga (a) Nov. (%)
	Nov. 16 (a)	Out. 16 (a)	Set. 16 (a)	Ago. 16 (a)	Jul. 16 (a)	Jun. 16 (a)	Mai. 16 (a)	
TOTAL GERAL	1 098 457	1 112 124	1 185 954	1 271 483	1 046 239	1 233 882	1 174 999	-3,0
1. Agrícolas	117 774	95 174	160 670	154 462	137 401	125 616	172 834	-17,4
2. Alimentares	36 473	37 038	31 722	29 224	23 002	31 944	20 960	29,0
3. Combustíveis minerais	370 276	425 156	416 253	497 176	345 252	431 647	336 827	-13,7
4. Químicos	63 283	55 873	62 904	48 530	58 189	59 004	50 796	2,6
5. Plásticos e borrachas	43 418	41 006	49 948	50 263	51 595	52 421	51 050	-11,5
6. Peles e couros	18 384	12 861	15 206	12 185	17 129	18 362	17 605	2,6
7. Madeira e cortiça	10 987	14 329	15 777	13 366	15 672	28 982	19 023	-48,3
8. Pastas celulósicas e papel	7 649	10 058	7 388	8 089	7 021	7 174	7 072	25,1
9. Matérias têxteis	57 321	49 205	63 117	36 218	53 425	55 730	62 138	12,1
10. Vestuário	16 356	15 489	18 623	26 045	22 253	15 962	13 238	10,1
11. Calçado	11 815	10 893	13 694	14 027	12 819	12 984	9 588	30,3
12. Minerais e minérios	6 269	7 663	7 599	6 437	5 582	8 367	7 567	-17,1
13. Metais comuns	73 246	60 941	72 041	48 794	50 709	53 496	57 316	32,9
14. Máquinas e aparelhos	157 572	145 934	144 553	153 316	137 731	141 953	149 428	15,6
15. Veículos e outro material de transporte	73 525	90 652	60 394	130 860	74 327	146 164	148 287	8,6
16. Ótica e precisão	16 150	15 618	15 781	14 222	13 766	17 046	15 563	-0,9
17. Outros produtos	17 959	24 235	30 284	28 270	20 366	27 029	35 706	-5,8

(a) Países terceiros - dados preliminares

6.12 – Comércio Extra-UE – Exportações de bens (FOB) por grupos de produtos

	Valores Mensais (10 ⁹ EUR)							Variação Homóloga (a) Nov. (%)
	Nov. 16 (a)	Out. 16 (a)	Set. 16 (a)	Ago. 16 (a)	Jul. 16 (a)	Jun. 16 (a)	Mai. 16 (a)	
TOTAL GERAL	1 258 366	1 191 092	1 048 905	973 287	1 076 889	1 085 671	1 018 006	16,6
1. Agrícolas	134 830	112 994	92 966	74 015	68 064	63 273	60 258	71,0
2. Alimentares	97 393	82 887	80 371	71 744	66 051	64 978	60 280	23,6
3. Combustíveis minerais	127 607	208 475	122 037	155 287	124 578	155 912	146 885	23,4
4. Químicos	89 788	68 952	78 656	50 469	66 576	73 614	67 792	12,7
5. Plásticos e borrachas	75 663	63 804	64 877	53 728	58 288	62 011	63 824	29,1
6. Peles e couros	7 271	7 351	6 592	6 305	6 923	6 445	7 766	44,9
7. Madeira e cortiça	46 257	41 421	36 294	27 316	51 493	51 122	49 531	5,7
8. Pastas celulósicas e papel	67 358	62 077	79 549	68 813	57 195	57 663	58 437	18,1
9. Matérias têxteis	43 332	43 077	45 256	41 433	55 502	50 031	44 584	-5,6
10. Vestuário	20 091	22 758	16 016	25 248	24 958	22 144	18 071	11,3
11. Calçado	19 049	22 496	19 158	30 435	31 730	21 884	14 087	-2,2
12. Minerais e minérios	65 447	74 110	52 478	57 225	71 566	72 219	67 610	-23,0
13. Metais comuns	87 270	65 091	72 351	58 778	81 553	81 796	83 753	8,4
14. Máquinas e aparelhos	238 844	173 536	157 906	133 646	162 730	153 162	170 294	25,1
15. Veículos e outro material de transporte	63 412	70 661	63 281	62 267	83 534	89 840	46 260	1,0
16. Ótica e precisão	21 140	16 304	18 163	15 719	16 562	16 395	16 175	5,9
17. Outros produtos	53 613	55 097	42 955	40 860	49 586	43 182	42 399	3,3

(a) Países terceiros - dados preliminares



7. Serviços

7.1 - Transportes ferroviários

Unid.	Valor Mensal						Variação (%)		
	Set. 16	Ago. 16	Jul. 16	Jun. 16 (Rv)	Mai. 16 (Rv)	Acumulado jan. a set.	Homóloga	Homóloga Acumulada	
Transporte Ferroviário									
Passageiros transportados	(10 ³)	12 024	10 230	10 799	11 032	11 698	98 856	1,6	1,7
Tráfego suburbano	(10 ³)	10 605	8 798	9 390	9 708	10 286	87 079	1,8	1,6
Passageiros-Km transportados	(10 ³)	374 697	355 603	368 261	354 722	371 472	3 100 926	3,4	4,9
Tráfego suburbano	(10 ³)	196 007	161 815	170 320	177 618	190 691	1 601 667	2,7	3,1

Unid.	Valor Mensal						Variação (%)		
	Set. 16	Ago. 16	Jul. 16	Jun. 16	Mai. 16	Acumulado jan. a set.	Homóloga	Homóloga Acumulada	
Metropolitano de Lisboa									
Número de veículos	(N.º)	333	333	333	335	335	//	-0,6	//
Passageiros transportados (a)	(10 ³)	13 185	10 449	12 402	12 561	13 909	112 031	1,4	8,3
Passageiros-Km transportados	(10 ³)	63 290	50 447	59 995	60 444	66 261	537 344	1,5	8,0
Lugares-Km oferecidos	(10 ³)	255 355	248 846	258 731	251 311	273 479	2 246 462	6,7	6,0
Carruagens-Km	(10 ³)	1 995	1 944	2 022	1 963	2 137	17 552	6,7	6,0
Metropolitano do Porto									
Número de veículos	(N.º)	102	102	102	102	102	//	0,0	//
Passageiros transportados	(10 ³)	4 974	3 895	4 580	4 916	5 323	42 537	0,6	0,7
Passageiros-Km transportados	(10 ³)	25 411	20 924	23 599	25 086	27 108	216 939	0,3	0,5
Lugares-Km oferecidos	(10 ³)	133 735	130 706	130 259	130 923	143 894	1 193 959	-4,6	-2,3
Carruagens-Km	(10 ³)	584	568	567	570	628	5 205	-4,7	-2,5

(a) A partir de janeiro de 2015, nova metodologia de apuramento de passageiros transportados.

7.2 - Transportes fluviais

Unid.	Valor Mensal						Variação (%)		
	Set. 16	Ago. 16	Jul. 16	Jun. 16	Mai. 16	Acumulado jan. a set.	Homóloga	Homóloga Acumulada	
Movimento de Passageiros									
Rio Minho	(N.º)	12 791	24 295	17 394	7 601	4 035	79 515	-5,1	-0,9
Rio Douro	(N.º)	16 160	25 255	18 363	5 287	3 143	104 612	26,8	16,9
Ria de Aveiro	(N.º)	3 686	5 438	4 900	13 997	14 382	29 181	15,6	8,9
Rio Tejo	(N.º)	19 703	28 493	22 259	1 350 357	1 394 282	154 439	11,7	3,3
Rio Sado (a)	(N.º)	1 410 313	1 253 271	1 355 002	61 329	27 992	11 928 469	-	-
Ria Formosa	(N.º)	63 784	164 070	117 885	242 181	76 923	512 126	46,6	17,3
Rio Guadiana	(N.º)	323 178	876 538	600 212	10 873	8 393	2 211 176	-3,4	1,9
Movimento de Veículos									
Rio Minho	(N.º)	3 554	6 450	4 168	2 310	1 528	22 280	-2,8	10,9
Ria de Aveiro (b)	(N.º)	675	523	384	0	1 223	5 377	32,7	-0,2
Rio Tejo	(N.º)	3 858	6 142	3 425	5 897	2 292	21 268	9,8	-16,1
Rio Sado	(N.º)	4 849	5 631	6 341	27 106	14 845	33 365	3,9	0,5
Rio Guadiana	(N.º)	27 757	56 659	43 399	522	611	208 818	-27,8	-26,7

(a) Dados relativos a esta travessia reportados de acordo com novo método de cálculo baseado na bilhética.

(b) Embarcação parada de meados de maio a a início de julho de 2016.

7.3 - Transportes marítimos

Unid.	Valor Mensal						Variação (%)		
	Set. 16	Ago. 16	Jul. 16	Jun. 16	Mai. 16	Acumulado jan. a set.	Homóloga	Homóloga Acumulada	
Embarcações de Comércio Entradas nos Portos do Continente									
Número	(N.º)	842	782	904	921	951	7 896	-6,3	-2,7
Arqueação bruta	(GT)	19 474 561	17 051 778	16 991 241	17 178 723	17 672 286	150 583 662	3,6	2,5
Tonagem de porte bruto	(Dwt)	19 621 164	18 791 960	18 732 410	19 389 328	17 768 028	166 856 294	7,6	2,6
Embarcações procedentes de Portos Estrangeiros									
Número	(N.º)	572	549	631	645	673	5 544	-9,8	-3,4
Arqueação bruta	(GT)	16 142 671	14 225 896	13 993 261	14 148 643	14 673 809	124 884 837	5,1	4,4
Tonagem de porte bruto	(Dwt)	15 723 841	15 512 398	15 073 375	15 729 949	14 938 675	137 253 829	8,2	4,1
Movimento de mercadorias (a)									
Total do Continente									
Descarregadas	(ton)	4 641 373	4 546 919	4 355 101	4 347 995	3 869 233	38 111 199	27,7	5,2
Carga Geral	(ton)	229 261	156 458	201 666	227 953	193 902	1 716 964	59,0	4,4
Contentores	(ton)	963 838	1 018 859	996 046	945 050	1 050 982	8 431 479	22,5	15,8
Granéis Sólidos	(ton)	1 185 668	1 037 265	1 272 720	1 178 761	918 236	10 660 335	7,3	-4,0
Granéis Líquidos	(ton)	2 262 606	2 334 337	1 884 669	1 996 231	1 706 113	17 302 421	41,5	6,8
Carregadas	(ton)	3 124 997	3 091 487	3 346 637	3 311 827	3 095 181	27 296 372	17,7	2,4
Carga Geral	(ton)	328 941	394 423	498 561	478 284	531 646	3 916 686	-13,5	-17,0
Contentores	(ton)	1 289 738	1 306 260	1 305 414	1 300 164	1 311 902	11 118 804	22,3	7,3
Granéis Sólidos	(ton)	273 344	245 991	333 518	379 406	302 931	3 000 501	-23,3	-11,6
Granéis Líquidos	(ton)	1 232 974	1 144 813	1 209 144	1 153 973	948 702	9 260 381	42,8	13,0
Porto de Sines									
Descarregadas	(ton)	2 481 729	2 709 975	2 546 367	2 422 084	2 071 400	21 180 104	22,4	9,2
Carga Geral	(ton)	0	0	133	1 701	798	2 632	-	1690,5
Contentores	(ton)	660 667	733 740	665 745	658 063	765 941	5 803 510	33,0	22,7
Granéis Sólidos	(ton)	411 555	343 245	634 979	333 301	157 655	3 784 234	-16,3	-14,2
Granéis Líquidos	(ton)	1 409 507	1 632 990	1 245 510	1 429 019	1 147 006	11 589 728	35,7	13,0
Carregadas	(ton)	1 811 059	1 704 634	1 778 478	1 748 798	1 711 087	14 481 882	53,0	23,1
Carga Geral	(ton)	11 187	516	6 467	6 486	10 231	83 606	-12,2	0,9
Contentores	(ton)	732 354	780 045	752 616	802 661	851 806	6 544 183	33,6	19,9
Granéis Sólidos	(ton)	51 898	11 927	23 617	40 812	31 839	434 668	480,5	106,7
Granéis Líquidos	(ton)	1 015 620	912 146	995 778	898 839	817 211	7 419 425	65,4	23,4
Porto de Leixões									
Descarregadas	(ton)	1 037 332	861 592	886 167	838 183	767 504	7 781 802	50,5	0,4
Carga Geral	(ton)	62 516	49 188	51 784	75 101	57 458	561 244	1,7	42,7
Contentores	(ton)	191 316	165 668	204 078	183 902	235 797	1 737 227	4,3	11,7
Granéis Sólidos	(ton)	147 543	134 672	209 625	212 895	120 204	1 651 546	66,5	2,2
Granéis Líquidos	(ton)	635 957	512 064	420 680	366 285	354 045	3 831 785	78,7	-8,5
Carregadas	(ton)	525 136	514 403	561 797	596 179	569 168	4 739 693	-0,2	-5,6
Carga Geral	(ton)	86 554	87 726	106 778	118 137	123 617	860 492	8,7	-0,2
Contentores	(ton)	231 615	218 622	243 836	244 053	314 214	2 152 538	14,4	6,6
Granéis Sólidos	(ton)	19 234	16 205	19 965	14 767	28 646	186 077	-3,5	-24,4
Granéis Líquidos	(ton)	187 733	191 850	191 218	219 222	102 691	1 540 586	-16,3	-18,6
Porto de Lisboa									
Descarregadas	(ton)	613 311	513 495	412 365	531 954	497 682	4 427 912	24,2	-6,8
Carga Geral	(ton)	579	591	836	735	193	6 028	-34,6	-74,4
Contentores	(ton)	91 072	96 089	97 894	67 411	10 638	649 741	-2,8	-22,0
Granéis Sólidos	(ton)	412 610	331 202	222 473	361 208	372 104	2 839 684	38,5	-2,7
Granéis Líquidos	(ton)	109 050	85 613	91 162	102 600	114 747	932 459	7,7	-4,5
Carregadas	(ton)	277 142	300 661	342 835	271 863	45 118	2 348 229	-18,9	-23,6
Carga Geral	(ton)	17 642	13 484	33 837	23 389	1 550	194 215	-26,4	49,2
Contentores	(ton)	226 956	226 508	205 455	154 963	26 770	1 549 280	0,7	-28,9
Granéis Sólidos	(ton)	27 994	50 200	95 312	84 173	6 946	517 433	-67,0	-24,4
Granéis Líquidos	(ton)	4 550	10 469	8 231	9 338	9 852	87 301	-39,2	12,8

(a) A Carga Geral inclui o movimento de unidades Ro-Ro.

(continua)

7.3 - Transportes marítimos (continuação)

Unid.	Valor Mensal						Variação (%)	
	Set. 16	Ago. 16	Jul. 16	Jun. 16	Mai. 16	Acumulado jan. a set.	Homóloga	Homóloga Acumulada

Movimento de Contentores**Total do Continente**

Descarregados

Número	(N.º)	66 335	75 280	72 792	67 929	69 499	607 449	10,8	-1,8
Número	(TEU)	106 146	119 126	117 401	105 822	110 357	964 714	12,8	-0,3

Carregados

Número	(N.º)	70 246	72 090	72 440	69 965	69 780	609 928	17,4	-0,6
Número	(TEU)	111 949	113 541	115 441	108 263	109 769	963 899	19,1	0,4

Porto de Lisboa

Descarregados

Número	(N.º)	10 994	14 029	12 200	9 003	1 416	87 490	-13,8	-32,4
Número	(TEU)	17 431	21 998	19 760	13 769	2 361	135 743	-11,0	-29,8

Carregados

Número	(N.º)	12 599	13 078	12 096	8 909	1 424	88 076	-6,5	-27,8
Número	(TEU)	19 418	20 092	18 430	13 479	2 093	133 782	-5,8	-27,1

Porto de Leixões

Descarregados

Número	(N.º)	13 916	16 050	16 724	13 904	19 441	142 911	-6,3	3,8
Número	(TEU)	22 755	26 443	27 271	22 844	31 983	233 502	-3,0	6,3

Carregados

Número	(N.º)	14 437	13 972	15 653	14 919	19 129	136 087	10,9	6,1
Número	(TEU)	23 822	22 588	25 785	24 381	30 963	223 066	16,6	8,9

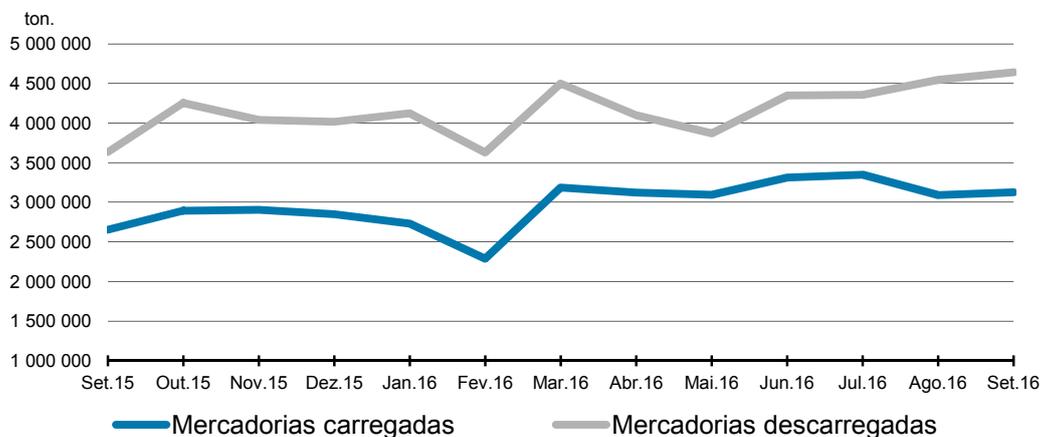
Porto de Sines

Descarregados

Número	(N.º)	38 303	41 641	39 232	40 540	43 755	341 899	29,9	4,4
Número	(TEU)	60 169	64 223	61 922	61 024	67 328	531 632	30,6	4,4

Carregados

Número	(N.º)	38 762	41 447	39 869	41 390	43 466	345 186	30,4	4,3
Número	(TEU)	60 748	64 587	62 645	62 149	66 848	535 542	31,1	4,4

Movimento de mercadorias no Continente

7.4 - Tráfego comercial

**Tráfego Comercial nos
Aerportos do Continente,
Açores e Madeira, segundo a
Natureza do Tráfego**

Tráfego Internacional

Unid.	Valor Mensal						Variação (%)		
	Set. 16	Ago. 16	Jul. 16	Jun. 16	Mai. 16	Acumulado jan. a set.	Homóloga	Homóloga Acumulada	
Aviões	(N.º)	13 015	14 349	14 180	12 651	12 302	103 960	8,4	7,5
Tráfego regular	(N.º)	12 090	13 261	13 059	11 813	11 564	97 334	8,2	7,5
Passageiros embarcados	(10³)	1 922	2 128	1 872	1 701	1 652	13 833	12,5	10,8
Tráfego regular	(10³)	1 822	1 997	1 757	1 607	1 588	13 212	12,2	10,5
Passageiros desembarcados	(10³)	1 841	1 976	2 111	1 773	1 684	13 993	14,1	11,1
Tráfego regular	(10³)	1 735	1 850	1 991	1 683	1 614	13 355	13,8	10,8
Mercadorias carregadas	(ton)	4 885	4 653	4 952	4 530	4 678	41 784	8,8	-7,3
Tráfego regular	(ton)	4 513	4 398	4 635	4 253	4 363	38 244	15,0	-3,6
Mercadorias descarregadas	(ton)	4 488	4 073	4 535	4 884	4 737	40 747	2,4	4,4
Tráfego regular	(ton)	4 106	3 739	4 124	4 525	4 359	37 323	3,6	5,5
Correio carregado	(ton)	308	289	296	292	276	2 596	8,4	5,8
Tráfego regular	(ton)	308	289	296	292	276	2 596	8,4	5,8
Correio descarregado	(ton)	267	238	252	277	273	2 381	10,0	19,9
Tráfego regular	(ton)	266	238	252	277	273	2 381	9,9	20,1

Tráfego Territorial

Aviões	(N.º)	1 551	1 681	1 691	1 560	1 453	12 963	14,6	14,7
Passageiros embarcados	(10³)	217	247	242	213	198	1 731	14,6	14,8
Passageiros desembarcados	(10³)	219	248	238	211	197	1 727	15,6	14,8
Mercadorias carregadas	(ton)	571	559	621	616	590	4 996	2,9	0,4
Mercadorias descarregadas	(ton)	553	549	622	616	570	4 902	3,1	-1,4
Correio carregado	(ton)	263	227	251	237	205	2 211	-2,8	-1,1
Correio descarregado	(ton)	226	206	212	228	216	1 997	-7,8	0,9

Tráfego Interior

Aviões	(N.º)	2 620	2 863	2 795	2 603	2 540	20 405	43,8	30,8
Passageiros embarcados	(10³)	176	199	188	163	149	1 306	33,7	27,9
Passageiros desembarcados	(10³)	177	200	187	163	147	1 305	33,3	28,1
Mercadorias carregadas	(ton)	160	147	165	163	155	1 349	4,0	-7,3
Mercadorias descarregadas	(ton)	189	171	188	174	184	1 556	-7,7	-13,7
Correio carregado	(ton)	33	29	34	33	32	316	-0,4	-4,7
Correio descarregado	(ton)	23	18	22	26	29	221	11,1	-2,8

7.5 - Rendimento médio por quarto nos estabelecimentos hoteleiros por NUTS II

Unid: EUROS

	Valor Mensal							
	Nov. 16 (Pe)	Out. 16 (Rv)	Set. 16 (Rv)	Ago. 16 (Rv)	Jul. 16 (Rv)	Jun. 16 (Rv)	Mai. 16 (Rv)	Abr. 16 (Rv)
PORTUGAL	28,1	43,9	59,1	78,0	64,0	50,5	43,5	35,6
Continente	27,5	43,8	59,8	79,9	64,9	50,6	43,1	34,1
Norte	27,4	39,6	48,1	54,2	43,6	40,5	38,2	32,1
Centro	13,7	21,3	28,7	41,6	27,6	22,9	20,7	17,0
A. M. Lisboa	51,9	74,6	80,5	80,4	72,5	68,0	71,1	58,8
Alentejo	14,7	24,8	38,4	59,6	39,8	30,9	23,2	22,4
Algarve	15,3	37,8	68,6	112,8	91,4	59,1	39,2	27,7
R.A. Açores	16,3	29,8	48,9	60,8	56,8	44,5	34,5	26,4
R.A. Madeira	37,2	48,9	56,5	66,9	58,7	51,0	49,9	51,2

7.6 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, por países de residência

	Valor Mensal (10 ³)					Variação (%)		
	Nov. 16 (Pe)	Out. 16 (Rv)	Set. 16 (Rv)	Ago. 16 (Rv)	Jul. 16 (Rv)	Acumulado jan. a nov.	Homóloga	Homóloga Acumulada
TOTAL	2 887	5 035	5 966	7 536	6 556	51 024	14,7	9,5
Residentes em Portugal	797	1 129	1 621	2 545	1 930	14 326	3,9	5,2
Residentes no Estrangeiro	2 090	3 906	4 345	4 990	4 626	36 698	19,5	11,3
Europa	1 702	3 310	3 734	4 468	4 045	31 711	15,1	10,9
Alemanha	350	611	615	504	478	5 048	13,6	9,7
Bélgica	47	62	109	109	161	861	10,0	9,9
Espanha	171	291	367	866	571	3 736	6,4	9,1
França	161	370	451	643	437	3 795	22,1	18,1
Irlanda	42	141	179	185	225	1 336	35,6	11,1
Itália	65	92	103	230	123	1 092	18,8	11,6
Países Baixos	119	213	256	307	299	2 310	24,4	13,2
Polónia	30	59	111	118	129	714	25,2	20,0
Reino Unido	400	1002	1132	1142	1132	8 855	13,9	9,6
Suécia	70	79	48	33	55	597	8,6	5,7
Suíça	38	94	83	76	104	701	22,3	15,3
Outros Países da Europa	208	295	280	254	331	2 668	14,4	6,5
África	33	37	43	74	52	419	4,5	-10,5
América	256	412	422	305	372	3 266	56,3	16,9
Brasil	133	190	167	122	146	1 370	94,7	10,5
Estados Unidos da América	78	134	150	109	140	1 118	29,5	20,6
Outros	45	88	105	73	86	778	28,2	24,2
Ásia	90	126	115	113	126	1 089	35,2	19,1
Oceânia	7	19	27	23	28	173	10,3	14,8
Outros não determinados	2	3	5	9	4	39	-7,6	-26,5

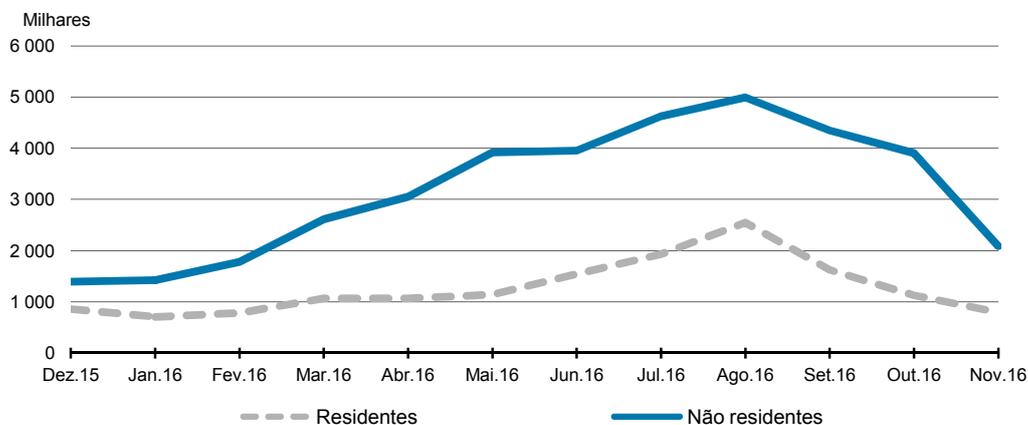
7.7 - Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a NUTS

	Valor Mensal (10 ³)						Variação (%)	
	Nov. 16 (Pe)	Out. 16 (Rv)	Set. 16 (Rv)	Ago. 16 (Rv)	Jul. 16 (Rv)	Acumulado jan. a nov.	Homóloga	Homóloga Acumulada
PORTUGAL	1 126	1 831	2 081	2 342	2 093	17 996	12,6	9,9
Continente	1 012	1 660	1 897	2 129	1 892	16 232	12,9	9,5
Norte	246	357	404	443	385	3 554	9,9	11,4
Centro	161	271	325	381	289	2 659	8,1	10,0
A. M. Lisboa	403	560	566	593	572	5 278	14,3	7,5
Alentejo	50	81	104	118	95	827	9,7	9,4
Algarve	151	389	497	594	551	3 914	21,1	10,2
R.A. Açores	26	45	58	68	63	487	12,8	19,7
R.A. Madeira	88	126	125	145	138	1 276	9,8	11,4

7.8 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a NUTS

	Valor Mensal (10 ³)						Variação (%)	
	Nov. 16 (Pe)	Out. 16 (Rv)	Set. 16 (Rv)	Ago. 16 (Rv)	Jul. 16 (Rv)	Acumulado jan. a nov.	Homóloga	Homóloga Acumulada
PORTUGAL	2 887	5 035	5 966	7 536	6 556	51 024	14,7	9,5
Continente	2 307	4 245	5 076	6 506	5 575	42 651	15,2	9,1
Norte	425	647	742	896	745	6 462	15,2	12,9
Centro	258	457	578	779	552	4 662	7,3	9,5
A. M. Lisboa	902	1 293	1 329	1 551	1 407	12 368	15,6	7,0
Alentejo	81	133	183	270	195	1 508	6,3	11,0
Algarve	641	1 714	2 243	3 010	2 676	17 650	19,5	8,9
R.A. Açores	79	140	183	221	204	1 487	25,0	21,9
R.A. Madeira	501	650	707	809	777	6 885	11,1	9,7

Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros



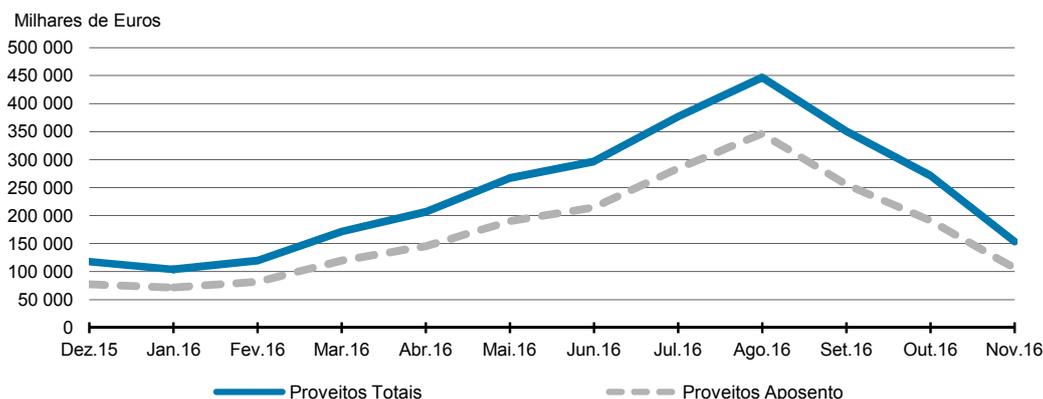
7.9 - Proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros segundo a NUTS

	Valor Mensal (10 ³)					Variação (%)		
	Nov. 16 (Pe)	Out. 16 (Rv)	Set. 16 (Rv)	Ago. 16 (Rv)	Jul. 16 (Rv)	Acumulado jan. a nov.	Homóloga	Homóloga Acumulada
PORTUGAL	153 690	271 600	350 476	446 691	376 192	2 764 107	23,6	17,1
Continente	126 703	231 815	302 835	390 582	325 718	2 343 823	25,4	16,8
Norte	22 509	35 262	41 583	46 965	38 775	338 206	23,5	21,9
Centro	12 230	20 297	26 152	36 887	25 859	213 366	11,0	13,4
A. M. Lisboa	64 408	93 879	99 488	95 821	89 430	824 550	30,6	13,1
Alentejo	3 975	7 303	10 666	15 244	10 492	80 134	9,5	17,3
Algarve	23 581	75 075	124 946	195 666	161 163	887 567	25,5	19,4
R.A. Açores	3 103	6 048	9 338	11 413	10 512	68 114	26,0	31,1
R.A. Madeira	23 884	33 737	38 303	44 696	39 962	352 170	14,3	16,5

7.10 - Proveitos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros, segundo a NUTS

	Valor Mensal (10 ³)					Variação (%)		
	Nov. 16 (Pe)	Out. 16 (Rv)	Set. 16 (Rv)	Ago. 16 (Rv)	Jul. 16 (Rv)	Acumulado jan. a nov.	Homóloga	Homóloga Acumulada
PORTUGAL	106 246	191 340	255 096	346 315	284 247	2 006 759	26,2	18,1
Continente	89 282	165 898	224 196	307 987	250 124	1 730 566	28,6	17,9
Norte	16 546	26 468	31 543	36 422	29 432	253 360	28,0	23,7
Centro	8 041	13 556	18 058	27 142	18 053	145 850	11,8	14,5
A. M. Lisboa	47 164	70 073	74 875	76 218	68 844	619 652	34,4	13,4
Alentejo	2 631	4 796	7 145	11 585	7 755	55 831	7,2	16,3
Algarve	14 900	51 005	92 574	156 619	126 041	655 872	26,5	21,1
R.A. Açores	2 138	4 260	6 848	8 701	8 127	50 122	23,2	29,2
R.A. Madeira	14 826	21 181	24 053	29 627	25 995	226 071	14,3	17,5

Proveitos nos estabelecimentos hoteleiros





8. Finanças e Empresas

8.1 – Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, segundo a forma jurídica

	Valor Mensal						Variação Homóloga (%)		
	Nov. 2016	Out. 2016	Set. 2016	Ago. 2016	Jul. 2016	Jun. 2016	Mai. 2016	Nov. 2016	Acumulada 2016
TOTAL									
Número	2 616	2 719	2 845	2 458	2 306	2 987	2 876	11,8	-1,1
Capital social (10 ³ euros)	39 622	37 014	48 572	31 057	38 273	31 351	46 406	-73,0	-62,8
Anónimas									
Número	82	89	61	63	83	70	86	-15,5	-1,3
Capital social (10 ³ euros)	9 944	8 754	6 040	3 805	12 642	6 695	14 279	-91,4	-87,5
Quotas									
Número	2 503	2 613	2 756	2 378	2 191	2 890	2 767	13,0	-1,2
Capital social (10 ³ euros)	29 485	28 220	42 485	24 728	25 588	24 560	31 960	-6,6	16,9
Outras									
Número	31	17	28	17	32	27	23	14,8	0,7
Capital social (10 ³ euros)	193	40	47	2 524	43	96	167	503,1	-14,0
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca									
Anónimas									
Número	3	3	1	3	1	2	6	50,0	33,3
Capital social (10 ³ euros)	150	150	100	201	50	100	430	36,4	31,2
Quotas									
Número	123	105	108	78	65	89	100	12,8	-24,5
Capital social (10 ³ euros)	1 821	575	789	538	550	467	1 470	104,6	-24,4
Outras									
Número	1	0	2	0	1	0	0	0,0	28,6
Capital social (10 ³ euros)	5	0	11	0	5	0	0	0,0	-80,3
Indústria, incluindo a Energia e a Água									
Anónimas									
Número	1	4	6	7	3	5	6	-80,0	-29,7
Capital social (10 ³ euros)	50	200	350	350	4 100	250	350	-98,4	-97,8
Quotas									
Número	148	171	256	184	139	229	181	-7,5	-7,9
Capital social (10 ³ euros)	1 115	2 858	2 441	1 715	1 908	2 023	1 244	-44,0	-18,6
Outras									
Número	2	1	3	1		2	3	-33,3	-10,0
Capital social (10 ³ euros)	0	0	5	0	0	0	10	0,0	-29,5
Construção									
Anónimas									
Número	5	2	3	2	3	6	7	25,0	-19,6
Capital social (10 ³ euros)	250	100	300	100	150	1 319	379	8,7	-89,7
Quotas									
Número	215	224	243	211	176	243	226	14,4	3,4
Capital social (10 ³ euros)	3 066	2 189	1 604	2 213	2 099	2 097	1 397	73,8	36,1
Outras									
Número	4	4	2	1	3	2	1	0,0	4,2
Capital social (10 ³ euros)	169	11	0	2 505	9	3	5	0,0	5022,6
Atividades de Serviços									
Anónimas									
Número	73	80	51	51	76	57	67	-15,1	1,9
Capital social (10 ³ euros)	9 494	8 304	5 290	3 154	8 342	5 026	13 120	-91,5	-81,5
Quotas									
Número	2 017	2 113	2 149	1 905	1 811	2 329	2 260	14,7	0,7
Capital social (10 ³ euros)	23 483	22 598	37 651	20 261	21 032	19 973	27 849	-12,8	22,2
Outras									
Número	24	12	21	15	28	23	19	20,0	0,4
Capital social (10 ³ euros)	19	29	31	19	29	93	152	-40,6	-77,5

Secção A da CAE Rev.3 - Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca

Secções B a E da CAE Rev.3 - Indústria, incluindo a Energia e a Água

Secção F da CAE Rev.3 - Construção

Secções G a N, P a S da CAE Rev.3 - Atividades de Serviços

Fonte: Ministério da Justiça - Direção Geral da Política da Justiça-DGPJ

8.2 - Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, segundo a forma jurídica

	Valor Mensal							Variação Homóloga (%)	
	Nov. 2016	Out. 2016	Set. 2016	Ago. 2016	Jul. 2016	Jun. 2016	Mai. 2016	Nov. 2016	Acumulada 2016
TOTAL									
Número	5 450	5 758	2 386	1 049	1 348	1 472	1 046	72,4	64,7
Capital social (10 ³ euros)	500 836	820 385	1 356 926	1 003 799	6 210 731	316 387	103 889	143,4	151,6
Anónimas									
Número	605	150	180	59	142	123	61	587,5	206,6
Capital social (10 ³ euros)	353 565	664 646	1 314 257	597 551	6 168 832	282 755	71 719	555,9	167,0
Quotas									
Número	4 832	5 569	2 195	984	1 190	1 340	977	58,5	59,7
Capital social (10 ³ euros)	147 239	155 568	42 624	406 240	40 006	33 601	32 122	-2,9	86,4
Outras									
Número	13	39	11	6	16	9	8	-45,8	28,5
Capital social (10 ³ euros)	32	171	46	8	1 893	32	48	-80,1	-87,9
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca									
Anónimas									
Número	19	7	5	0	1	2	0	0,0	740,0
Capital social (10 ³ euros)	9950	445	3305	0	50	100	0	0,0	320,1
Quotas									
Número	99	106	36	17	27	18	21	94,1	61,5
Capital social (10 ³ euros)	5 037	3 608	202	152	179	148	75	416,1	34,2
Outras									
Número	0	3	1	0	1	0	1	0,0	333,3
Capital social (10 ³ euros)	0	15	5	0	5	0	6	0,0	566,7
Indústria, incluindo a Energia e a Água									
Anónimas									
Número	77	13	12	6	8	12	10	670,0	65,3
Capital social (10 ³ euros)	47 719	2 455	1 905	8 855	18 935	12 502	13 244	131,1	-66,5
Quotas									
Número	376	495	116	77	101	92	84	36,2	37,5
Capital social (10 ³ euros)	9 945	30 932	4 459	9 601	7 363	3 438	5 933	22,3	38,2
Outras									
Número	0	4	1	0	2	1	0	0,0	0,0
Capital social (10 ³ euros)	0	8	25	0	1507	0	0	0,0	1709,3
Construção									
Anónimas									
Número	126	23	17	8	15	8	8	869,2	228,2
Capital social (10 ³ euros)	35 946	13 825	5 458	15 794	7 220	4 550	5 481	111,6	28,7
Quotas									
Número	630	1 037	150	138	138	101	104	49,3	60,8
Capital social (10 ³ euros)	14 670	22 111	4 776	3 847	4 277	3 125	6 093	56,8	81,6
Outras									
Número	5	7	4	2	3	3	2	-16,7	20,0
Capital social (10 ³ euros)	9	8	8	0	8	8	15	-73,5	-65,7
Atividades de Serviços									
Anónimas									
Número	383	107	146	45	118	101	43	489,2	231,5
Capital social (10 ³ euros)	259 950	647 920	1 303 589	572 903	6 142 627	265 603	52 994	1498,6	209,6
Quotas									
Número	3 727	3 931	1 893	752	924	1 129	768	62,0	62,1
Capital social (10 ³ euros)	117 587	98 916	33 186	392 640	28 186	26 889	20 021	-11,7	96,7
Outras									
Número	8	25	5	4	10	5	5	-55,6	26,7
Capital social (10 ³ euros)	23	140	8	8	373	24	27	-81,9	-90,8

NOTA: O número das entidades dissolvidas pode registar em alguns meses acréscimos consideráveis resultante de dissoluções voluntárias e não voluntárias, estas últimas, previstas pelo DL 76-A/2006, de 29 de março, o qual permite "a modalidade de dissolução e liquidação administrativa e oficiosa de entidades comerciais, por iniciativa do Estado, quando existam indicadores objetivos de que a entidade em causa já não tem atividade embora permaneça juridicamente existente".

Secção A da CAE Rev.3 - Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca

Secções B a E da CAE Rev.3 - Indústria, incluindo a Energia e a Água

Secção F da CAE Rev.3 - Construção

Secções G a N, P a S da CAE Rev.3 - Atividades de Serviços

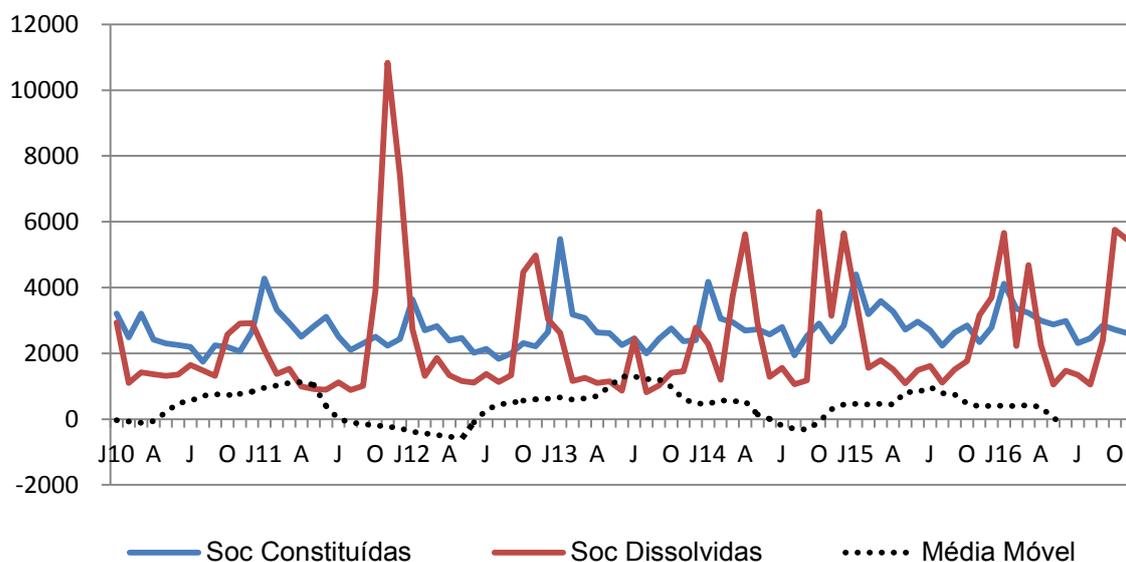
Fonte: Ministério da Justiça - Direção Geral da Política da Justiça-DGPJ

8.3 - Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, segundo a forma de constituição

	Valor Mensal							TOTAL
	Nov. 2016	Out. 2016	Set. 2016	Ago. 2016	Jul. 2016	Jun. 2016	Mai. 2016	Nov. 2016
TOTAL								
Número	2 616	2 719	2 845	2 458	2 306	2 987	2 876	32 503
Capital social (10 ³ euros)	39 622	37 014	48 572	31 057	38 273	31 351	46 406	507 216
Ex novo								
Anónimas								
Número	79	88	60	63	83	66	86	842
Capital social (10 ³ euros)	5 844	6 361	5 990	3 805	12 642	5 238	14 279	121 582
Quotas								
Número	2 494	2 608	2 750	2 374	2 186	2 881	2 763	31 287
Capital social (10 ³ euros)	29 454	27 310	42 481	24 725	25 507	24 039	31 949	367 256
Outras								
Número	31	16	28	17	32	27	23	284
Capital social (10 ³ euros)	193	40	47	2 524	43	96	167	3 678
Por cisão, fusão e transformação								
Anónimas								
Número	3	1	1	-	-	4	-	14
Capital social (10 ³ euros)	4 100	2 393	50	-	-	1 457	-	8 629
Quotas								
Número	9	5	6	4	5	9	4	75
Capital social (10 ³ euros)	31	910	4	3	81	521	11	6 073
Outras								
Número	-	1	-	-	-	-	-	1
Capital social (10 ³ euros)	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Justiça - Direção Geral da Política da Justiça-DGPJ

Gráfico – Constituição e dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas





Capítulo 9. Comparações Internacionais

9.1 - Índice harmonizado de preços no consumidor

	Variação Homóloga (%) ⁽¹⁾				
	Nov.16	Out.16	Sep.16	Ago.16	Nov.15
	Nov.15	Out.15	Sep.15	Ago.15	Nov.14
Bélgica	1,7	1,9	1,8	2,0	1,4
Alemanha	0,7	0,7	0,5	0,3	0,2
Estónia	1,4	1,0	1,7	1,1	0,5
Irlanda	-0,2	-0,4	-0,3	-0,4	-0,1
Grécia	-0,2	0,6	-0,1	0,4	-0,1
Espanha	0,5	0,5	0,0	-0,3	-0,4
França	0,7	0,5	0,5	0,4	0,1
Itália	0,1	-0,1	0,1	-0,1	0,1
Chipre	-0,8	-1,0	-0,4	-0,6	-1,5
Letónia	1,2	1,1	0,5	-0,1	0,0
Lituânia	1,1	0,7	0,6	0,5	-0,5
Luxemburgo	0,6	0,7	0,3	-0,2	0,4
Malta	0,8	0,5	0,9	1,0	1,3
Países Baixos	0,4	0,3	-0,1	0,1	0,4
Áustria	1,5	1,4	1,1	0,6	0,5
PORTUGAL	0,5	1,1	0,7	0,8	0,6
Eslovénia	0,7	0,7	0,2	-0,2	-0,9
Eslováquia	-0,2	-0,3	-0,5	-0,8	-0,4
Finlândia	0,6	0,6	0,5	0,5	-0,2
Área Euro ⁽²⁾	0,6	0,5	0,4	0,2	0,1
Bulgária	-0,8	-1,0	-1,1	-1,1	-0,9
República Checa	1,6	0,8	0,5	0,6	0,0
Dinamarca	0,1	0,1	-0,3	0,0	0,1
Croácia	0,2	-0,3	-0,7	-1,5	-0,4
Hungria	1,1	1,1	0,7	-0,1	0,6
Polónia	0,2	0,1	-0,2	-0,5	-0,5
Roménia	-0,2	0,1	-0,1	0,3	-0,9
Suécia	1,3	1,1	0,8	1,2	0,8
Reino Unido	1,2	0,9	1,0	0,6	0,1
IEPC ⁽³⁾	0,6	0,5	0,4	0,3	0,1

Fonte: EUROSTAT

Nota: (1) A partir de janeiro de 2006: base 100=2005, divulgação de índices a duas casas decimais e variações calculadas com base nesse nível de precisão.

(2) Área do Euro: AE - 18 a partir de Janeiro de 2014.

(3) Índice Europeu de Preços no Consumidor: UE-28 a partir de julho 2013.